

UNIFAN

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER

EDITORA
ALFREDO
NASSER

SÉRIE

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

VOL. 5



Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-reitor Jurídico

Wallace Braz Francisco

Pró-reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza



EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-adjunto

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima

Eliana Batista Pires e Silva

Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Sociedade, saúde e meio ambiente [Recurso eletrônico] / Organização: Humberto César Machado; Juliane Aparecida Ribeiro Diniz. 1. ed. - / Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser: Centro Universitário Alfredo Nasser, 2022. (Série Sociedade, Saúde e Meio Ambiente, Volume 5).

E-BOOK. Inclui bibliografia. 169 Páginas.

ISBN: 978-65-89165-10-1

1. Aprendizagem móvel. 2. Ambientes virtuais de aprendizagem. 3. Comunicação digital. 4. *Mobile Learning*. 5. *M-learning*. 6. Inclusão Digital. 6. Multiculturalismo. Lei 11.645/2008. 7. São Bernardo. 8. Graciliano Ramos. 8. Biblioteca. 9. Leitura. 10. Abuso sexual infantil. 10. Relacionamentos afetivos e o Sistema Jurídico Brasileiro. 11. Cosmecêutica Nutracêutica. 12. Envelhecimento cutâneo. 13. Linguística Forense. 14. Corpo das Mulheres na Idade Média. I. Título. II. Centro Universitário UNIFAN.

CDU: 316.259:61:37:004(028.6+34+82.09)(817.3)

ORGANIZAÇÃO:

Humberto César Machado

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

1ª Edição

Volume 5

Aparecida de Goiânia

Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN)

2022

**PREFÁCIO DE/E NEL MEZZO DEL CAMIN:
“Sociedade, saúde e meio ambiente” – Volume V**

Neste prefácio, destinado ao Volume V, da Série “Sociedade, saúde e meio ambiente”, recorro à expressão latina que expressa bem uma das características da Escola Literária a qual Olavo Bilac foi vinculado: o Parnasianismo. Ao mesmo tempo, que tal expressão – *Nel Mezzo Del Camin* – dá nome a um de seus poemas mais conhecidos e constitui um de seus paradigmas.

A utilização de expressões greco-latinas pelos parnasianos, *en passant*, remonta à recuperação da fé no homem, nos seus feitos corpóreos físicos, intelectuais e espirituais (herança clássica). De minha parte, coloco em relevo, aqui, a ciência, experiência intelectual das mais exaltadas em fins do Século XIX, momento histórico em que floresceu o Parnasianismo, que por sua vez, vincula-se ao Realismo.

Os decadentistas traíram a si mesmos ao atribuírem aos seus poemas um despojamento de toda função, de todo engajamento. A “arte pela arte” tão almejada, tão versada e, verdadeiramente, contemplada abriu portas para além da subjetividade: a busca da objetividade. As artes e a literatura incorporaram, então, as demandas do sujeito sócio-histórico: a possibilidade de uma “leitura científica”.

O espírito pesquisador move a humanidade rumo à evolução e à busca de solução de problemas e inquietações – fato inegável. Tal espírito propicia reflexões ao ser. Aliás, eu diria que o estruturam mesmo, assim como a cultura e a arte. Esta última é a de que me ocupo em particular, mas não em geral, pois o meu senso de representatividade, aqui, neste espaço, se impõe.

Venho, na figura de Editora-chefe, trazer a público a quinto volume da Série “Sociedade, saúde e meio ambiente”, por isso “no meio do caminho”, também. Para que saibam, uma Série de livros, em nosso caso, acadêmica, pode chegar à, no máximo, 10 volumes. Embora já estejamos com duas outras no “prelo digital”, chegar à metade significa não ter desistido, denota continuidade do processo, “do caminho”, persistência, credulidade no que se realiza.

O poema tem um casal de amantes separado justamente na metade do poema (um soneto). Vejamos mais um ponto de contato que estabeleci. Se há separação, paradoxalmente, há recomeço e, se há erro ou acerto, sempre haverá tentativas e é justamente aí, neste ponto, que ciência e o poema/arte encontram-se e, que por sua vez, encontram-se com a produção que lêem.

A produção da ciência é sempre feita de paixões, de escolha de **objetos/caminhos**, que são testados, refletidos, autorreferenciados exaustivamente e, que muitas vezes, alcançam êxito ou não. O fato é que a “metacientificidade” retroalimenta descobertas, evolução e novas paixões. Assim, concebo a pesquisa e a produção bem como a divulgação resultante dela como uma proposta que aponta para um “caminho”.

Gostaria de relatar um evento cotidiano em nossas salas de aula. A fala de um aluno, o Gustavo França Reges, de um primeiro período do Curso de Medicina, me causou tristeza, outro dia. Ao discutirmos a pesquisa médica no Brasil, ele afirmou que “o nosso país não tomava decisões baseadas na cientificidade” e, que, “tampouco incentivava os profissionais da área médica nessa busca”. O estudante referia-se à falta de pesquisas, como no caso da utilização de novos medicamentos, técnicas e possibilidades, sempre cerceadas por imposições econômicas, religiosas, entre outros motivos. A pesquisa ampara, respalda e valida, inclusive, tomadas de decisões. Por percepções como esta, é preciso desmistificar e promover atividades que deflagrem a pesquisa no Ensino Superior, em todas as áreas do conhecimento e para além dele.

A discussão no meio acadêmico é necessária sim. A sala de aula no Ensino Superior é espaço de produção científica sim. As Editoras inseridas em meio acadêmico são ambiente propício para a divulgação científica e fomento de novas inquietações e discussões. É justamente aí que ganham contorno e tomam fôlego novas indagações e possíveis pesquisas. Por isso, percebo a “chegada no meio do caminho” como mobilidade, como alternativa possível para que a cientificidade, a produção científica e cultural venham ocupar lugar de destaque em nosso país.

Desse modo, a Série “Sociedade, saúde e meio ambiente”, o nosso instrumento, que ora recebem, de nossa Editora, de nossa Instituição, o Centro Universitário Alfredo Nasser, demonstra a dedicação e esforços de nossos professores-pesquisadores, de seus orientandos e de seus pares alocados em outras Instituições promotoras de pesquisa.

Os leitores encontrarão, neste volume, os seguintes trabalhos: “Aprendizagem móvel para o desenvolvimento igualitário”, de Carlos Andrade Filho; “Biblioteca: mediadora entre a leitura e a cidadania”, das autoras Eliana Batista Pires e Silva, Ítala Moreira Alves e Leni Xavier de Oliveira; “Multiculturalismo: relações étnico-raciais e a diversidade cultural brasileira”, dos autores Cinthya Amaral Santos, Renata Assumpção Marmori Cruccioli, Marcos Cristiano dos Reis, Juliane Aparecida Ribeiro Diniz e Humberto César Machado; “Regime noturno místico em São Bernardo”, de Michele Giacomet; “Como um conto de fadas: uma relação dialógica entre o conto da Cinderela e cinema”, de Adriane dos Santos

Gonçalves e Kesley Mariano da Silva; “Contribuições pedagógicas no combate ao abuso sexual infantil: conscientização de pais e crianças sobre seus direitos”, de autoria de Jenifer Lorrane da Silva e Vinicius Novais Gonçalves de Andrade; “A possibilidade do uso de contratos nos relacionamentos afetivos e suas implicações no universo jurídico brasileiro”, de Fernanda Kury Vidale Dyellber e Fernando de Oliveira Araújo; “Envelhecimento cutâneo: conduta cosmecêutica e nutracêutica”, de Flávia Caroline Gonçalves, Josimeiry Caetano Oliveira Rosa, Maria Amélia Netto Paranhos, Sabrina Fonseca Ingênilo Moreira Dantas, Patricia Elza Riva e Sandra Regina Marques da Silva; “Linguística forense: perícia em linguagem”, de Iêda Fernandes Dias e Newton Paulo Monteiro; e, “As representações do corpo das mulheres na Idade Média, nos Séculos XI ao XIII”, de Moisés Borges da Silva e Marijara de Lima.

As produções acima nomeadas constituem, então, o quinto volume, o “meio do caminho” de uma Série proposta, organizada e divulgada por componentes-pesquisadores de nossa Instituição e Editora. Ela não se esgota aqui. Nem a série e nem as novas proposições que surgirão a partir dela. Assim como, acreditamos, não cessará o espírito pesquisador que anima professores formadores e profissionais.

Professora Doutora Michele Giacomet
Editora-Chefe

SUMÁRIO

APRENDIZAGEM MÓVEL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL IGUALITÁRIO - <i>Carlos Andrade Faria Filho</i>	9
BIBLIOTECA: mediadora entre a leitura e a cidadania - <i>Eliana Batista Pires e Silva; Ítala Moreira Alves; e, Leni Xavier de Oliveira</i>	18
MULTICULTURALISMO: relações étnico-raciais e a diversidade cultural brasileira - <i>Cinthyá Amaral Santos; Renata Assumpção Marmori Cruccioli; Marcos Cristiano dos Reis; Juliane Aparecida Ribeiro Diniz; e, Humberto César Machado</i>	27
REGIME NOTURNO MÍSTICO EM SÃO BERNARDO - <i>Michele Giacomet</i>	38
COMO UM CONTO DE FADAS: uma relação dialógica entre o conto da Cinderela e cinema - <i>Adriane dos Santos Gonçalves e Kesley Mariano da Silva</i>	52
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL: conscientização de pais e crianças sobre seus direitos - <i>Jenifer Lorrane da Silva e Vinicius Novais Gonçalves de Andrade</i>	76
A POSSIBILIDADE DO USO DE CONTRATOS NOS RELACIONAMENTOS AFETIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO UNIVERSO JURÍDICO BRASILEIRO - <i>Fernanda Kury Vidal e Dyellber Fernando de Oliveira Araújo</i>	94
ENVELHECIMENTO CUTÂNEO: conduta cosmeceútica e nutracêutica - <i>Flávia Caroline Gonçalves; Josimeiry Caetano Oliveira Rosa; Maria Amélia Netto Paranhos; Sabrina Fonseca Ingênito Moreira Dantas; Patricia Elza Riva; e, Sandra Regina Marques da Silva</i>	116
LINGUÍSTICA FORENSE: perícia em linguagem - <i>Iêda Fernandes Dias e Newton Paulo Monteiro</i>	139
AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO DAS MULHERES NA IDADE MÉDIA, NOS SÉCULOS XI AO XIII - <i>Moisés Borges da Silva e Marijara de Lima</i>	157

APRENDIZAGEM MÓVEL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL IGUALITÁRIO

Carlos Andrade Faria Filho

As tecnologias da informação e da comunicação transformaram completamente o cotidiano da sociedade em todas as áreas, algumas áreas são mais evidentes a evolução provocada pela tecnologia como, por exemplo, o sistema bancário e o comércio, que em 30 anos revolucionaram os seus processos em decorrência dos benefícios oriundos das tecnologias da informação e comunicação trazendo agilidade, comodidade e maior confiabilidade na prestação de serviço.

A popularização da informática (informação + automática) advinda do uso dos computadores definitivamente revolucionou o mundo, trazendo muitas facilidades ao homem, quando automatizou as rotinas em todas as áreas da sociedade, ou seja, com a evolução das tecnologias da informação e da comunicação tudo ficou mais fácil, ágil e preciso. A área da educação é a única que resistiu de modo mais intenso as influências das TIC's, mas de duas décadas para cá o universo da educação passou a adotar a tecnologia como instrumentos de ensino e aprendizagem principalmente na modalidade a distância. Durante essas duas décadas, mudanças de valores filosóficos, morais e sociais vem acontecendo, pois novas metodologias surgem e todos os elementos que orbitam a educação também precisam se atualizar para se adequarem à nova realidade.

Atualmente, as novas tecnologias são fundamentais não só como forma de compartilhamento de informações e de conhecimentos, mas, principalmente, como facilitadoras da interação necessária a qualquer processo educativo, implicando novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos (CASSETTARI, 2001).

A utilização de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem tem se apresentado como uma exigência e um desafio para as instituições de ensino. O uso de recursos da informática pode enriquecer os ambientes de aprendizagem, à medida que favorece a interação entre o aluno e o computador, ou seja, cada estudante é um sujeito ativo, e através destes recursos pode obter informações e esclarecer suas dúvidas o mais breve possível. As atividades desenvolvidas em tal ambiente buscam incentivar o questionamento, a reflexão sobre as próprias ações e principalmente, a cooperação entre os agentes do processo de ensino e aprendizagem.

No início dos anos 90, começaram a surgir as primeiras tecnologias de software com foco na educação a distância. O trabalho realizado estava voltado para a necessidade de encontrar maneiras de reunir recursos de interação digital com páginas de conteúdo criadas por professores, bem como o armazenamento de atividades realizadas por alunos (MUNHOZ, 2011).

Essa necessidade de unir professores e alunos em um mesmo ambiente dotado de interatividade e recursos educacionais que pudessem superar as limitações de tempo e espaço foi o início de todo planejamento e desenvolvimento de uma categoria de software que ficou conhecida como ambiente virtual de aprendizagem.

Os ambientes virtuais de aprendizagem surgiram com a finalidade de gerenciar o processo de ensino e de aprendizagem, agregando interfaces para permitir a geração de conteúdos com base nos mais variados meios de comunicação digital, possibilitando a utilização de recursos pedagógicos, numa tentativa de ampliar a sala de aula presencial para o meio virtual, em outras palavras de modo sucinto, os ambientes virtuais de aprendizagem são como a combinação de um software de comunicação mediado por computador e de um método de entrega online de materiais dentro de um único ambiente de software.

Na prática, os ambientes virtuais de aprendizagem são páginas que podem ser acessadas através da internet, podendo ser personalizada de acordo com as demandas de cada curso através das possibilidades que este recurso oferece, seja pela interação do aluno com o docente, com outros alunos e com as ferramentas didático-pedagógicas disponíveis. Os ambientes virtuais de aprendizagem reúnem diversos recursos de armazenamento, de pesquisa e de comunicação disponíveis na internet, fomentando através de ferramentas a gestão do processo ensino-aprendizagem, para a distribuição de conteúdo, comunicação e interação entre os sujeitos do processo educativo.

Por diversas características e pelas possibilidades de aproveitamento didático-pedagógico, os ambientes virtuais de aprendizagem têm sido utilizados como meios para dinamizar as práticas pedagógicas mesmo na educação presencial. Os docentes são mediadores do processo ensino-aprendizagem e tiram proveito dessas novas ferramentas, não apenas como uma nova ferramenta no cenário tradicional de educação, mas gerando novas possibilidades de ensino-aprendizagem, de desenvolvimento cognitivo, refletindo sobre as questões didático-pedagógicas que surgem do ensino que utiliza os ambientes virtuais de aprendizagem.

A educação digital tornou-se uma realidade global nos diversos segmentos, sejam eles em nível fundamental, médio, superior ou mesmo no meio corporativo, a partir das

demandas da educação contemporânea, que contribuem para variadas alternativas de aprendizado na formação dos estudantes, que exigem e buscam cada vez mais soluções digitais interativas.

No uso dos ambientes virtuais de aprendizagem todo processo transpõe a distância de tempo e espaço, eliminando a distância ou construindo interações diferentes daquelas presenciais. A educação online se tornou a maior aliada dos estudantes que precisam trabalhar, ou seja, que têm no mercado de trabalho o seu sustento, mas desejam avançar e dar continuidade a sua formação profissional, pois possibilita uma formação atrelada as suas rotinas diárias, com maior flexibilidade e autonomia. Desta forma, os ambientes virtuais são planejados e organizados de tal forma que eles são bastante intuitivos como objetivo de facilitar e promover a autonomia do estudante.

Concomitantemente a inserção da tecnologia à educação, pôde-se perceber por outro lado a evolução dos diversos aparelhos tecnológicos, o que mais se destacou foi a evolução dos dispositivos móveis. A tecnologia evoluiu de forma muito rápida permitindo ao homem quase todas as atividades de forma móvel através de computadores portáteis, como notebooks, laptop e celulares cada vez mais modernos e inteligentes. Ultimamente o computador de mesa tem perdido espaço para os dispositivos móveis, é o que aponta a pesquisa TIC Domicílios 2019 sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação do Brasil realizada pela CETIC no ano de 2019.

De acordo com essa pesquisa, 98% dos alunos da área urbana acessam a internet pelo telefone celular e que desse percentual 18% deles acessam a internet exclusivamente pelo aparelho celular. Esses dados vão ao encontro das perspectivas que havia feito Moura (2009): “há anos que o número de celulares superou o número de computadores pessoais, convertendo-se no sistema de comunicação”. Estes dispositivos móveis apresentam como característica serem leves, ágeis e com baixo custo em relação aos computadores de mesa e principalmente permitem a mobilidade das pessoas ao utilizar estes aparelhos.

As tecnologias móveis, principalmente o uso de telefones celulares, possibilitam acesso à informação em tempo real, em qualquer lugar e a qualquer momento. E com o maior número de adesão de usuários, no âmbito da educação favorece uma prática que aos poucos também ganha mais adeptos que é a aprendizagem móvel. O termo aprendizagem móvel ou *mobile learning* ou *m-learning*, se refere à possibilidade de aprender utilizando recursos e tecnologias móveis. Segundo Bottentuit Junior (2012), “A essência de *m-learning* encontra-se no acesso à aprendizagem através da utilização de dispositivos móveis com comunicações sem fios, de forma transparente e com elevado grau de mobilidade”.

A aprendizagem móvel passa a permitir que a informação e/ou o conhecimento saiam dos ambientes físicos das instituições e conquistem outros espaços em diferentes tempos e momentos da vida (casa, trabalho, entre outros). Este meio de ensino permite que estudantes e professores possam usufruir dos recursos oferecidos pelas tecnologias móveis.

Já existem várias experiências pedagógicas com o uso de aparelhos celulares a vários níveis de ensino, pois estes permitem uma série de possibilidades, tais como uso de mensagens, com auxílio à máquina fotográfica do celular, gravador de áudio e *podcast*, entre outras funcionalidades. Estas são apenas algumas das possibilidades destes dispositivos e servem de exemplos para que futuras experiências a este nível sejam replicadas.

A maioria dos jovens de hoje possuem celulares, e a grande maioria dispõe dos equipamentos mais modernos, assim como utilizam estes aparelhos para múltiplas finalidades, inclusive aquelas que necessitam de acesso à internet. A presença de jovens é indissociável da presença de aparelhos celulares, pois a todo o momento eles estão conversando ao telefone, escrevendo e lendo mensagens, ouvindo músicas, tirando fotografias, compartilhando informações ou qualquer outra atividade, mas certamente com o aparelho em funcionamento nas mãos (BOTTENTUIT JUNIOR, 2012).

A aprendizagem móvel é uma modalidade que se aplica perfeitamente aos dias atuais, além dos jovens já adaptados as tecnologias da informação na comunicação, muitas pessoas possuem cargas de trabalho cada vez maiores e em muitos casos não conseguem frequentar a um curso regular e acabam optando por alternativas que possam contornar esta dificuldade, podendo a aprendizagem ocorrer em vários contextos e locais. Até mesmo os alunos do ensino regular podem se beneficiar desta modalidade ao realizarem exercícios e atividades enquanto se deslocam entre a casa e o trabalho ou a casa e a instituição de ensino.

Outra característica muito peculiar desta nova geração é a capacidade de realizar inúmeras tarefas ao mesmo tempo, que no jargão técnico da área de tecnologia recebe o nome de multitarefas, ou seja, ao mesmo tempo em que estão assistindo televisão conseguem ouvir uma música, conversar numa sala de chat, ver fotografias e responder e-mails de forma rápida e objetiva, e para eles esta forma variada de comunicação e interação com diversos meios ocorre de forma natural (BOTTENTUIT JUNIOR, 2011).

A utilização destes dispositivos pelos jovens e de pessoas adaptadas e com afinidades com a tecnologia é irreversível, por isso os agentes da educação devem enxergar as potencialidades destes dispositivos a fim de utilizá-los a favor das suas práticas pedagógicas, caso contrário os alunos continuarão utilizando os dispositivos durante as aulas para outras finalidades, e o professor perderá a grande oportunidade de criar diversas situações

pedagógicas com o uso destes recursos. O aluno chega à escola hoje com conhecimentos tecnológicos já adquiridos e cabe à escola aprofundar estes saberes e consolidar novas práticas. Os alunos buscam aperfeiçoar suas técnicas e ainda aprender coisas novas para aplicar com as tecnologias que eles já dispõem ou têm acesso com facilidade (BOTTENTUIT JUNIOR; COUTINHO, 2007).

E as inovações tecnológicas não param, constantemente surgem novidades e diversas novas possibilidades no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, como é o caso da internet 2.0 e seus recursos mais avançados em comparação com a sua geração inicial, tais como blogs, *wikis*, *podcasts*, *streaming* de vídeos, o uso de dispositivos móveis como *tablets* e telefones celulares que ganharam novas possibilidades, pois desta forma o professor poderá encorajar seus alunos para as novas formas de expressão, comunicação e interação, bem como poderá enriquecer as práticas pedagógicas, com atividades que favoreçam o trabalho cooperativo e colaborativo, a estimulação de múltiplas competências cognitivas (ler, escrever, pesquisar, sintetizar, analisar, avaliar, aplicar, etc.), proporcionando ainda a comunicação multidirecional com todos os envolvidos, o aumento da facilidade de uso no armazenamento de dados, criação de páginas online, a criação de comunidades de prática, a estimulação da criatividade entre muitas outras atividades (BOTTENTUIT JUNIOR, 2012).

Mas, para aproveitar tudo que há de melhor na aprendizagem móvel, é preciso superar algumas barreiras que estão além do âmbito educacional que fazem parte de problemas de infraestrutura tecnológica e social, isso porque o Brasil enfrenta graves desafios estruturais devido às desigualdades digitais e sociais.

Para Cristina Kiomi Mori (2011), autora de *Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010*, o grande desafio do Brasil é a consolidação da inclusão digital na sociedade, A dificuldade está no fato de que a inclusão digital seria a coexistência de três principais fatores complexos e amplos: democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação (infraestrutura), alfabetização digital e apropriação das tecnologias.

Essas reflexões de Mori vêm ao encontro dos dados divulgados pela TIC Domicílios 2019 que mostra que um quarto da população brasileira não tem acesso à internet em domicílio. O que está por trás desse índice é que há uma diferença significativa entre as classes sociais, ou seja, em famílias com renda de até um salário mínimo, metade não consegue navegar na rede em casa. Na classe A, apenas 1% não tem conexão. Assim, sem

internet quase cinquenta milhões de famílias brasileiras como acessar essas plataformas online?

É certo que tanto as plataformas tradicionais quanto às plataformas móveis de educação a distância oferecem ferramentas que permitem divulgação de material, comunicação, construção de conteúdo, gerenciamento de cursos que são recursos fundamentais para a educação de modo geral, mas essas plataformas precisam de conexão de internet para que o estudante possa acessar seu conteúdo. Como ficam essas pessoas?

A extensão territorial do Brasil combinada com as diferenças sociais cria uma divisão entre aqueles que têm acesso à internet com facilidade daqueles que não tem, e essa divisão muitas vezes impede a participação de parcelas significativas da população na educação mediada pela tecnologia e na utilização da tecnologia para acesso ao conhecimento (ARANTES; VASCON, 2018).

Diante desses índices auferidos pela TIC Domicílios 2019, o cenário de falta de conexão ou conexão limitada dada ao alto número de dispositivos móveis usarem planos pré-pagos (limitados e de baixa velocidade) para ter acesso à internet, alguns *m-learning* estão investindo no recurso *off-line*. O recurso *off-line* não é simplesmente a replicação do conteúdo *on-line* para o modo *off-line*, pois assim todo o planejamento educacional estaria vulnerável a qualquer tipo de fraude. A garantia do sucesso da funcionalidade *off-line* está em realizar sincronizações com o servidor quando a aplicação encontrar uma conexão disponível.

Mesmo com todas essas limitações e desafios que a educação brasileira enfrenta, não há possibilidade de ignorar o problema da exclusão digital ou abrir mão da tecnologia para resolver outros problemas primários como os problemas sociais e de infraestrutura. Conforme Santos (2003), a situação é mais grave e complexa, ele explica o contexto atual através de uma comparação com outros momentos delicados passados pela sociedade de modo geral que foram registrados na história.

Na visão do autor (2003), enquanto a revolução industrial ampliou a capacidade física e a velocidade humana, provocando uma separação entre as classes, a revolução digital pode criar um fosso. Isso porque, a tecnologia da informação amplia a inteligência humana, a capacidade de armazenar, processar e transformar informação em conhecimento, não se pode deixar de lado as tecnologias da informação e comunicação, pois assim pode-se surgir uma diferença cognitiva, uma incapacidade de pensar, ampliando exponencialmente a riqueza dos incluídos. Por isso, não se pode pensar em política social sem olhar o aspecto tecnológico.

A reflexão de Santos (2003) se aproxima bastante do filósofo indiano Amartya Sen, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, quando ele analisa as políticas públicas e diz

que desenvolvimento nacional como resultado da expansão das capacitações humanas e a qualidade de vida das pessoas ligada à capacidade de cada um funcionar como ser humano que tem suas necessidades básicas de educação, saúde, habitação, nutrição, participação da vida em comunidade, respeito e outras atendidas.

A educação, entre outros direitos sociais, gera os instrumentos e capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza, defende o autor. Nesse contexto, o Estado e a sociedade devem fortalecer e proteger essas capacidades, que podem ser potencializadas por políticas públicas de educação.

Sob a perspectiva de que as novas tecnologias viabilizam transformações e desenvolvimento significativos para o indivíduo e para a sociedade, o uso da tecnologia móvel em salas de aula é incentivado desde 2013 pela UNESCO quando a organização publicou um guia com dez recomendações para governos implantarem políticas públicas que utilizem celulares como recurso nas salas de aula. A UNESCO acredita que as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades educacionais para estudantes em diversos ambientes, pois um volume crescente de evidências sugere que os aparelhos móveis, presentes em todos os lugares, especialmente telefones celulares e *tablets*, são utilizados por alunos e educadores em todo o mundo para acessar informações, racionalizar e simplificar a administração, além de facilitar a aprendizagem de maneiras novas e inovadoras.

Ainda como descrito pela UNESCO (2013), os benefícios particulares da aprendizagem móvel são, longe de ser uma possibilidade teórica, é verdadeiramente uma realidade concreta, pois a aprendizagem móvel pode: expandir o alcance e a equidade da educação, facilitar a aprendizagem individualizada, fornecer retorno e avaliação imediatos, permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar, assegurar o uso produtivo do tempo em sala de aula, criar novas comunidades de estudantes, apoiar a aprendizagem fora da sala de aula, criar uma ponte entre a aprendizagem formal e não formal, minimizar a interrupção educacional em áreas de conflito e desastre, auxiliar estudantes com deficiências, melhorar a comunicação e administração, e por fim, melhorar a relação custo-eficiência.

As diretrizes de políticas da UNESCO (2013) para aprendizagem móvel também ressaltam a necessidade de se capacitar professores no uso de tecnologias móveis, de modo que ele domine a ferramenta e saiba como aproveitá-la para o ensino, pois no Brasil muitos professores ainda tem certa resistência em incorporar novas tecnologias. A sala de aula ainda é o lugar onde se deve desligar o telefone celular, e conforme essas diretrizes, isso faz com que muitas oportunidades educacionais se percam.

Outras recomendações presentes no documento dizem respeito à criação de conteúdo adequado e à promoção do uso seguro e saudável das tecnologias. Com essas orientações, os governos estarão mais próximos de usufruir dos benefícios do aprendizado móvel, dentre eles ampliar o alcance e a equidade da educação e facilitar o aprendizado personalizado.

Todo debate ideológico de políticas públicas para a educação voltadas para o âmbito social como faz Amartya Sen e as diretrizes que a UNESCO recomenda às nações sobre a adoção da aprendizagem móvel são orientações bastante pertinentes num mundo em que o impacto das novas tecnologias na sociedade moderna é percebido, principalmente, nas áreas do trabalho e da educação, como diz Adam Schaff (1990). Pode-se observar que a teoria de Schaff, inserida na obra *A sociedade informática*, não só se concretiza como também abrange com velocidade e de forma intensiva as áreas por ele destacadas.

Nos últimos anos temos visto uma revolução tecnológica crescente e que tem trazido novos direcionamentos econômicos, culturais, sociais e educacionais à sociedade. A acelerada transformação nos meios e nos modos de produção, causada pela revolução tecnológica focaliza uma nova era da humanidade onde as relações econômicas entre as pessoas e entre os países e a natureza do trabalho sofrem enormes transformações.

Por isso, é dever do Estado garantir políticas que possibilitem o avanço das capacidades humanas através da tecnologia, como a educação e a saúde, transformando o crescimento econômico em melhora da vida da população, dado que seu alcance e impacto dependem, em larga escala, de como seus frutos são investidos. Assim, é essencial que a receita pública por ele gerada seja investida em políticas dessa natureza.

Nas mãos da maioria da população temos atualmente um recurso tecnológico que pode, se bem usado e orientado, promover a educação, a democratização da informação, a alfabetização digital e a apropriação das tecnologias. Cabe ao Estado investir em políticas públicas na educação que possam aproveitar desses recursos e ferramentas tecnológicas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARANTES, F. L.; VASCON, L. E. L. **Recursos off-line em ambientes virtuais de aprendizagem**. Universidade Estadual de Campinas, NIED - Relatório Técnico n. 03, 2018.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. Do computador ao tablet: vantagens pedagógicas na utilização de dispositivos móveis na educação. **Revista Educaonline**, v. 6, n. 1, jan./abr. 2012.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. **Avaliação e dinamização de um Portal Educacional de WebQuests em Língua Portuguesa**. 637 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - Área de conhecimento em Tecnologia Educativa) - Universidade do Minho, 2011.

CASSETTARI, I. S. **Modelo de Análise Qualitativa Aplicado à Avaliação de Programas de Ensino Via Internet**. 74 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção - Área de concentração: mídia e conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MORI, Cristina Kiomi. **Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010**. 351 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOURA, A. **Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar”**. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 50-78.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático**. Curitiba: Ibplex, 2011.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019**. Disponível em: <http://cetic.br/arquivos/domicilios/2019/domicilios/>. Acesso em 26 abr. 2020.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. **Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel**. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2013. Disponível em: <http://www.bibl.ita.br/UNESCO-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BIBLIOTECA: mediadora entre a leitura e a cidadania

Eliana Batista Pires e Silva

Ítala Moreira Alves

Leni Xavier de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

A leitura é fundamental, pois propicia a obtenção de informações em qualquer contexto e área do conhecimento, podendo ser também uma fonte de divertimento.

Partindo disso, o ponto de vista que se mostra neste trabalho refere-se à participação das bibliotecas, bem como dos bibliotecários, na promoção de práticas de leitura, haja vista a relação direta que estes têm com os livros. É comprovado que, pela leitura, alargam-se horizontes, integrando-se os conhecimentos e acrescentando ao vocabulário enriquecimento e facilidade para se comunicar. Pesquisas também mostram que o destaque nas atividades e nas carreiras, hoje em dia, tem a ver com o hábito da leitura, pois ela facilita a obtenção dos conhecimentos gerados e ordenados historicamente pela humanidade.

A leitura deve ser um exercício diário que requer aprendizagem mesmo não sendo uma atividade desenvolvida. Ler não significa apenas um ato de leitura simples. Deve ser antes de tudo, um hábito. Mas há a necessidade de se facilitar, incentivar, promover e propiciar espaços para o incentivo dessa atividade. É importante perceber que, na formação de cada ser humano, a leitura representa fator importante e primordial, pois se mostra como um largo caminho para o processo de construção do saber e do conhecimento, como origem da informação e formação cultural. Além de proporcionar a saúde mental, um reforço entre as conexões e os neurônios.

O modo como se lê é um exercício de buscas, de reflexão e de entendimento. Deve ser também uma troca, possibilitando as relações intelectuais e potencializando outras, e levando a construção de conceitos, explicações e a percepção das realidades que enfrentamos. Leitura e realidade se atam. É através dela que o professor deve acompanhar e orientar as atividades com os alunos de diferentes formas. A percepção e a produção escrita, produzida pelo aluno, deve levá-lo a compreender sua posição crítica. Bons leitores e escritores de texto prazerosos devem ser apreciados e incentivados, o que justifica a importância de atividades que

envolvam a leitura e a produção de textos. Afinal, para se aprender a escrever é necessário que se escreva, e para aprender a ler é necessário ler.

2 BIBLIOTECAS, BIBLIOTECÁRIOS E LEITURA

“Mas leio, leio. Em filosofias tropeço e caio, cavalgo de novo meu verde livro, em cavalarias me perco, medievo; em contos, poemas me vejo viver. Como te devoro, verde pastagem. Ou antes carruagem de fugir de mim e me trazer de volta à casa a qualquer hora num fechar de páginas?”

Carlos Drummond de Andrade

Etimologicamente, ler tem origem no latim *lego/legere*, que significa recolher, apanhar, escolher, captar com os olhos. Luckesi (2003, p. 119) diz que “[...] a leitura, para atender o seu pleno sentido e significado, deve intencionalmente, referir-se à realidade. Caso contrário, ela será um processo mecânico de decodificação de símbolos”. Portanto, podemos ser todos capazes de ler.

Observa-se que a leitura abre e diversifica as interpretações do mundo e da vida, estando presente desde o momento em que se começa a compreensão do mundo. Sendo assim, é um conflito ao qual se deve ficar alerta, pois a falta da leitura impede e impossibilita a compreensão do indivíduo, que acaba por se excluir dos acontecimentos, do entendimento, da imaginação e da ficção. A importância da leitura não significa apenas a decodificação, mas a leitura no mundo contemporâneo como um todo.

É preciso atentar-se para essa questão, pois a ausência da leitura, para qualquer ser humano, bloqueia a possibilidade e acaba, de certa forma, excluindo-os dos acontecimentos, da interpretação, da imaginação e da ficção arquitetada pelo autor, seja num romance ou num artigo; numa crônica ou num conto, numa poesia ou num manifesto, num jornal ou num ensaio, num gibi ou numa história infantil ou infanto-juvenil. No entanto, sabe-se que, para que haja o processamento de qualquer texto, são necessários conhecimentos prévios, como os linguísticos ou os de mundo.

Os leitores, em geral, como afirma Leonardo Boff, participam da criação dos textos, pois, no processo da leitura, cada um lê com os olhos que tem. Portanto, é preciso saber qual a visão de mundo que se tem para que se possa entender o que se lê. São variadas as percepções no mundo das palavras e há apenas uma condição para que a leitura seja de fato prazerosa e válida: o desejo do leitor.

Infelizmente, observa-se já no Ensino Fundamental, que a leitura está se afastando do convívio diário dos estudantes. Muitos não têm a motivação e exemplo dos pais e é visível que a leitura contemporânea tem se transformado em um produto de elitistas, e os que não possuem o acesso, ou apenas não têm o prazer de ler, são deixados de lado.

Muitos leem e escrevem para outros fins que estejam ligados ao prazer de fazê-los, o que pode explicar a afirmação de que a prática da leitura e da escrita está ligada às mudanças na vida das pessoas, ao tempo e à necessidade. Isso faz com que se perceba a perspectiva social do alfabetismo como um processo múltiplo e não único. Ele varia conforme o contexto social, cultural e econômico.

Sobre esses aspectos, vale referenciar aqui a obra *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*, de Roger Chartier (2004). Nesse livro, ele apresenta a sociedade francesa do Antigo Regime como objeto de análise cultural e sócio-histórica que perpassava por distinções, tensões, oposições e divisões de classes sociais. O modo como a elite burguesa dominante era detentora de condições propícias à leitura, bem como da ideia de erudição e superioridade intelectual, em detrimento à comunidade rural, que sofria privações e tinha dificuldades para encontrar tempo disponível para a leitura, além da dificuldade também de encontrar livros gratuitos.

Havia distinção entre a leitura clássica, destinada à comunidade urbana, e a leitura popular, destinada à rural. Na Idade Média, as autoridades eclesiásticas temiam que a difusão da leitura pudesse trazer um desequilíbrio na ordem social e políticas instituídas, ensinando novos modelos comportamentais. Dessa forma, desviavam a finalidade das bibliotecas: em vez de fomentar, democratizar e facilitar o acesso à leitura, ressaltavam as elites e as diferenças entre as classes sociais. Lê-se:

Vários dados atestam essa condição mediana das ‘bibliotecas’ mais populares: enquanto a média dos livros possuídos é de 37 para os togados, 33 para os médicos, 23 para os clérigos, 20 para os nobres, ela é de apenas seis para os mercadores e de apenas quatro para as pessoas de ofício. Entre esses últimos, a regra é a posse de um único livro (situação encontrada em 53% dos inventários de artesãos que mencionavam livros, mas também em 44% dos mercadores) (CHARTIER, 2004, p. 94).

Ainda hoje se percebe uma inversão de valores, em que a privação à leitura é uma prática histórica, reforçada pela ideia de leitores elitistas que se sobrepõe a uma disseminação da ignorância por falta de acesso ao livro e à leitura. Contraste e distinção, assim como

imposições e divisões socioculturais ainda revelam a leitura clássica versus a leitura comum dos auditórios populares.

A linha de pesquisa básica de Chartier é a história da leitura, das práticas de leitura e escrita, interrogando as teorias da recepção cultural e inovação da sociologia e da cultura. Essa tem sido a preocupação dele e outros estudiosos imbricados com o distanciamento entre livros e leitores, sobretudo com a invasão dos computadores.

Apesar disso, o autor (1999) assevera que “estamos vivendo a primeira transformação da técnica de produção e reprodução de textos e essa mudança na forma e no suporte influencia o próprio hábito de ler”. Para ele, a internet pode ser uma poderosa aliada para manter a cultura da escrita, pois auxilia no aprendizado e faz circular os textos de forma intensa, aberta e universal.

Diante dessa situação, cabe às escolas incentivar a relação dos alunos com um patrimônio cultural, cujos textos servem de base para pensar a relação consigo mesmo e com o mundo. Como descrito por Chartier (1999), “É preciso tirar proveito das novas possibilidades do mundo eletrônico e, ao mesmo tempo, entender a lógica de outro tipo de produção escrita que traz ao leitor instrumentos para pensar e viver melhor”. O autor (1999, p. 142) adita:

O texto eletrônico poderia, com o tempo, supor a retomada da leitura no espaço doméstico e privado ou nos lugares em que a utilização dos bancos de dados informáticos, das redes eletrônicas, é a mais importante. [...] A trajetória desse novo meio poderia levar a uma forma de leitura mais privada que aquela que a precedia, por exemplo, na biblioteca. Ter-se-ia aí o limite extremo de um percurso que começou bem antes da informática e da eletrônica, nas sociedades do Antigo Regime. Na época, ler em voz alta era uma forma de sociabilidade compartilhada e muito comum.

Contra essa inversão nos processos de letramento, ou seja, com os usos e funções sociais da leitura e da escrita, sobrepõem-se anos de apropriação do sistema de representação alfabética em sua forma convencional. Soares (2002) propõe que se dedique uma atenção maior quanto a isso, priorizando a necessidade de alfabetizar letrando, garantindo ocasiões de aprendizado às crianças, desde as séries iniciais, mostrando a escrita e a leitura como objetos sociais, sem se perder de vista a construção da representação alfabética do nosso sistema de escrita.

Apropriar-se da escrita por meio da leitura e produção de textos é um direito de todo cidadão e importante fator de inclusão social, construção de subjetividade, cidadania e acesso aos bens culturais. Reforça-se, então, a reflexão sobre o papel da escola e das bibliotecas,

especialmente as destinadas às camadas populares, na apropriação do *habitus* de leitura e escrita.

Para tanto, é necessário que esses processos tenham um valor bem definido dentro dessas comunidades, pois para que um produto seja consumido é preciso que este tenha adquirido um valor social e cultural importante. Portanto, é necessária a necessidade da leitura e da escrita, sobretudo para esses grupos sociais menos favorecidos. Pode-se centrar aí um importante elemento: a biblioteca. Aquela popularizada que viabilize projetos e programas a fim de despertar o valor da leitura e da escrita.

Paulo Freire foi um dos grandes defensores da biblioteca popular. Para ele, a visão da educação deveria estar na intimidade das consciências, movida pela bondade dos corações quando se educa, pois a educação modela as almas e recria corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais. Nesse sentido, a biblioteca popular está relacionada à prática democrática e crítica da leitura da palavra e do mundo, já que ela valorizaria a cultura popular.

Relevam-se, então, os questionamentos sobre como a biblioteca e o bibliotecário devem atender melhor o usuário e como se pode conseguir aumentar o número de frequentadores assíduos às unidades de informação. Deve priorizar a variedade e diversificação de modelos de acervos e suportes. A biblioteca material ou o livro não serão totalmente suprimidos pelos textos digitalizados quando se cumprir essencialmente a missão dada ao profissional da biblioteca: socializar o processo de leitura e promover a diminuição das desigualdades, reduzindo também as acepções. A humanização e o afeto trarão o leitor à leitura.

Desde Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontadas com a ambição de uma biblioteca onde estivessem todos os textos e todos os livros, as coleções reunidas por príncipes ou por particulares são apenas uma imagem mutilada e decepcionante da ordem do saber. O contraste foi sentido com uma intensa frustração. Esta levou à constituição de acervos imensos, à vontade das conquistas e confiscos a paixões bibliófilas e à herança de porções consideráveis do patrimônio escrito. Ela inspirou igualmente, a compilação dessas ‘bibliotecas sem paredes’ que são os catálogos, as coletâneas e coleções que se pretendem paliativos à impossibilidade da universalidade, oferecendo ao leitor inventários e antologias. Com o texto eletrônico, a biblioteca universal torna-se imaginável (senão possível) sem que, para isso, todos os livros estejam reunidos em um único. Pela primeira vez, na história da humanidade, a contradição entre o mundo fechado das coleções e o universo infinito escrito perde seu caráter inelutável (CHARTIER, 1999, p. 117).

A humanização, o afeto, a boa vontade no exercício diário do profissional, bem como a comunicação fraterna proporcionará um marketing humanicista, motivador e capaz de promover a edificação e o aprimoramento do leitor. Assim sendo, dentro das bibliotecas, necessita-se de bibliotecários, leitores e estudantes que reaprendam o verdadeiro sentido da existência de livros e bibliotecas. Universalizar o saber e o conhecimento emancipador, a justiça e a liberdade, assim como a indestrutibilidade textual para assegurar às gerações vindouras informações úteis à preservação da vida.

Nos dias atuais, as bibliotecas vêm se adaptando ao processo de inovações tecnológicas ocorridas com a evolução da humanidade, sendo que uma das principais características da biblioteca do futuro refere-se à possibilidade de ela apresentar não mudanças em seus acervos. Possivelmente, elas terão a disponibilidade de poder disseminar informações com outras instituições através das novas tecnologias informacionais. Apesar disso, os livros ainda mostram muito fôlego e compõem a maior parte dos acervos das bibliotecas. É provável que, no futuro, muitas obras serão armazenados em CD-Rom, multimídia, Internet e outros mecanismos de armazenamento de dados eletro-eletrônicos, mas os livros são insubstituíveis quando a leitura se dá como uma atividade de lazer ou de prazer.

Para a manutenção e ratificação da importância e função das bibliotecas para as práticas de leitura e escrita, promovendo a cidadania, a *IFLA* (sigla em inglês de Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas) apoia, defende e promove a liberdade intelectual, tal como está definida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas. Ela declara que os seres humanos têm o direito fundamental de acender às expressões do conhecimento, do pensamento criativo e da atividade intelectual e de expressar as suas opiniões publicamente.

O direito ao conhecimento constitui um requisito à liberdade do pensamento e da consciência humana. Por tal razão, a *IFLA* exorta os seus membros a promoverem a aceitação e a concretização destes princípios. Nesse sentido, a referida Federação (1999) expressa:

- As bibliotecas proporcionam acesso à informação, às ideias e às obras da imaginação. Servem como portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura;
- As bibliotecas proporcionam um apoio essencial à formação contínua, para a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos;
- As bibliotecas contribuem para o desenvolvimento e a manutenção da liberdade intelectual e ajudam a preservar os valores democráticos fundamentais e os direitos cívicos universais;
- As bibliotecas têm a responsabilidade de garantir e facilitar o acesso às expressões do conhecimento e da atividade intelectual. Com este fim, as

bibliotecas devem adquirir preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade e a diversidade da sociedade;

- As bibliotecas devem assegurar que a seleção e a disponibilidade dos documentos e dos serviços sejam regidos por considerações de natureza profissional e não por critérios políticos, morais ou religiosos;
- As bibliotecas devem adquirir organizar e difundir a informação livremente e opor-se a qualquer forma de censura;
- As bibliotecas deverão disponibilizar os seus documentos, instalações e serviços a todos os utilizadores, de forma equitativa. Não deve haver nenhuma discriminação com base na raça, credo, sexo, idade ou em qualquer outro motivo;
- Os utilizadores das bibliotecas deverão ter o direito à privacidade e ao anonimato. Os bibliotecários e o restante pessoal das bibliotecas não deverão divulgar a terceiros a identidade dos utilizadores nem identificar os documentos por eles utilizados;
- As bibliotecas financiadas com fundos públicos e às quais o público tenha acesso deverão respeitar os princípios da liberdade intelectual;
- Os bibliotecários e outro pessoal das bibliotecas têm o dever de respeitar estes princípios;
- Os bibliotecários e outro pessoal das bibliotecas devem assumir as suas responsabilidades tanto perante a entidade patronal como perante os utilizadores. Em caso de conflito entre estas responsabilidades, prevalecerá o dever para com o utilizador.

Pensar na formação de leitores como um processo eminentemente social exige que o Estado se responsabilize em criar as condições materiais e simbólicas para que a construção desse leitor encontre situações planejadas, tanto no ambiente escolar quanto no familiar e social. Diante disso, a condição de uma Biblioteca Cidadã, mediadora, instituição aglutinadora de produção intelectual, a diversidade de pensamentos e teorias a serviço da comunidade a fim de possibilitar uma melhor qualidade no jeito de agir dos indivíduos; um melhor jeito de viver.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a reflexão dos questionamentos sobre a missão do profissional bibliotecário e do importante papel da Biblioteca como agente divulgador e disseminador de informações, conhecimento e educação.

As formulações feitas pelos importantes autores e suas obras supramencionadas contribuem em muito para o conhecimento da história da biblioteca francesa desde a Idade Média até a atualidade, na era digital, assim como da importância da leitura para que os indivíduos ampliem as suas perspectivas e propiciem convivência harmônica e equilibrada

entre o saber e o fazer. LEITURA E CIDADANIA, tendo a biblioteca como entidade mediadora, foram as propostas argumentativas deste artigo.

REFERÊNCIAS

- BARZOTTO, V. (Org.). **Estado de Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- BORDINI, M.; AGUIAR, V. **Literatura: a formação do leitor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CARA, S. **A poesia lírica**. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.
- ECO, U. O dilúvio da informação. **Veja vida digital**. n. 4. p.11-15, dez. 2000.
- EVANGELISTA, A.; BRANDÃO, H. (Orgs.). **A escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FREIRE, P. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1996.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1995.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS*. Disponível em: http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm. Acesso em: 22 nov. 2008.
- KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**. Campinas: Pontes, 1996.
- KLEIMAN, A.; MORAES, S. **Leitura e interdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- KOCH, I. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAJOLO, M. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MAGNAMI, M. **Leitura, literatura e escola**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARCUSCHI, L. A. A. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L.; XAVIER, A. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

MARINHO, M. (Org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MATENCIOA, M. **Leitura, produção de textos e a escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

MORICONI, I. **A poesia brasileira do século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas Literaturas**: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POUND, E. **A arte da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1976.

POUND, E. **ABC da Literatura**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SILVA, E. (Coord.). **A leitura nos oceanos da internet**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, E. **Elementos de pedagogia da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

SILVA, E. **Criticidade e leitura**. Campinas: Mercado de letras, 1998b.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MULTICULTURALISMO: relações étnico-raciais e a diversidade cultural brasileira

Cinthy Amaral Santos

Renata Assumpção Marmorì Crucchioli

Marcos Cristiano dos Reis

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz

Humberto César Machado

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso tem como tema “Multiculturalismo: relações étnico-raciais e a diversidade cultural brasileira”. A palavra-chave tem vários significados, inclusive no sentido qualitativo, em que se descrevem características sociais e governamentais. É necessário destacar que existem várias comunidades culturais que precisam não apenas construir uma vida em comum, mas também manter a identidade original para a boa convivência.

Além disso, o objetivo desta pesquisa é estudar formas de compreender o multiculturalismo e sua importância para a educação, bem como fornecer novos mecanismos de estruturação para engajamento na realidade das escolas de ensino fundamental e médio.

O trabalho foi estruturado em tópicos, sendo o primeiro a abordagem conceitual do tema. O segundo e o terceiro trazem exemplos mundiais e brasileiros de estudos existentes. Por fim, o quarto abrange as iniciativas produzidas no Estado de Goiás e, por fim, como empreender um novo modelo em uma construção mais efetiva dentro das escolas e da Universidade Estadual de Goiás.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica, por meio da qual se buscou aprimorar os conhecimentos em relação ao conceito, características, exemplos e às iniciativas de projetos de engajamento, tanto em outros países, no Brasil e no Estado de Goiás.

O Brasil é rico em cultura. Desde a chegada dos portugueses, que se depararam com os indígenas, primeiros habitantes, os encontros de povos diferentes foram acontecendo, por meio da escravidão, com os negros. Colonizações de determinadas regiões foram realizadas pelos holandeses. Houve também imigração com alemães e italianos. A partir desse intenso

fluxo migratório, é importante reconhecer a multiculturalidade, principalmente quando se pensa no contexto educacional.

É importante perceber a importância do espaço educacional, para que se promova um ambiente social corporativo. Apesar de a proposta citar a escola, esta acadêmica escolheu um projeto que deve ser melhorado na universidade, que é o ambiente onde ela leciona há mais de 15 anos.

Concluiu-se que a educação deve ter como princípio básico a preocupação de engajamento, e contar com a ajuda mútua das esferas administrativas, comunidade acadêmica e escolar, bem como da sociedade. As mudanças sempre estarão ocorrendo e traz efeitos que podem, no início radicalizar e assustar os pensamentos mais antigos. Mas, através de uma ajuda significativa, a construção de seres humanos mais unidos e melhores se tornará uma realidade global.

2 CONCEITO DE MULTICULTURALISMO

Quando se fala em multiculturalismo, pensa-se ser fácil conceituar essa palavra, mas, na realidade, não existe um consenso entre os estudiosos e os intelectuais nesse aspecto. Surgem várias interpretações e diferentes vertentes, inclusive de cunho político-ideológico, que impõem a cultura e a identidade, sem se preocupar com o verdadeiro sentido do vernáculo para o dicionário e para a sociedade.

Andrade (2007) explica que não se trata de uma definição positiva ou negativa, mas, sim, de uma construção social que vem para promover a igualdade como fundamento, ou a segregação, caso não seja verificada, principalmente no contexto escolar. Para o mesmo autor, indicaria uma expressão de luta contra a marginalização, voltada para duas vertentes: a redistribuição e o reconhecimento.

Em relação à abordagem tratada como descritiva ou liberal, o multiculturalismo é uma característica das sociedades atuais que detêm uma configuração conforme seus costumes e dependem, ainda, do contexto em que se vive. A segunda abordagem do conceito, chamada de propositiva, já o entende não como uma realidade, mas, sim, como uma forma de atuar e de transformar a dinâmica social (CANDAUI, 2008).

Os primeiros passos para a realização de ações multiculturais se centram nas escolas públicas e na Universidade. As razões levantadas foram estratégicas, tendo em vista os vários protestos étnicos que aconteceram nesses locais específicos, que abrangem um leque enorme

de beneficiários. O segundo motivo que se percebeu foi o poder desses grupos, que, com essas manifestações, poderia desempenhar um papel destacado para a sua libertação (DIETZ, 2012).

A educação idealizada como multicultural é aquela que tem o conhecimento de diversas culturas em um mesmo espaço. É um tipo de atividade que se esforça na criação de situações em que se percebe uma grande diversidade de culturas e/ou etnias. Só assim se pode pensar em igualdade de direitos no nível educacional (CORTESÃO, 1999).

Cardoso (1996, p. 9) conceitua educação multicultural:

É um conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas ao nível do sistema, de escola e de classe, cujo objetivo é promover a compreensão e tolerância entre indivíduos de origens étnicas diversas através da mudança de percepções e atitudes com base em programas curriculares que expressem a diversidade de culturas e estilos de vida.

Todas as escolas devem ter um envolvimento multicultural e contar com a participação de seus órgãos, dos pais dos alunos e da comunidade educativa como um todo. É importante que todos se unam nesses esforços para o processo educativo das crianças, ou seja, já comecem desde cedo essa interação. Assim, para que aconteça tal interação, além dos alunos e dos professores, faz-se necessária a conjugação de agentes externos à sala de aula, que são os genitores.

Portanto, o ambiente escolar deve ser favorável à diversidade, bem como os currículos, as atividades, as interações e os conteúdos, contendo estratégias que sejam construídas para todas as crianças, pois só assim se obterá uma igualdade de oportunidades. A escola, na visão de Santomé (2005), para atingir a qualidade de ser multicultural, tem de ser inclusiva. Isso significa apostar em um sistema educativo que interligue relacionamento e igualdade. Os programas a serem idealizados devem basear-se nas relações interpessoais, sendo um ato intencional para selecionar os problemas existentes e definir as finalidades de ensino.

Para fechar o raciocínio em torno do conceito de multiculturalidade, não se pode deixar de citar Meirinhos (2009), que explicita que esse tema faz parte do contexto escolar europeu. As turmas de alunos, nas escolas de vários países, são compostas por elementos de culturas diversificadas, e é necessário fazer um levantamento dos problemas acerca dos caminhos a serem buscados nos currículos, a fim de adequar-se a essa nova realidade. O contexto escolar deve estar em constante vigilância para prevenir falhas na interpretação cultural das pessoas, na tentativa de evitar o racismo com as minorias étnicas.

A escola que será considerada multicultural, segundo Cardoso (1996), precisa passar por quatro etapas distintas, que são: primeira, estabelecer as mudanças multiculturais; segunda, defender os objetivos e as metodologias a serem aplicados no processo de alteração; terceira, fazer divulgação dentro da escola e contratar professores que aderiram a essa nova realidade; por fim, a quarta fase, que é promover estudos e cursos de formação, para que se tenha conhecimento suficiente sobre como lidar com o multiculturalismo.

Assim, percebe-se que a multiculturalidade será um diálogo entre culturas distintas, o que levará a uma interação entre pessoas diferentes, desde que seja recíproca. Se a escola alcançar esse tipo de ensino, pode estabelecer o respeito ao outro a partir desse encontro entre diferentes formas de pensar e agir (BARRIO, 2006).

Outro importante avanço na questão da inclusão multicultural no Brasil foi a promulgação da Lei 11.645/2008, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial a obrigatoriedade de estudar a temática voltada para as histórias e culturas Afro-Brasileira e Indígena. É importante conhecer os aspectos que caracterizam a formação da população brasileira, que é um conjunto dos grupos étnicos europeus, africanos e indígenas (BRASIL, 2008).

Com essa lei, espera-se que o Brasil possa reconhecer, por meio da educação, as culturas que foram também responsáveis pela história e pelo crescimento desse país. Essa legislação tem a possibilidade de oportunizar aos estudantes o conhecimento de outros grupos culturais e a valorização da riqueza que existe nesse Estado.

3 O MULTICULTURALISMO NAS ESCOLAS PELO MUNDO: Projetos

É importante começar essa análise pela Europa, onde a maioria dos países do chamado leste europeu já inseriu na escola a importância da dimensão histórica que a sociedade civil contém. Desde a década de 1990, esses países já estabelecem princípios democráticos para adensar as respectivas sociedades, dando ênfase à cidadania na educação.

A partir dessa busca, várias iniciativas se iniciaram, realizadas através de diversas organizações internacionais. Essas entidades realizaram investigações no contexto educacional e a partir dos resultados, que mostraram falta de inclusão cultural, passou a encorajar a ideia de uma escola para a cidadania, inclusive com a inserção de ensino de campo. Um exemplo proveio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, que passou a promover a ideia de cidadania em escala global, com

intermédio da Década das Nações Unidas, dando-se prioridade para os direitos humanos, entre os anos de 1995 a 2004 (EURYDICE, 2005).

Quanto aos países que têm em sua população grupos minoritários, esse conceito também está associado aos não cidadãos, em relação à cultura, à língua, mesmo já tendo residência fixa há algum tempo. Um dos exemplos é a Estônia, que lançou, entre 2000 e 2007, um programa de Estado cujo objetivo é promover a inclusão de cidadãos que não são nacionais. A partir do programa geral, existem subprogramas, sendo um deles, o terceiro, chamado de Competência Social. Ele procura assegurar que a população seja socialmente competente para participar de forma ativa do desenvolvimento da sociedade civil, incluindo os estrangeiros na sociedade e no aprendizado da língua materna.

Outro exemplo ocorre na Alemanha, conforme o texto a seguir:

No Estado alemão de Renânia do Norte Vestefália, por exemplo, o Artigo 1 do *Erstes Gesetz zur Ordnung des Schulwesens* (Lei Principal para a Ordenação do Sistema Escolar) estipula: Os jovens devem ser educados segundo os princípios da humanidade, democracia e liberdade, aspirando à tolerância e respeito pelas convicções dos outros, à responsabilidade pela preservação do ambiente natural. [...] Os jovens devem estar aptos e prontos a servir a comunidade, a sua família e profissão, as pessoas e o Estado (EURYDICE, 2005).

A União Europeia (UE) apoia todos os Estados-membros a proporcionar uma educação que forme cidadãos e promova o multilinguismo. Isso motiva a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos jovens, e facilita o intercâmbio entre pessoas de outros países, com culturas diferentes, na troca de informações e experiências.

A UE estabelece o quadro para os países da UE trocarem boas práticas e aprenderem uns com os outros, com o objetivo de:

- a) tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
- b) melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
- c) promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa;
- d) reforçar a criatividade, a inovação e o empreendedorismo.

Na América do Sul, também existem projetos em prol do multiculturalismo. Um deles é o Concurso Histórico-Literário Caminhos do Mercosul. É uma iniciativa do setor educacional do segmento e tem como objetivo central fortalecer a identidade dos jovens que pertencem aos países que fazem parte.

A experiência básica é que haja uma aprendizagem entre os participantes, com o intuito de ampliação dos conhecimentos entre Estados diferentes, com culturas e idiomas

distintos. É uma possibilidade de avaliar a importância da integração regional e promover a diversidade cultural e a paz entre os povos mediante a escrita. Podem participar desse projeto estudantes de instituições públicas e privadas, que estejam matriculados nas escolas.

Na Costa Rica, agora na América Central, também há um programa intitulado Encontros Nacionais Culturais, que tem como finalidade divulgar bolsas de incentivo para as comunidades da região apresentarem projetos culturais e multiculturais na localidade.

4 MULTICULTURALISMO NO BRASIL: Projetos

Existe um grande desafio nas escolas brasileiras para com os alunos imigrantes. Muitos são atraídos pelo crescimento econômico e chegam ao país com filhos que se matriculam em escolas públicas e se deparam com o primeiro grande desafio: a língua. E esse é só o primeiro obstáculo para a adaptação.

No Brasil, essa realidade tem se agravado ainda mais, pois não temos uma política pública voltada para a educação do estrangeiro, principalmente no que diz respeito a programas de adaptação, aulas extras do idioma português ou mesmo currículos bilíngues, como ocorre na Finlândia, na Noruega e no Canadá.

Há exemplos a serem seguidos, como o que acontece no Sul do país, que volta às suas origens. A cena de crianças nas salas de aula nessa região do Brasil não é nova. Por exemplo, o caso das escolas comunitárias germano-brasileiras é algo notório, pois os próprios imigrantes ministravam o ensino na língua pátria, o alemão. Além disso, em outras cidades, como Porto Alegre, a EMEF São Pedro passou a oferecer aulas de italiano, do 4º ao 6º ano, com o objetivo de fazer com que os descendentes redescobrissem o idioma de seus antepassados.

Em Boa Vista, Estado de Roraima, temos um grande exemplo também de projetos multiculturais. A professora Darlete Souza do Nascimento, que leciona na Escola Estadual Ayrton Senna da Silva, ministra aula de Língua Espanhola e usou a disciplina para conscientizar os alunos sobre a importância do respeito à diversidade cultural. O objetivo maior do projeto é combater a xenofobia, tendo em vista a proximidade dessa região com países vizinhos, os quais têm outras culturas e falam outra língua. Em depoimento à Agência Brasil (2015), a professora explica que o projeto envolveu 500 alunos e ajudou a evitar a discriminação:

Hoje o meu aluno que é venezuelano, que é guianense, já não é mais tão rechaçado e desrespeitado pelos outros, porque tentamos trabalhar essas questões. Antes da pesquisa, em conversas informais com os alunos, eles mesmos relataram questões de discriminação.

Para finalizar, vários estudos indicam que, na área educacional, o Brasil tem tentado criar um currículo que busque o multiculturalismo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1997) mostram que há eventos com participação de escolas brasileiras e um deles foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jostiem, Tailândia, em 1990.

Outro destaque são as participações em congressos e conferências pan-africanas, que possibilitam a maior conscientização da cultura negra. Isso gerou a criação de organizações de reivindicação do movimento negro no país, tais como: Associação dos Negros Brasileiros (ANB) e Convenção Nacional do Negro Brasileiro (CNNB).

5 MULTICULTURALISMO NO ESTADO DE GOIÁS

Ao empreender a pesquisa no Estado de Goiás, encontraram-se dois grandes projetos: um é da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e o outro é uma dissertação de mestrado que engendrou um caminho de inserção cultural para os ciganos na cidade de Trindade.

A UEG, que tem vários cursos espalhados por todo o Estado, todos os anos, faz um vestibular especial para os refugiados, portadores de visto, e acolhida humanitária. O edital reserva um quantitativo de vagas para aqueles estrangeiros que tenham saído de seu país por medo de perseguições, por motivo de raça, religião, nacionalidade ou até opiniões políticas contrárias, bem como para aqueles que são reconhecidos oficialmente sem pátria, ou sejam nacionais de qualquer país que esteja em instabilidade institucional, conflito armado etc. (UEG, 2021).

Outro exemplo foi idealizado na cidade de Trindade, em Goiás, com o objetivo de estudar a comunidade cigana que vive nesse município. O estudo buscou reconhecer ou mesmo conhecer sua cultura. A proposta principal do projeto é a inserção cultural desse grupo específico no currículo da Escola Campo, com aceitação de uma parcela de alunos, para, assim, demonstrar suas tradições, história, origem e identidade (MOTA, 2015).

Outro projeto da Universidade Federal de Goiás é a inclusão da diversidade e do multiculturalismo de estrangeiros nas refeições de grau dos cursos de graduação. A

organização dos eventos garante protocolos diferentes quando há concluintes estrangeiros. O formando pode levar a bandeira de seu país e encaminhar o hino para ser incluído na cerimônia (UFG, 2016).

Quando se comparam os projetos apresentados no exterior, no Brasil e no próprio Estado de Goiás, o que se percebe é que existem semelhanças, no sentido do que se busca, que são a inserção, o ensino de outras culturas e a diversidade. A grande diferença notada é a quantidade. O sul do Brasil está bem mais adiantando em projetos do que outras regiões do país, inclusive o centro-oeste. Esses projetos que foram apresentados ainda são poucos perante as exigências nacional e estadual para aprender sobre a multiculturalidade do povo brasileiro e a do estrangeiro que aqui é acolhido.

Quanto aos projetos do exterior em comparação com os do Brasil, a grande dificuldade que se assenta é em relação a professores mal treinados para acolhimento e ensinamento, bem como à infraestrutura das escolas que receberão ou realizarão esses projetos.

6 MULTICULTURALISMO PENSADO PARA GOIÁS

O aluno deste século precisa desenvolver-se de forma global, inclusive no quesito ensino-aprendizagem. Devem-se incluir no ensino os aspectos cognitivos, afetivos, socioculturais e comunicativos. Essa junção de características é necessária para que o sujeito interaja com o ambiente e com as experiências vividas pelos variados grupos que ali se encontram.

Pensando em projetos de multiculturalismo, inserção e inclusão, observa-se que, baseando-se no que foi apresentado sobre acolhimento de estrangeiros na Universidade Estadual de Goiás, tal atitude precisa ser aprimorada.

É realizado um vestibular específico, como já foi mostrado, mas o estudante não tem nenhum tipo de acolhimento para aprendizado da língua portuguesa, nem por parte do aluno brasileiro que ali estuda, tampouco em relação à cultura desse novo aluno. Além disso, não há engajamento da comunidade local e aprimoramento dos professores para ensinarem o acadêmico.

O importante seria modificar esse projeto, dando ênfase aos seguintes focos:

a) Treinar o educador para ser multicultural, o que significa ser aberto e aceitar as diferentes culturas. Importante ser também imparcial, não demonstrando nenhum preconceito

em relação à língua e à religião, além de saber escutar e respeitar ideologias, tradições e conhecimentos diferentes.

b) Aprimorar o papel da comunidade no acolhimento do aluno estrangeiro. A acolhida das pessoas fora do âmbito escolar é de suma importância.

c) Proporcionar atividades culturais em que o aluno estrangeiro possa mostrar sua cultura e ensinar sua linguagem.

d) Promover cursos da língua portuguesa para engajar esse novo aluno também na nossa cultura.

A importância desse projeto é conceder ao curso de Direito da UEG a possibilidade de abertura de vagas. Elas ainda não existem, para estrangeiros, para essa graduação, por falta dos requisitos já especificados, principalmente no que diz respeito ao treinamento do docente. Sendo assim, indica-se como projeto essas mudanças para um futuro multiculturalismo no curso de Direito da UEG, no Estado de Goiás, com apresentação de mudanças no PPC do curso, incluindo também filmes e atividades que abordem a cultura do estrangeiro.

Em relação à escola voltada para o ensino fundamental até o ensino médio, acredita-se que, diante do que foi exposto, devem existir planos de ação, junto a estudantes, pais, comunidade, professores e diretoria escolar, no sentido de efetuar algumas modificações, tais como:

a) mudanças pedagógicas nos planos de ensino, com colocação de conteúdos voltados para as mais diversas culturas;

b) apresentações teatrais com obras de livros que tratem sobre diversidade;

c) palestras sobre multiculturalismo, em que se abordem várias vertentes diferentes, como: raça, credo, cultura, danças etc.

Ensinar na forma multicultural é necessário para que a cada dia se construa sujeitos mais humanos e que sejam sensíveis às condições sociais e culturais de seus colegas. É muito importante que essa realidade seja construída desde cedo, para que as crianças aprendam a se respeitar, e se tornem adultos conscientes do papel que deverão desempenhar como cidadãos na sociedade em que vivem.

7 CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea passa por profundas transformações diariamente, inclusive quando existe a importância da convivência e da coexistência entre diversas

culturas, em um mesmo território. Este trabalho abordou o conceito de multiculturalismo e apresentou exemplos ao redor do mundo, no Brasil e no Estado de Goiás, de projetos que realizam ou realizaram essa inclusão de tradições e culturas nas escolas e na sociedade.

O grande maestro dessas alterações deve ser o professor, como agente de mudança. Por isso, ele deve estar ciente das realidades sociais, tecnológicas e culturais que o cercam. Só assim estará preparado para lidar com o desafio da união de culturas distintas. Os ambientes escolares devem motivar seus docentes a ensinar sobre outras culturas e línguas, no sentido de agregar os povos, e não de separá-los.

Além dos projetos que já existem e do que foi idealizado, faz-se necessário haver nas escolas e nas universidades um currículo multicultural, na era contemporânea da pluralidade cultural. Esta pesquisa pode trazer contribuições para aqueles que sempre buscam novos conhecimentos e desejam aprimorar-se nas culturas de outros países. Também ajudará estudantes e professores que estejam envolvidos ou tenham vontade de se envolver nesse novo caminho.

Se adaptar a uma nova forma de educar pautada no multiculturalismo, é de suma importância. O processo de idealização deve levar o tempo necessário para que adesão a tantas mudanças significativas. O currículo escolar deve buscar uma flexibilidade, para engajamento, comprometimento das ações propícias que irão se construir dentro de sala de aula e no convívio social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. J. de. **Relações raciais, multiculturalismo e ações afirmativas: as cotas na Universidade de Pernambuco – UPE.** 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARRIO, Á. *Culturas locales iberoamericanas, comunicación e interculturalidad.* In: ANGEL, B.; BARRIO, E. (Orgs.). *Conocimiento local, comunicación e interculturalidad.* Recife: Massangana, 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.645 – Lei de inclusão de história da cultura afro-brasileira e indígena.** 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

CANDAU, V. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A.; CANDAU, V. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO, C. **Educação multicultural**: percursos e práticas reflexivas. Lisboa: Texto Editora, 1996.

DIETZ, G. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación: Una aproximación antropológica*. México: FCE, 2012.

EURYDICE. **A educação para a cidadania nas escolas da Europa**. 2005. Disponível em: <http://www.eurydice.org>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MEIRINHOS, M. **Retrato de uma escola multicultural**: Estudo de Caso. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências, 2009.

MOTA, M. L. R. **(Re)conhecer a cultura cigana**: uma proposta de inclusão ao currículo escolar em Trindade – GO. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SANTOMÉ, J. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In*: SILVA, T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 159-177.

STOER, S.; CORTESÃO, L. **Levantando a pedra**: da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas da época de transnacionalização. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Inclusão e diversidade nas colações de grau da UFG**. 2016. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/87848-inclusao-e-diversidade-nas-colacoes-de-grau-da-ufg>. Acesso em: 23 mar. 2021.

REGIME NOTURNO MÍSTICO EM *SÃO BERNARDO*¹

Michele Giacomet²

O presente estudo tem como objetivo analisar aspectos do regime noturno presentes na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Considerado um romance de introversão, ou seja, uma obra voltada sobre si mesma, constitui-se espaço de reflexão acerca da criação romanesca. Serão evidenciados ainda alguns aspectos da teoria geral do imaginário, de Gilbert Durand, tomada como pressuposto teórico e a partir da qual será desenvolvido este trabalho. Serão colocados em relevância também alguns princípios que caracterizam o romance moderno, pois a obra *São Bernardo*, o romance em análise, é tomado aqui como um romance de introversão, que abriga a discussão romanesca em seu próprio corpo e que predominantemente está associada à concepção moderna de romance.

A proposta de teoria do imaginário, de Gilbert Durand, pressupõe a concepção de eixos norteadores dos trajetos antropológicos que percorrem os símbolos e, conseqüentemente, as imagens evocadas que vão ao encontro de princípios convergentes. Durand (1997, p. 41) denomina trajeto antropológico “[...] a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”. Assim, natureza biológica e cultural interagem de forma dinâmica e com possibilidade de reversão, tanto do símbolo como produto desta interação objetiva e subjetiva, como do trajeto. Para Bachelard (1990), o trajeto parte das intenções fundamentais dos gestos reflexológicos do homem em direção ao seu meio, daí a possibilidade de reversibilidade: o meio condiciona a atitude do gesto em movimento dialético.

Gilbert Durand (1997) estabelece os eixos norteadores do trajeto antropológico, amparado nas três dominantes reflexológicas: postural, digestiva e copulativa. Efetua também

¹ Este trabalho (*ipsis litteris*) é a reedição de uma publicação na Revista Acadêmica UNIFAN, ano 4, n. 6, jan./jun. 2007. O motivo de reeditar esta pesquisa deve-se ao fato de que, em sua primeira divulgação, o meio era físico e considero a necessidade de, novamente, levá-lo a público de forma digital, justamente para que mais leitores tenham acesso.

² Possui Graduação em Letras Português/Francês pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás; e, Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria literária e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: atividades interdisciplinares, ensino, língua portuguesa, metodologia e prática de estágio em língua portuguesa, teoria literária, ensino de literatura e literatura infanto-juvenil. Atualmente, é professora do Centro Universitário Alfredo Nasser e, também, desde 2013, Editora-chefe na Editora Alfredo Nasser.

a classificação a partir da bipartição de regime do simbolismo, configurando-se um diurno e outro noturno.

A produção imaginária é, então, uma resposta frente à questão da mortalidade, ou melhor, a função do imaginário origina-se na condição de mortal imputada ao homem e seu desejo de escapar à morte e à temporalidade. Logo, a eufemização da morte faz-se necessária diante do destino mortal do homem, e é também característica atribuída ao imaginário, já que este assume também atitude de enfrentamento perante a morte. Desse modo, a imaginação é o fator de equilíbrio dos regimes diurno e noturno.

O regime diurno é regido pela dominante postural, condicionada pelo gesto de erguer-se, de alcançar a posição vertical. A atitude de enfrentamento da morte é diairética, de separação; esta deve ser combatida e enfrentada, e por isso pode-se dizer que o regime diurno é o regime da antítese, pontuando pela análise, pela dualidade e pelo antagonismo. Esta atitude diairética em relação à morte separa os aspectos positivos dos negativos, de modo que os primeiros são colocados em um plano atemporal e os últimos são vivificados pela angústia e repúdio à morte. Os aspectos negativos estão associados a símbolos ligados à animalidade, às trevas, à queda e ao abismo. Assim, a atitude de enfrentamento diante do tempo, que arrasta consigo a morte e aos símbolos negativos expressos por ele, é a atitude do regime diurno do imaginário, uma atitude heroica, disposta ao combate.

Em Literatura, um exemplo de atitude heroica frente à morte seria a figura de Ulisses, um herói épico, que passa por provações em busca de um objetivo: a volta para seu lar, seu refúgio; e, para sua amada Penélope. A *Odisséia*, de Homero, conta as façanhas deste herói, que combate monstros, ogros e ninfas; que aplaca a força de Cronos; e, protela a morte.

O regime noturno empresta novas cores às faces de Cronos e a imaginação noturna passa diante de atitude antitética a uma atitude eufemística. O tempo perde seu caráter aterrador e assume características positivas. Gilbert Durand (1997) divide o regime noturno em dois grupos simbólicos: o primeiro regido por estruturas místicas e o segundo por estruturas sintéticas. As estruturas místicas são assinaladas pelo desejo de intimidade, comodidade, aconchego e profundidade. A queda transforma-se em descida, há possibilidade de existência nas profundezas, o que evoca o repouso primordial e a mãe-terra, que torna-se generosa e protetora, tornando menos terrificantes os efeitos do tempo; estas são adjetivadas pelo eufemismo e tentativa de conversão. As estruturas sintéticas são marcadas pela vontade de unir o desejo de eternidade ao devir, portanto, almejam a harmonização e procuram nas constantes rítmicas amenizar os efeitos de Cronos.

De acordo com Maria Zaira Turchi (1998, p. 32), em sua tese de doutorado, que tem como título *Literatura e antropologia do imaginário: uma mitocrítica dos gêneros literários*,

A imaginação assim concebida, como fator geral de equilíbrio antropológico, é o vetor da teoria geral que divide os regimes do imaginário em estruturas que norteiam os esquemas, os arquétipos e os símbolos. O dinamismo equilibrador, no entanto, mantém o antagonismo das imagens, reunindo-as num sistema e não numa síntese que, ao contato com a duração pragmática e os instantes psíquicos, organizam-se no tempo. Esse dinamismo antagonista das imagens vai possibilitar a compreensão das manifestações simbólicas de um povo, individuais ou coletivas, no decorrer da evolução das civilizações humanas.

O romance moderno, inserido em um contexto de Modernidade, termo proposto por Baudelaire em meados do século passado, evoca revolução tecnológica, urbanização e modernização conseqüentemente, evoca também um período de grandes conturbações sociais e insatisfações. O contexto era propício para mudanças, portanto, natural que antigos paradigmas fossem alterados. O que assinala a Modernidade é, sobretudo, a concepção de uma cultura nova, novos modos de pensar e expressar, não oposta à cultura antiga, mas uma proposta de revitalização da cultura apoiada na autorreflexividade. Logo, a revolução artística é ocasionada pelo modo de pensar do homem moderno e é concebida a partir da necessidade de sintonia com os novos tempos, ou melhor, de adaptação à realidade dissonante que se apresentava, uma realidade fragmentária e marcada pela dualidade. E o artista, como homem de seu tempo, responde às intimações da Modernidade.

A literatura, como arte, como expressão de seu tempo, absorve elementos provenientes das relações histórico-sociais instauradas pela Modernidade. Apresentava-se então, uma nova concepção romanesca oposta à da literatura passadista, porém a ruptura efetua-se sempre em relação de continuidade com a tradição, pois a literatura é produto cultural inscrito na historicidade. Como é fragmentada a realidade do homem moderno, desconsertado com o processo tecnológico, com a impossibilidade do conhecer absoluto e a descrença em um poder também absoluto, divinizado e metafísico, é também fragmentada a realidade romanesca, em que o império do tempo cronológico cede espaço ao tempo psicológico. O espaço é algo contingente, alvo de experimentações, e o herói moderno, romanesco, se opõe ao herói épico pela liberdade com que se move na narrativa. O culto ao indivíduo, ao herói completo, perfeito, é substituído por uma visão não totalizante; como fragmenta-se a realidade, fragmenta-se também o ser, a personagem romanesca. A ruptura dos gêneros exerce fascínio entre poetas e prosadores ou romancistas e o texto oferece infinitas possibilidades de

experimentação. Porém, se o contexto é propício à desconstrução e à ruptura, há uma intensa mobilização na literatura rumo à reconstrução.

A concepção de romance moderno pressupõe autorreflexividade e autorreferencialidade. A teoria literária e a criação romanesca são discutidas dentro e fora do texto, o romance é o espaço por excelência da aplicação, tanto do que se refere à ruptura, como daquilo que expressa reconstrução. Em um universo libertário, que é o romance moderno, pode-se observar uma poética da reconstrução. A poética implícita possibilita a revisão de poéticas passadistas assim como anuncia os novos paradigmas, problematizando tanto estes como àqueles a que se opõe. O romance de introversão é aquele que efetiva no corpo da própria obra a discussão pertinente à criação romanesca. Característica de Modernidade, o romance de introversão teve início no Brasil com a obra *Caetés* (1933), de Graciliano Ramos. Suas obras posteriores, *São Bernardo* e *Angústia*, também buscam no interior da obra a discussão romanesca. O romance que será estudado aqui é *São Bernardo* (1934), que contém um outro romance sendo escrito, ou seja, um romance especular, que segundo Lucien Dällenbach (1977), recebe a denominação de reduplicação aporística ou especiosa, ou seja, inclui a obra que o inclui.

O romance *São Bernardo* contém um romance de mesmo nome em seu interior. Paulo Honório é personagem-escritor e, enquanto escreve, faz observações a respeito do processo da escrita do romance. A narrativa é explorada por meio de sua própria linguagem, o que podemos chamar de livro objeto, ou seja, *São Bernardo* é um romance metalinguístico; a obra é objeto de si mesma.

Paulo Honório, apesar de ser um homem de conhecimentos parcos e ter consciência disto, passa em revista diversos elementos de teoria literária, faz críticas à linguagem e à composição literária, como na passagem em que tenta construir seu livro partindo da divisão do trabalho e se aborrece com um de seus colaboradores: “João Nogueira queria o romance em língua de Camões, com período de trás para diante. Calculem” (RAMOS, 1995, p. 5). Ainda indignado com a linguagem empregada por outro colaborador, Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, encarregado da composição literária, contesta e assim problematiza a linguagem literária:

Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale desta forma!

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apagou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

– Não pode? Perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode.

– Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia (RAMOS, 1995, p. 7).

O redobramento sobre si mesmo e o voltar-se para si pressupõem a presença de elementos do regime noturno no romance de introversão, assim como em *São Bernardo*, bem como a inserção do questionamento, da tentativa de entendimento e a busca do centro. O objeto deste estudo encontra-se na presença do regime noturno em *São Bernardo*, apesar do comportamento do personagem Paulo Honório contar com elementos do regime diurno do imaginário, incorporando o gesto heroico, a determinação quanto à aquisição das terras de São Bernardo, a luta pela sobrevivência na infância e mesmo o casamento com Madalena, que são frutos de uma atitude de enfrentamento.

O regime noturno, no entendimento de Gilbert Durand (1997), divide-se em estruturas místicas e estruturas sintéticas, como já foi observado. O regime noturno místico, por sua vez, divide-se em quatro estruturas básicas. A primeira delas refere-se ao redobramento dos símbolos, que propicia a percepção da relação continente e conteúdo, amparada na repetição, na dupla negativa e no encaixamento. Maria Zaira Turchi (1998) expõe o encaixamento dos continentes isomorfos e a sua obsessão da intimidade, próprios do regime noturno da imagem, acabam sendo esta reiteração dada, que conduz à viscosidade do tema.

A segunda estrutura, referente ao regime noturno místico, é a estrutura aglutinante que tenta estabelecer conexões, relações e junções entre figuras e imagens antagônicas, evidenciando a tendência antifrástica. Caracterizada pela viscosidade e adesividade, busca na aproximação e na tentativa de eufemização dos elementos negativos, através de sua negação, uma visão antifrástica.

A terceira estrutura em que se divide o regime noturno místico conduz aos dinamismos vivos, ou seja, apoiando-se em percepções sensoriais de representação, evidencia o aspecto primitivo e concreto das imagens: cor, luminosidade e concretude, enfim, elementos que suscitam movimento e dão vida aos seres. A quarta e última estrutura refere-se à gulliverização, tendência de inversão do regime noturno místico face ao regime diurno, que busca agigantar o herói. Na visão de Gilbert Durand (1997, p. 214), em “As estruturas antropológicas do imaginário”,

A gulliverização integra-se, assim, nos arquétipos da inversão, subtendida que é pelo esquema sexual ou digestivo do engolimento, subdeterminada

pelos simbolismos do redobramento e do encaixe. É inversão da potência viril, confirma o tema psicanalítico da regressão do sexual ao bucal e ao digestivo. Mas o grande arquétipo que acompanha esses esquemas do redobramento e os símbolos da gulliverização é o arquétipo do continente e do conteúdo.

São Bernardo conta a história de Paulo Honório, homem rude, sem instrução e que não mede esforços para obter a propriedade de São Bernardo. Depois de algum tempo, resolve que quer ter um herdeiro e casa-se com Madalena, professora primária, instruída e sensível. O casal tem um filho, mas a convivência torna-se desgastante, pois Madalena não suporta o ciúme do marido bem como a maneira como Paulo Honório encara a realidade e dispõe das pessoas. Madalena não aceita a submissão ao marido e ao seu modo de pensar e agir, e suicida-se.

As estruturas místicas possibilitam o mergulho, a penetração nas profundidades; a ascensão não é mais desejada. Há o desejo pela secreta intimidade penetrada. A conversão eufemística permite que a queda transforme-se em lenta descida, o abismo converta-se em cavidade, e esta evoca o regresso ao ventre materno. O redobramento sobre si mesmo, tanto na narrativa moderna e do romance como da personagem que refaz seu trajeto pessoal em busca do entendimento da tragédia (suicídio) de Madalena, lembra características peculiares ao regime noturno.

Enfim, Paulo Honório procura entender e resgatar sua história com Madalena e a si mesmo por meio do livro que escreve, o que possibilita ao personagem a reflexão, a descida, o mergulho nas profundezas. Em um gesto digestivo, engole sua própria história e busca, em última análise, o conforto do seio materno.

Portanto, por meio da eufemização, chega a uma concepção antifrástica; a morte em *São Bernardo* é igual à vida. O regime noturno impregna a narrativa de Paulo Honório: a morte de Madalena deflagra a narrativa. Para o protagonista é a tentativa de reestabelecer uma ordem mínima, inalcançável como veremos, pela impossibilidade da totalização do tempo, proposta da narrativa fragmentária, tomada por um tempo interior que não se sujeita à linearidade ou às conexões totalmente lógicas, mas que constitui um esforço por parte do personagem-escritor. A busca de intimidade, do entendimento, o voltar-se para si mesmo e para a narrativa enfatizam a necessidade do aprofundamento, da circularidade e centro peculiares ao regime noturno místico.

A constelação de imagens, que levam ao arquétipo da morada, passa pelo refúgio, a busca da intimidade, ao centro paradisíaco. Em *São Bernardo*, a importância da casa, da

propriedade (fazenda) São Bernardo, seu meio de ganhar a vida, ocupa uma parte significativa da narrativa, tanto que Paulo Honório dirá no início da narrativa:

[...] O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir uma casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descarçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular. Tudo isso é fácil quando está terminado e embira-se em duas linhas, mas para o sujeito que vai começar, olha os quatro cantos e não tem em que se pegue, as dificuldades são terríveis (RAMOS, 1995, p. 9).

Porém, com a morte de Madalena, todas as suas conquistas, o seu refúgio, sua fazenda são reduzidas a uma proporção íntima. Paulo Honório necessita de um outro refúgio e encontra na narrativa circular a intimidade repousante que precisava naquele instante. A simbologia proposta, então, nos remete a fechamento e profundidade. E a narrativa possibilita ao personagem-escritor a maturação e a intimidade como o ovo, a crisálida e o túmulo, portanto, há uma feminização atribuída à casa, fazenda, construção, não como fortaleza (símbolo diurno de oposição), mas como proteção, morada, e uma última análise, ao berço natural, o ventre materno.

O centro e o seu simbolismo estão ligados à repetição, ao espaço sagrado e ao ritual, que, para Paulo Honório, é o espaço da narrativa e o rito da escrita poderá ser, então, multiplicado. Durand (1997, p. 249) pontua: “[...] a ideia de repetição primordial, que consagrou este espaço, transfigurando-o... O homem afirma assim seu poder de eterno recomeço, o espaço sagrado torna-se protótipo do tempo sagrado”.

A narrativa é o espaço sagrado de Paulo Honório, o elemento que permitirá que seu trajeto seja refeito, e assim será efetuado, por meio do redobramento. A transubstanciação faz-se através da escrita; é como se houvesse um engolimento tanto da narrativa como da história de Paulo Honório. Os dois passam por um processo de reflexão e análise em busca de um renascimento, como um casulo em que o insetoide passa por um processo de transformação.

O encaixamento de uma narrativa na outra, o livro de Paulo Honório no romance de Graciliano Ramos, permite o redobramento dos símbolos em uma relação de continente e conteúdo, evocando uma das estruturas pertinentes ao regime noturno místico, propostas por Durand (1997). Este redobramento nos leva ao arquétipo da morada, ao esquema da descida, ao desejo de intimidade.

O tempo em *São Bernardo* bem como na narrativa moderna é fragmentário e há predominância do tempo psicológico em relação ao tempo cronológico. O fluxo de

consciência é largamente utilizado, o que evidencia a presença constante de elementos do regime noturno místico: a interiorização, a busca de abrigo e a profundidade, salientando indefinições e desordem interior do personagem.

O tempo psicológico inserido na narrativa possibilita a viagem iniciática do personagem. A lenta descida faz-se por meio da assimilação do devir e do desejo de penetração, e são estabelecidas aí conexões entre o tempo cronológico e o tempo psicológico, o que evidencia as estruturas aglutinantes do regime noturno místico; um esforço de juntar, unir, conectar realidades supostamente separadas.

No exemplo a seguir, em seus devaneios, Paulo Honório conversa consigo mesmo à procura do entendimento da tragédia, os tempos verbais misturam-se, o que evidencia a fragmentação do tempo psicológico; não há compromisso com presente, passado e futuro: “Se eu convencesse Madalena de que ela não tem razão... Se lhe explicasse que é necessário vivermos em paz... Não me entende. Não nos entendemos. O que vai acontecer será muito diferente do que esperamos. Absurdo” (RAMOS, 1995, p. 103).

São Bernardo é um romance narrado em primeira pessoa, a personagem protagonista conta sua história no livro que escreve, evocando o movimento introspectivo, que indicia a dominante digestiva, o engolimento, ressaltando o continente e o conteúdo, o romance no romance, o livro *São Bernardo* de Paulo Honório no livro *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

Paulo Honório revela os fatos do passado à luz do presente e, como narrador em primeira pessoa, é por meio de sua pessoa que tomamos conhecimento dos fatos. A memória de Paulo Honório é seletiva, a ordem e a importância atribuída aos fatos expostos ou negligenciados são determinados pelo personagem-escritor. Durand (1997) diz que tanto a memória quanto o imaginário erguem-se contra as faces do tempo e que a fabulação é uma forma defensiva contra a inevitabilidade da morte.

No entanto, se por um lado a voz narrativa que se manifesta em primeira pessoa, presente em *São Bernardo*, parece estar impregnada de conotação ditatorial, uma vez que a apresentação, exclusão, ordem e ênfase dirigida aos acontecimentos é norteadas por ela, por outro lado revela extrema humildade do narrador, visto que a este não é conferido o direito de visão do futuro. E a busca do entendimento é o papel assumido pelo narrador que desconhece, que questiona buscando respostas. Paulo Honório está constantemente colocando em questão a narrativa, a si mesmo, o método que adota e a validade deste, como:

[...] As pessoas que me lerem então, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, se quiserem. Se não quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar o escritor.

É tarde para mudar de profissão. E o pequeno que ali está chorando necessita quem o encaminhe e lhe ensine as regras de bem viver.

– Então para que escreve?

– Sei lá! (RAMOS, 1995, p. 9-10).

[...]

Uma coisa que omiti e produziria bom efeito foi a paisagem.

Andei mal. Efetivamente a minha narrativa dá ideia de uma palavra realizada fora da terra... (RAMOS, 1995, p. 77).

[...]

Anteontem e ontem, por exemplo, foram dias perdidos. Tentei debalde canalizar para termo razoável esta prosa que se derrama como a chuva da serra, e o que me apareceu foi um grande desgosto. Desgosto e a vaga compreensão de muitas coisas que sinto (RAMOS, 1995, p. 184).

O romance autobiográfico *São Bernardo*, em que o narrador volta para si mesmo e conta sua história, utilizando-se da memória, busca por meio da eufemização resgatar os fatos, em oposição às forças devastadoras de Cronos, o tempo interior resultará em vida, este converte-se em aliado, a introspecção propiciará entendimento. Morte equivale à vida: morte de Madalena, vida à narrativa.

A introversão efetiva-se pela comunhão de Eros (deus da vida), Tanatos (deus da morte) e Cronos (deus do tempo). Há na narrativa o empenho em recuperar o tempo perdido, o paraíso em que vivia Paulo Honório e que por ele mesmo foi destruído, ou pelo menos tentar entender as razões que o levaram a perdê-lo. Da mesma forma, a narrativa explorada e questionada no interior do próprio romance acompanha o trajeto que percorreu Paulo Honório: tentativa possível de compreensão, redobramento e possibilidade de vida, como as bonequinhas russas encaixadas uma na outra, a existência de uma reside no interior da outra, e assim sucessivamente.

Segundo a mitologia, Cronos ou Saturno é o deus que rege o tempo, caracterizado com virtudes implacáveis e destruidoras no regime diurno contra o qual tem-se que lutar, no regime noturno adquire conotações mais amenas: “O complexo de regresso à mãe vem inverter e sobredeterminar a valorização da própria morte” (DURAND, 1997, p. 237). A morte propiciada pelo avanço de Cronos é concebida agora de forma antifrástica, é vista como um símbolo de repouso primordial. Logo, é possível o isomorfismo sepulcro-berço, o retorno ao ventre materno suscita retorno à terra, que propicia o último repouso ou morada ao ser. Para Durand (1997, p. 238), “[...] a múmia, tal como a crisálida, é ao mesmo tempo túmulo e berço das promessas de sobrevivência”.

Cronos ou Saturno, deus do tempo, casado com Réia (terra), após ter destronado seu pai Urano (céu), faz um acordo com seu irmão Titã e reina no lugar deste, já que Saturno era o secundogênito. Saturno deveria devorar todos os seus filhos do sexo masculino para que os filhos de Titã viessem um dia a obter o reinado. Porém, Réia engana Saturno e consegue fazer com que sobreviva Júpiter, que ao crescer guerreou contra Saturno e o venceu, e expulsou o pai do céu. Saturno e Cronos, deus do tempo, devorador de seus próprios filhos, representa o devorador dos anos, da juventude, e por isso está associado à morte.

Saturno, após perder seu trono no céu, refugia-se na Itália, na região do Lácio e aí inicia novo reinado. Seu reinado é denominado a idade do ouro, pois o período foi de intensa calma, com igualdade de condições, não havia bens próprios e todos viviam em harmonia. A idade do ouro originou as Saturnais, celebrações que tinham como objetivo recordar esse tempo de paz.

A idade do ouro, reinado de Cronos, sugere um deus mais generoso, que propiciava a felicidade de seus súditos. E é essa possibilidade de inverter as características maléficas do tempo e por extensão da morte, que assinalam o regime noturno místico.

Em *São Bernardo*, é gestado e está protegido um outro romance em estado e condição de reflexão e questionamento, como encontra-se também o personagem-escritor, que mergulha nas profundezas da memória. Cronos, então, torna-se um bem-feitor que propicia a intimidade almejada.

A morte em *São Bernardo* permeia toda a narrativa, já que a morte – o suicídio de Madalena – faz com que Paulo Honório escreva o livro, ou melhor, a tentativa de compreensão desta. Tamanha é a importância de Madalena na narrativa que Paulo Honório, o personagem-escritor, por ela interfere até mesmo na estruturação dos capítulos:

[...] E não tenho o intuito de escrever em conformidade com as regras. Tanto que vou cometer um erro. Presumo que é um erro. Vou dividir um capítulo em dois. Realmente o que se segue podia encaixar-se no que procurei expor antes desta digressão. Mas não tem dúvida, faço um capítulo especial por causa da Madalena (RAMOS, 1995, p. 78).

A conversão dos valores negativos da morte, que permite a eufemização da queda e propicia a descida à intimidade, possibilita também a pluralidade semântica atribuída ao universo simbólico ligado à morte e aos maus presságios. O pio da coruja é ouvido diversas vezes por Paulo Honório: “[...] ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me” (RAMOS, 1995, p. 183), ou ainda, “Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi novo pio de coruja” (RAMOS, 1995, p. 8). Há inclusive uma invasão de corujas na torre da igreja: “Uma tarde subi á torre da

igreja e fui ver Marciano procurar corujas. Algumas se haviam alojado no forro, e á noite era cada pio de arrebentar os ouvidos da gente. Eu desejava assistir à extinção daquelas aves amaldiçoadas” (RAMOS, 1995, p. 157).

O simbolismo associado à coruja gira em torno de elementos negativos, por ser esta um animal noturno, que emite um som assustador e de grandes olhos, porém, a coruja pode assumir diferentes conotações, como podemos observar:

[...] Ave noturna, relacionada com a lua, a coruja não consegue suportar a luz e, nesse particular, opõe-se portanto à águia, que recebe essa mesma luz com os olhos abertos, Guénom observou que se podia ver nesse aspecto, assim como na relação Atena-Minerva, o símbolo do conhecimento racional – percepção da luz (lunar) por reflexo – em oposição ao conhecimento intuitivo – percepção direta da luz (solar) (GUES). Talvez seja também por este motivo que a coruja é tradicionalmente atributo dos adivinhos: simboliza seu dom de clarividência, mas através dos signos por eles interpretados. A coruja, ave de Atena, simboliza a reflexão que domina as trevas. (BAGE, 108) (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1990, p. 293).

Portanto, a presença constante da coruja na narrativa suscita um mau agouro que pode estar associado à morte de Madalena, mas em contrapartida a repetição da imagem da coruja e a viscosidade do tema estão relacionadas à presença do regime noturno do imaginário. Logo, a aparição constante do animal evoca a busca do conhecimento racional, da especulação e do mistério a ser desvendado. A coruja, sendo um animal lunar, noturno, está associada à noite, sua visão é possível pelo reflexo da lua, simbolizando a reflexão que domina as trevas. E por extensão, a reflexão que domina a narrativa, iluminando-a. Essa concepção positiva da imagem da coruja vem ao encontro dos elementos dispostos de maneira perspicaz na narrativa: o tempo recuperado, um eu voltado para si mesmo e para a narrativa, um livro-contidente, enfim, a coruja imbuída do atributo do conhecimento anuncia um dos intuitos da narrativa: refletir, indagar, questionar e problematizar.

A presença do regime noturno místico do imaginário em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, está associada, sobretudo, à característica de introversão do romance, um movimento introspectivo originário da necessidade de entrar em contato consigo mesmo, de buscar em suas entranhas as respostas para seus conflitos. Sabe-se que o romance moderno é um romance em crise, assinalado pela desarticulação entre ficção e representação da realidade. Uma resposta possível e não uma realidade absoluta para esta suposta crise do romance efetivou-se no próprio texto; o texto literário passou a ser espaço da discussão romanesca.

As origens do romance moderno remetem à epopeia, predominantemente regida pelo regime diurno do imaginário, para Durand (1997). A figura do herói épico, valorizada ao

extremo, estava impregnada de uma atitude heroica, de enfrentamento, um ser mítico, um semideus: forte, bom guerreiro, determinado e corajoso. A figura do herói moderno já não comporta tais características idealizadas, bem como o romance moderno não possui mais as características épicas tal qual foram concebidas.

São Bernardo, um romance moderno, conta com muitas características do regime diurno. Paulo Honório, o protagonista, em muitos momentos da narrativa, demonstra uma atitude heroica, de determinação, especialmente quanto à aquisição das terras de São Bernardo, tanto que o personagem-escritor nos revela:

A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que me deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de São Bernardo, considereirei legítimas as ações que me levaram a obtê-las (RAMOS, 1995, p. 39).

Mas, como nos diz Durand (1997), ninguém consegue permanecer em estado constante de vigilância, alerta, disposto ao combate, e nem esta conduta está dentro da normalidade. Configura-se, então, uma outra atitude imaginativa, a inversão dos valores negativos do regime diurno através da eufemização, implicando o abandono da antítese.

O regime noturno místico, invertendo o conteúdo afetivo das imagens, permite a visualização eufemística dos ícones ascensionais, temporais e mortuários. O caminho a ser percorrido não leva ao cume, mas ao centro. Os atributos delegados à descida são a lentidão, a suavidade e o calor. A descida, regida pela dominante digestiva, em última instância, conduz ao arquétipo hedônico do ventre maternal.

O percurso refeito por Paulo Honório por meio de sua narrativa nos leva a inferir que o personagem-escritor engole a si mesmo e a narrativa, movido pelo desejo de intimidade, de penetração, o esquema é o da descida. O redobramento é possibilitado pelo reflexo, espelhamento de um romance no outro, suscitando a imagem do encaixamento e, consequentemente, de continente e conteúdo.

Paulo Honório passa de um desejo e atitude ascensionais, aquisição de São Bernardo, a fazenda, concebida como universo-contrário, resistência ao exterior, a um desejo e atitude involutiva, construção de *São Bernardo*, o romance, voltado para o interior, para a interiorização, para o centro. Na passagem transcrita a seguir, Paulo Honório conta como decidiu escrever seu livro:

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável.

Foi aí que me surgiu a ideia esquisita de, com auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A ideia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi de coruja e sobressaltei-me.

Era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro da igreja.

De repente voltou-me a ideia de construir o livro. Assinei a carta ao homem dos porcos e, depois de vacilar um instante, porque nem sabia como começar a tarefa, redigi um capítulo.

Desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto.

Às vezes entro pela noite, passo tempo sem fim acordando lembranças. Outras vezes não me ajeito com esta ocupação nova.

Anteontem e ontem, por exemplo, foram dias perdidos. Tentei debalde canalizar para termo razoável esta prosa que se derrama como a chuva da serra, e o que apareceu foi um grande desgosto. Desgosto e a vaga compreensão de muitas coisas que sinto (RAMOS, 1995, p. 183-184).

O grito da coruja e o horário escolhido pelo protagonista (noite), para iniciar sua tarefa (nova atitude imaginativa), propiciam a inversão dos valores negativos pertinentes ao regime diurno da imagem. A noite, antes nefasta e terrificante, associada às trevas, agora converte-se em claridade noturna, iluminando a descida em busca da compreensão e do entendimento.

A presença do regime noturno místico do imaginário e a simbologia noturna a ele associada, evidenciada neste fragmento, irradia-se por toda a narrativa: a inserção de um romance dentro de outro romance, o redobramento e o encaixe. A decisão de escrever o livro indica o desejo e a necessidade pela secreta intimidade e mergulho nas profundezas, e, conseqüentemente, a atitude reflexiva introspectiva e o questionamento da narrativa.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BARBOSA, João Alexandre. **As ilusões da modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BOURNEUF, R.; QUELLET, R. **O universo do romance**. Tradução de José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.

BRADBURY, Malcom; MCFARLANE, James (Orgs.). **Guia geral do modernismo 1890-1930**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

CRISTOVÃO, Fernando Alves. **Graciliano Ramos** – estruturas e valores de um modo de narrar. Rio de Janeiro: INL / MED, 1975.

DÄLLENBACH, Lucien. *Le récit spéculaire*. Paris: Seuil, 1977.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Tradução de Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 63. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SOUZA, Nelson Mello e. **Modernidade** – desacertos de um consenso. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

TURCHI, Maria Zaira. **Literatura e antropologia do imaginário**: uma mitocrítica dos gêneros literários. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUC/RS, 1998.

**COMO UM CONTO DE FADAS:
uma relação dialógica entre o conto da Cinderela e cinema**

Adriane dos Santos Gonçalves

Kesley Mariano da Silva

Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das ideias. As próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.

Machado de Assis

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Culturalmente, os contos de fadas ou, melhor, os contos maravilhosos habitam o imaginário humano há muitos séculos e continuam a encantar não só as crianças, mas também os jovens e adultos. Destinados ao público infantil, historicamente, nem sempre foi assim. Estas narrativas originaram-se da oralidade, as quais imperavam gestos, modulações da voz e pausas; as primeiras versões dessas histórias eram destinadas à distração de todos os públicos, tanto crianças, quanto jovens e adultos. Até porque a concepção de infância é relativamente recente na história da humanidade.

A descoberta da infância teve início no século XIII, conforme aponta o historiador Philippe Ariès (2006), sua evolução pode ser acompanhada pela história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. “Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente e numerosos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 2006, p. 28). No decorrer deste processo, as crianças conviviam com os adultos no mundo deles, participando de todas as atividades sociais, compartilhando as mesmas histórias, jogos, trabalho, ambientes e até a mesma cama. As histórias ouvidas nos momentos de lazer e diversão também eram as mesmas para todas as idades.

A tradição dos trovadores ou contadores de histórias foi se extinguindo gradativamente. De acordo com o autor (2006, p. 72), “Enquanto o conto se tornava, no fim do século XVII, um gênero novo da literatura escrita e séria [...], a recitação oral dos contos foi abandonada por aqueles a quem se dirigia a moda dos contos escritos”.

Quem certamente aderiu à “moda dos contos escritos” foi o francês Charles Perrault³ ao reunir os contos verbalizados da época no livro “*Contos da Mãe Gansa*”, em 1697. No livro de Perrault (1697), as histórias eram encerradas em forma de poesia, contendo sempre uma lição de moral. O escritor francês inaugurou o gênero da literatura infantil: os contos de fadas. O que lhe conferiu o título de “Pai da Literatura Infantil”⁴ (BOTTCHER, 2016).

A essas narrativas de conto de fadas não se tem uma data precisa de quando realmente foram criadas, em decorrência de sua tradição oral. É o que enfatiza Bettelheim (2002, p. 263), em “A psicanálise dos contos de fadas”: “Como as estórias de fadas só foram reunidas e publicadas mais tarde, qualquer ordenação cronológica das mesmas num período anterior a isto é altamente especulativa”.

Os contos de fadas canônicos não só permanecem atravessando os tempos, como também se abrem a releituras e recontos, atualizando-se à cultura dos novos tempos. E é sobre esse viés que este artigo versa: as relações do clássico conto da Cinderela de Charles Perrault, com suas variantes intertextuais retratadas no cinema hollywoodiano, à luz do dialogismo bakhtiniano e do conceito de intertextualidade, teorizado por Kristeva (1969).

Filmes como *Uma Linda Mulher* (*Pretty Woman*, Garry Marshall, 1990, EUA, 119 min); *Encontro de Amor* (*Maid in Manhattan*, Wayne Wang, 2002, EUA, 105 min); e, *O diabo veste Prada* (*The devil wears Prada*, David Frankel, 2006, EUA, 109 min) contém em suas diegésis a aura, ou melhor, os “elementos” característicos da narrativa do conto da Cinderela, ainda que de forma implícita. Sendo assim, a questão condutora deste artigo é depreender se o tipo de intertextualidade presente na linguagem visual dos filmes (analisados) seriam uma simples versão, adaptação, alusão ou estilização do texto verbal de Cinderela.

No caminho para encontrar uma resposta ao questionamento acima, este trabalho traz uma abordagem sobre o conceito e limiar que difere uma adaptação de uma versão. Também volta seu interesse às teorias concernentes ao dialogismo e alguns tipos de intertextualidade, como citação, versão e estilização. Concepções oriundas e fundamentadas de uma manifestação que explicita o caráter dialógico da linguagem entre textos, segundo a concepção do linguista e pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975).

³ Charles Perrault (1628-1703) foi um importante escritor francês. O primeiro a tomar a voz da tradição oral e imprimi-la no mundo oficial da literatura. As suas histórias mais conhecidas são: *Le Petit Chaperon rouge* (Chapeuzinho Vermelho), *La Belle au bois dormant* (A Bela Adormecida), *Le Maître chat ou le Chat botté* (O Gato de Botas), *Cendrillon ou la petite pantoufle de verre* (Cinderela), *La Barbe bleue* (Barba Azul) e *Le Petit Poucet* (O Pequeno Polegar). (Fonte: E-Briografia)

⁴ BÓTTCHER, Débora. *Literatura Infantil. Charles Perrault – O Pai da Literatura Infantil*. Publicado em: 12 jan. 2016. Disponível em: <http://www.babelcultural.com/charlesperrault/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

Geralmente, é comum a intertextualidade acontecer na relação entre textos que fazem parte de um mesmo sistema semiótico, ou seja, entre um texto verbal e outro verbal. No caso, o objeto deste estudo é discutir a intertextualidade entre processos intersemióticos⁵, que é a relação entre textos de diferentes sistemas semióticos; o texto verbal e o texto fílmico, compostos por suas diversas linguagens.

Portanto, será necessário discutir a relação subalterna do cinema para com a literatura, galgando possíveis respostas na perspectiva crítica de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a “Indústria Cultural”. Ainda sobre essa relação entre “obra literária e a obra cinematográfica”, também serão abordadas às pressuposições sobre adaptações cinematográficas defendidas pelo teórico de cinema Robert Stam (1941).

O desfecho ficará por conta do tópico “Como um conto de fadas”, que faz uma análise detalhada dos “elementos mágicos”, característicos de Cinderela, presentes em cada produção cinematográfica proposta. Além de informações sobre a construção de cada roteiro e críticas da mídia de massa sobre os longas, que auxiliam a compreender o objetivo central desta pesquisa.

2 DO DIALOGISMO À INTERTEXTUALIDADE

A origem dos estudos sobre intertextualidade vai ao encontro da tese defendida pelo pensador russo Mikhail Bakhtin sobre dialogismo, embora o teórico nunca tenha usado esse termo. Dialogia foi o termo que Bakhtin (2016) mais usou para descrever a vida do mundo das produções e das trocas simbólicas, como dois paus cruzados, formando uma cruz, até enunciados mais complexos, como a obra de Marx, cujos valores e significados eram extremamente ambíguos e mutáveis (RONCARI, 2003).

Dialogismo é a condição do sentido do discurso. “A unidade do discurso é o enunciado. Todo enunciado é, por natureza, uma réplica do diálogo [...]. O discurso é dialógico por natureza” (BAKHTIN, 2016, p. 116). Sua definição de enunciado aproxima-se da concepção de texto, que é considerado como objeto de significação, comparado à estrutura de um tecido, quando é um objeto de comunicação, cujo sentido depende do contexto sócio-histórico (BARROS, 2003).

⁵ [...] a tradução intersemiótica reconhece a especificidade das várias linguagens semióticas (pintura, literatura, teatro, fotografia, cinema, televisão) e ao mesmo tempo acolhe o intercâmbio entre as mesmas em um processo de transcodificação criativa. REVOLUÇÃO, TRADUÇÃO E TRADUÇÕES REVOLUCIONÁRIAS. **Tradução intersemiótica**. Publicado em: out. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/Cc7YTH6>. Acesso em: 06 nov. 2019.

O “dialogismo” bakhtiniano se refere ao sentido mais amplo. Para o linguista: “Todo discurso do outro citado (ainda que seja uma simples citação) pressupõe uma relação dialógica com ele (mesmo que seja de concordância, de confirmação)” (BAKHTIN, 2016, p. 121). No entendimento de Stam (2006), a extensão do conceito de dialogia pode ser infinita e aberta às possibilidades geradas por todas as práticas discursivas da cultura, que “alcançam” o texto não apenas por citações reconhecíveis, mas também nos casos de uma retransmissão textual sutil.

Segundo Fiorin (2003), Bakhtin, durante toda sua vida, foi fiel ao conceito de dialogismo. A inquietação do teórico russo era que o discurso não se constrói sobre o indivíduo em si mesmo, mas se elabora em vista do outro.

[...] Bakhtin afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala (BRAIT, 2003, p. 14).

A lógica bakhtiniana estrutura-se na base de que o discurso nunca é totalmente autônomo, pois ele não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço (BLIKSTEIN, 2003). Por esse viés, Bakhtin (2016) nega a possibilidade de um discurso monofônico e defende a tese da polifonia, após analisar a obra de Dostoiévski, considerada, por ele, como um novo gênero romanesco – o romance polifônico.

O teórico Tezza (1988, p. 55 *apud* SOERENSEN, 2009, p. 2) explica a origem da palavra polifonia: emprestada da arte musical, polifonia é “o efeito obtido pela sobreposição de várias linhas melódicas independentes, mas harmonicamente relacionadas [...]”. Em outras palavras, o discurso é perpassado por outros discursos de forma harmônica e a polifonia é este elemento de harmonização das diversas vozes independentes, que produzem diferentes efeitos de sentido que repercutem múltiplas ideologias.

Com base nas mencionadas teorias de Bakhtin (2016), a filósofa e crítica literária búlgaro-francesa, Julia Kristeva (1969) cunhou o termo “intertextualidade”, no ambiente do estruturalismo francês dos anos 60, na sociedade acadêmica. Kristeva (1969) pôs em voga a definição de intertextualidade ao publicar na famosa revista TEL QUEL: “Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é absorção e transformação de outro texto” (POÉTICA n. 27, 1969, p. 45-53 *apud* COELHO; SILVA, 2018, p. 236). Para a crítica literária, o discurso literário seria um diálogo de várias escrituras e que todo texto é absorção e

transformação de outros textos. Nesse sentido, todo texto seria um intertexto, uma vez que este contém a presença de outros textos, podendo eles serem reconhecidos ou não.

A noção de dialogismo – escrita em que se lê o outro, o discurso do outro – remete a outra, explicitada por Kristeva (1969) ao sugerir que Bakhtin, ao falar de duas vozes coexistindo num texto, isto é, de um texto como atração e rejeição, resgate e repelência de outros textos, teria apresentado a ideia de intertextualidade (FÁVERO, 2003, p. 50).

De modo simplificado, ambas as nomenclaturas fazem referência ou incorporam um elemento discursivo a outro, podendo-se reconhecê-lo quando um autor constrói a sua obra com referências a textos já existentes. Nessa linha, “[...] em qualquer texto, a voz do *outro* dialoga com a voz do *um*, de maneira que o sujeito da enunciação não é único, mas dialógico” (DISCINI, 2004, p. 223). Em síntese, intertextualidade é o processo de construção, reprodução ou transformação do sentido, explícito ou implícito.

A ocorrência intertextual dá-se por meio de três formas: citação, alusão e estilização. A citação, para Fiorin (2003), pode confirmar ou alterar o sentido do texto citado. “A citação firma-se por mostrar a relação discursiva explicitamente e todo o discurso citado é, basicamente, um elemento dentro de outro já existente” (ZANI, 2003, p. 123). É o que concerne à metalinguagem deste artigo, bem como de qualquer outro trabalho acadêmico estruturado sob “teias” de citações que complementam seu discurso.

Fiorin (2003) explana que, na alusão, não se reproduz as palavras (tal qual como o texto original), mas sim construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras ou faz-se figurativas do mesmo tema. “Na *alusão*, não se convocam literalmente as palavras nem as entidades de um texto, porque se cogita que o coenunciador possa compreender nas entrelinhas o que o enunciador deseja sugerir-lhe sem expressar diretamente”, reafirmam Koch, Bentes e Cavalcante (2012, p. 127).

A alusão se aplica no caso de intertextualidade implícita. Nesse caso, os autores (2012) esclarecem que o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte reconheça a presença texto-fonte, previamente armazenado em sua memória discursiva, se não ocorrer, estará prejudicada a construção do sentido. Em sua essência, a alusão reproduz a ideia central de algo já discursado, ou como próprio nome diz, alude um “discurso” já conhecido pelo público.

Por fim, tem a estilização que é uma forma de reproduzir os elementos de um discurso já existente, “discurso de outrem”, sob a ótica de Fiorin (2003), como uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de dar uma “nova aparência”.

O conceito de intertextualidade foi e ainda é muito discutido e analisado por diversos teóricos, em decorrência de sua amplitude e (ou) por ser um tema que não se esgota. Partindo de Bakhtin e Kristeva, o crítico literário francês e teórico da literatura, Gerard Genette (1982), em sua obra “*Palimpsestes: a literatura de segunda mão*”, fornece outros conceitos analíticos úteis. A partir do conceito de intertextualidade de Kristeva (1969), ele desenvolveu a teoria da transtextualidade, ou seja, o conjunto de relações que podem existir entre dois ou mais textos, e define as diferentes relações hipertextuais.

Muitas das tipologias de intertextualidade são tributárias das relevantes observações de Gérard Genette, em *Palimpsestes* (1982). Genette tratava, de modo geral, os diálogos entre textos como *relações de transtextualidade*, a transcendência textual, tudo o que põe em relação, ainda que “secreta”, um texto com outros e que inclui qualquer relação que vá além da unidade textual de análise (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 119).

Genette (2006) numerou as relações transtextuais numa ordem crescente de abstração, implicação e globalidade. O primeiro tipo de transtextualidade é a própria “intertextualidade”, que ele define de maneira restritiva, como uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, ou seja, a presença efetiva de um texto em um outro, na forma de citação, plágio e alusão. “A intertextualidade, talvez a mais óbvia das categorias, chama atenção para o papel genérico da alusão e da referência em filmes e romances. Esse intertexto pode ser oral ou escrito” (STAM, 2006, p. 29). O intertexto pode não estar explícito, mas pode ser associado às referências a conhecimentos anteriores que são assumidamente conhecidos.

O segundo tipo de transtextualidade é a “paratextualidade”, ou a relação, dentro da totalidade de uma obra literária. É constituída pela relação menos explícita e mais distante que o texto propriamente dito mantém com o que se pode nomear simplesmente seu paratexto: títulos, prefácios, posfácios, epígrafes, dedicatórias, ilustrações, e até as sobrecapas e autógrafos, em suma, todas as mensagens acessórias e comentários que circundam o livro e que às vezes se tornam virtualmente indistinguíveis dele. “No filme, embora Genette não o mencione, a ‘paratextualidade’ pode evocar todos esses materiais soltos do texto, tal qual pôsteres, trailers, resenhas, entrevistas com o diretor e assim por diante” (STAM, 2006, p. 29-30).

O terceiro tipo de transcendência textual de Genette (2006) é a “metatextualidade”, que é a relação de “comentário”, que une um texto a outro texto do qual se refere, sem necessariamente citá-lo (convocá-lo). Stam (2006) simplifica que é a relação crítica entre um

texto e outro, seja quando o texto comentado é citado explicitamente ou quando é evocado silenciosamente.

Aqui nós podemos enfatizar tanto os aspectos de “relação crítica” quanto de “evocação silenciosa” da categoria. O primeiro termo evoca todas aquelas adaptações que criticam ou de alguma forma expressam hostilidade, seja pelo romance original ou por adaptações anteriores. Stephen Schiff e Adrien Lyne, por exemplo, viam a versão antecedente de *Lolita* como um exemplo de “tudo que deveria ser evitado” em sua própria versão. (A noção de adaptações metatextuais obviamente não é compatível com o discurso de “fidelidade”). Desta forma, “metatextualidade” evoca toda a tradição de versões crítica de romances, seja na literatura ou no cinema. [...] Adaptações cinematográficas, eu argumentaria, devem ser vistas num continuum, do qual fazem parte essas “versões” (STAM, 2006, p. 30-31).

A “hipertextualidade” é o quarto tipo de transtextualidade definida por Genette (2006). Ele (2006, p. 12) entende por “hipertextualidade toda relação que une um texto B (que chamarei hipertexto) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota, de uma forma que não é a do comentário”. Stam (2006) comenta que, embora todas as categorias de Genette (2006) sejam sugestivas, a “hipertextualidade” é a mais relevante para a adaptação. O “hipertexto” pode modificar, elaborar ou estender o “hipotexto”.

Na literatura, os hipotextos de *Eneida* incluem *A Odisséia* e *A Ilíada*, enquanto os hipotextos de *Ulysses*, de Joyce, incluem *A Odisséia* e *Hamlet*. Tanto a *Eneida* e *Ulysses* são elaborações hipertextuais de um mesmo hipotexto – *A Odisséia*. Adaptações cinematográficas, nesse sentido, são hipertextos derivados de hipotextos pré-existentes que foram transformados por operações de seleção, amplificação, concretização e efetivação (STAM, 2006, p. 33).

Do ponto de vista de Genette (2006), o “hipertexto” é qualquer texto derivado de um outro texto, seja por transformação simples, direta, ou, de forma indireta, por imitação e realiza-se por meio de alusões textuais ou paratextuais. Engloba os gêneros: paródia, pastiche e fantasias. Stam (2006) pontua que, quando os romances vitorianos são adaptados diversas vezes, as cópias adquirem o prestígio do original; a própria hipertextualidade se torna um sinal de status canônico. As várias adaptações anteriores de um romance formam um grande e cumulativo hipotexto. O autor (2006, p. 34) acrescenta:

Adaptações cinematográficas, desta forma, são envolvidas nesse vórtice de referências intertextuais e transformações de textos que geram outros textos em um processo infinito de reciclagem, transformação e transmutação, sem nenhum ponto claro de origem.

O quinto e último tipo de transtextualidade é a “arquitextualidade”, ou as taxonomias genéricas sugeridas ou refutadas pelos títulos e subtítulos de um texto. Genette (2006) considera ser o mais abstrato e o mais implícito tipo de transtextualidade. Trata-se aqui de uma relação completamente silenciosa, que articula apenas uma menção paratextual (titular, como em poesias, ensaios, ou mais frequentemente, infratitular: a indicação de romance, narrativa, poemas, etc., que acompanha o título, na capa), de caráter puramente taxonômico. “Num primeiro olhar, essa categoria parece irrelevante para a adaptação, uma vez que as adaptações, geralmente, simplesmente adotam o título do romance em questão” (STAM, 2006, p. 32). Em suma, a arquitextualidade constitui-se quase sempre por meio da imitação.

3 CONCEITOS SOBRE ADAPTAÇÃO E VERSÃO

Como descrito no dicionário Houaiss (2011), a palavra “adaptação” significa “acomodação, harmonização, mas também se refere à conversão de uma obra escrita para outro meio de comunicação”. E a semântica da palavra “versão” remete à “tradução de um texto para uma língua estrangeira; diferentes modos de contar ou interpretar um assunto; produto que é apresentado para comercialização com modificações em relação a sua forma anterior; e transformação”.

O conceito de adaptação proposto por Carvalho (2006), em sua tese, apresenta-se dentro de uma perspectiva de funcionalidade e sociocultural. A adaptação pode ser vista como uma das formas de (re)leitura de uma obra. O autor (2006, p. 49) alega: “Ao aproximar o texto do universo do seu receptor, postula-se a possibilidade de estabelecer o diálogo entre os mesmos [...]”.

Na concepção de Carvalho (2006), cabe ao adaptador, “sujeito histórico do seu tempo”, compreender as indagações dos leitores e respondê-las por meio da obra adaptada. As adaptações realizadas em momentos históricos distintos reafirmam o fato de a literatura não se apresentar como única resposta para as diferentes perguntas surgidas em cada época, pois tanto o leitor como suas inquietações se modificam. O teórico (2006, p. 18) adita: “O olhar direcionado para a obra busca compreender o presente ou mesmo o passado, mas a sua história não é a igual a dos leitores pretéritos, logo as questões formuladas ao texto serão outras”.

Vale mencionar a constante associação da palavra “tradução” no valor de “adaptação”. Tecnicamente, a primeira refere-se à transposição de um texto em língua estrangeira para uma

língua local. Mastroberti (2011, p. 107) explicita a origem dessa confusão, que, em parte, reside no agenciamento da literatura infantil:

[...] em geral, muito do que se traduz de literatura estrangeira para esse segmento acaba por derivar em adaptação, seja nos níveis históricos ou socioculturais (hábitos e falas locais ou costumes de uma outra época que devem ser adequados à compreensão do jovem contemporâneo e local). Assim, a tradução adaptativa será, desde o princípio, traidora, ao interditar ao leitor uma aproximação direta com culturas estrangeiras e passadas [...].

Sob a perspectiva da semiótica, Plaza (2003) aplica o termo tradução com referência às correspondências possíveis entre signos, mídias e códigos diversos; ou seja, como tradução intersemiótica de base peirceneana⁶, centralizada a partir do que se chama de transdução: Transcrição, transposição e transcodificação. Mastroberti (2011, p. 107) resume: “Na primeira, a abordagem é de ordem icônica (tradução propriamente dita); na segunda, temos uma transdução nos níveis indiciais; na terceira, teremos uma transdução na ordem do simbólico (entre códigos linguísticos)”.

No pensamento de Plaza (2003), o pensador russo Roman Jakobson foi o primeiro a discriminar e definir os possíveis tipos de tradução intersemiótica. Para Jakobson, tradução intersemiótica é o mesmo que “transmutação”. Plaza (2003, p. 11) complementa:

[...] foi por ele definida como sendo aquele tipo de tradução que “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais”, ou “de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura”, ou vice-versa, poderíamos acrescentar.

No caso desta pesquisa, o conceito de “adaptação” que convém é a do âmbito literário referente aos modos transductivos de uma mídia para a outra (da literatura para o cinema). Não esquecendo do termo “versão”, bem como Mastroberti (2011) propõe, em substituição ao de adaptação *latu sensu*, pois permite utilizá-lo em todo fenômeno de transdução midiática. Na prática seria uma transposição da narrativa literária para quadrinhos, filmes, animações ou jogos. Por terem outra “linguagem”, podem transfigurar completamente a fonte literária, caracterizando uma recriação.

⁶ Referência ao filósofo, pedagogo, cientista, linguista e matemático americano, Charles Sanders Peirce (1839-1914). Seus trabalhos apresentam importantes contribuições à lógica, matemática, filosofia e, principalmente à semiótica. WIKIPÉDIA. **Charles Sanders Peirce**. Publicado em: 14 dez. 2011. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Sanders_Peirce. Acesso em: 02 nov. 2019.

Longe de se constituir uma traição às origens, reescrituras, filmagens, jogos, quadrinhos, ilustrações - entre outros produtos da cultura plurimidiática - são versões em que a predominância do caráter recreativo devem torná-las reconhecidas por aquilo que são: pós-produções inter ou intrasemióticas que atualizam um original, reinventando-o para a contemporaneidade; ao fazê-lo, instigam e seduzem o leitor por si mesmas, sem deixar de excitar a curiosidade sobre a obra que lhes é anterior (MASTROBERTI, 2011, p. 110).

A pesquisadora (2011) também atenta para o caso da versão adaptativa e da versão recreativa. Ela chama de polaridades versativas e devem ser entendidas como arbitrárias: “impossível encontrar um objeto versado como adaptação ou recriação puras, mesmo em mídias diversas” (MASTROBERTI, 2011, p. 108). Se levar em conta somente a literatura narrativa, o termo adaptação, substituindo por versão adaptativa ou por versão recreativa, fazem *jus* aos casos de obras versadas e transformadas em algo que, mesmo novo, presta homenagem àquilo que lhe deu origem, através da intertextualização.

Requisitando os contos populares, anedóticos ou maravilhosos (contos de fadas), estes por serem oriundos da tradição oral – cujas fontes são indefinidas, e só mais tarde compilados e publicados –, a imprecisão de um autor-fonte (original) possibilita estes contos populares de serem contados e recontados. E como diz o ditado: *Quem conta um conto aumenta um ponto*. No decorrer dos tempos foi exatamente isso o que aconteceu, resultando em obras que podem ser qualificadas como versões recreativas, ao invés de adaptativas. É o que exemplifica Mastroberti (2011, p. 109):

Em Hans C. Andersen ou João Simões Lopes Neto, o estilo próximo à prosa poética indica um maior carga recreativa; em contrapartida, poderíamos nos referir às compilações dos irmãos Grimm, de Silvio Romero e de tantos outros estudiosos do conto popular, como mais próximas à versão adaptativas, já que procuram preservar as características das fontes orais locais. Em Charles Perrault ambas as categorias se equilibram, pois se nota, em suas pós-produções dos contos populares franceses, tanto a invenção (no estilo e na própria narrativa, ao incluir elementos não pertencentes à tradição oral) quanto uma adequação a uma proposta ético-pedagógica com finalidade de educar o jovem da época.

A adaptação de um clássico (obra canônica) estabelece uma relação que se poderia dizer de “mútua legitimação” – em termos de sobrevivência da mesma –, que beneficia ambas as partes. Mateus (2013, p. 21) defende que “a adaptação é um instrumento institucional destinado ao prolongamento da tradição literária”. O pesquisador (2013, p. 22) argumenta:

[...] é minha convicção que a adaptação [...] de uma obra clássica da literatura corresponde a uma dessas estratégias de reprodução do cânone, na medida em que procura prolongar a vigência de uma escolha culturalmente instituída e sinalizar a eficácia formativa de um bem cultural enraizado no passado que interessa, em nome das finalidades e pressupostos do próprio sistema, continuar a fazer falar às gerações que vão comparecendo perante os agentes de promoção formal da leitura [...].

Em termos objetivos, a adaptação é aplicável às práticas de criação artística historicamente constituídas e funciona como memória estética. Nas palavras de Mateus (2013), uma obra adaptada é sempre redutível a uma repetição, com variações extrinsecamente determinadas de um original.

Nem a adaptação, nem a versão substituem a obra primária, apenas recriam – em uma transposição intersemiótica – e oferecem novas possibilidades de leitura com foco na linguagem do público alvo. Assim como definido pelo dicionário Houaiss (2011), “conversão de uma obra escrita para outro meio de comunicação” são, pois, diferentes maneiras de contar ou compreender/interpretar (ler) um assunto.

4 A OBRA LITÉRIA E A OBRA CINEMATOGRAFICA

“O cinema surgiu no apagar das luzes do século 19 e se espalhou pelo planeta com relativa rapidez”, conforme afirma Pedro Butcher (2005, p. 8). O referido cineasta (2005) ressalta que o século 20 foi considerado o “século do cinema”, e que este se afirmou como uma das formas hegemônicas de arte e de entretenimento. O cinema, aos poucos, foi se desassociando das demais artes (teatro, literatura e fotografia) e conquistando sua autonomia como uma arte independente.

Como faz a poesia, o cinema recorreu ao paradoxo para criar a experiência interior do inefável. Um filme não é para ser entendido, mas vivido, experienciado. Como num sonho, o cinema nos convida a uma viagem para além da consciência, para um reino de surpresas, de luz e sombra, de imagens conhecidas e desconhecidas (FRANÇA, 2010, p. 120).

Entre os anos de 1907 a 1913, o cinema aos poucos foi se organizando de forma industrial até se tornar a primeira mídia de massa da história. Os filmes passam a ser mais elaborados e mais compridos, atingindo um tamanho médio de mil pés (um rolo) e duravam cerca de 15 minutos (BERNARDET, 2004). Cada vez mais, os filmes foram aumentando seu

tempo de duração para um rolo de 60 ou 90 minutos. Assim surgiram os chamados longas metragens. “Em 1917, o cinema estava livre da dependência de outras mídias. Aliás, agora, o cinema era a mídia mais importante do século XX. E o cinema hollywoodiano estava chegando” (COSTA, 2006, p. 50).

Não tardou muito para que o cinema se tornasse uma mercadoria, conforme destaca o teórico e crítico cinematográfico Jean-Claude Bernardet (2004). Ele defende que um importante fator possibilitador para implantação do cinema como arte dominante é uma característica técnica: o fato de se poder tirar cópias. “É a partir de reprodução de cópias que se passou a definir o cinema como mercadoria” (BERNARDET, 2004, p. 29).

Todavia, existe uma pressuposição de que a literatura é superior ao filme, talvez por questionar seu valor como arte ou um tipo de texto; e também pelo fato inegável de que muitas adaptações baseadas em romances célebres são medíocres ou mal produzidas. Mas, uma possível hipótese para tentar compreender a soberania dos textos literários sobre o cinema, enquanto texto multissemiótico, pode estar enraizada na filosofia crítica da Indústria Cultural⁷, conceito desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985).

Em “Dialética do Esclarecimento” (1985), os teóricos frankfurtianos criticam fortemente a cultura vulgarizada e banalizada pelo processo industrial totalitarista e produção em série. Pela perspectiva de Adorno e Horkheimer (1985), existe um grupo dominante que pauta os assuntos gerados na mídia de massa, manipula interesses e fomentam o consumo irrefletido. Os autores (1985, p. 114) acrescentam: “Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear”.

A cultura é uma mercadoria paradoxal. Ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la. É por isso que ela se funde com a publicidade. Quanto mais destituída de sentido esta parece ser no regime do monopólio, mais todo-poderosa ela se torna. Os motivos são marcadamente econômicos. Quanto maior é a certeza de que se poderia viver sem toda essa indústria cultural, maior a saturação e a apatia que ela não pode deixar de produzir entre os consumidores (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 151).

⁷ Termo desenvolvido para denominar o modo de produzir cultura no período industrial capitalista, criado por Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1903-1969), ambos intelectuais da Escola de Frankfurt na Alemanha. A Indústria Cultural designa principalmente a situação da arte na sociedade capitalista industrial, marcado por modos de produção que visavam, sobretudo, o lucro. O termo surgiu na década de 40, no livro “Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos”, publicado posteriormente em 1947. SIGNIFICADOS. **O que é a Indústria cultural.** Atualizado em: 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/industria-cultural/>. Acesso em: 24 out. 2019.

Nesse contexto, os teóricos têm uma opinião pessimista do cinema enquanto mídia de massa, pois este é visto como uma mercadoria de alienação e estímulo de consumo. Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) asseguram: “o cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem”. A produção cultural tem que gerar lucro e a propaganda é seu elixir. Os mesmos produtos são vendidos, porém são embalados de maneiras diferentes. Em tese, todos os roteiros de filme têm o mesmo tipo de desenvolvimento; o público assiste a um filme já sabendo o que esperar; um filme é propaganda do outro; o público está sempre esperando pelo próximo lançamento; uma repetição de estímulo da obra anterior.

Na literatura, o mesmo pode ser aplicado. Narrativas previsíveis, o mesmo romance shakespeariano de amores impossíveis e obras sequenciais estrategicamente. Como é o caso de algumas trilógias de romances adolescentes ou voltados para o público feminino. Em rigor, o próprio Charles Perrault, quando compilou as histórias infantis extraídas da cultura oral no livro “*Contos da Mãe Gansa*” (1697), o fez para satisfazer o desejo da burguesia de sua época. Histórias lúdicas, mas com desfecho moralizante para educar as crianças burguesas.

O teórico americano sobre cinema, Robert Stam, que trabalha a semiótica cinematográfica, discute as relações entre as duas artes. Questionado pela revista INTERCOM sobre o estigma de obra subalterna que o filme carrega quando adaptado da literatura, Stam (2017, p. 207) atesta:

Há uma linguagem pejorativa que violenta e vulgariza o filme ao ver que ele trai o seu livro de origem. Trata-se de uma linguagem de origem histórica, com traços que podem ser detectados desde a Antiguidade, quando a arte mais velha era considerada mais digna que a mais nova. A literatura, seu livro e sua escrita, deveriam assim ser preteridos, pois estão presentes desde antes da gênese do melodrama, no teatro, antecedendo assim o cinema e o seu filme. Essa agressividade também decorre do fato do cinema já ter sido considerado como um potencial elemento de destruição da literatura e do fato dele ter sido visto como vítima da iconofobia, ou quando a arte visual é tida como inferior à arte verbal. Há especificamente nesta questão uma interferência da religião, que enfatiza este discurso ao, por exemplo, promover a Bíblia e seu conteúdo enquanto textos verbais sagrados, enquanto palavras sagradas. Permeiam ainda esta crítica uma anti-corporalidade, ou o fato de se considerar o cinema físico e visceral, não submisso a superioridade da mente, cinestésico e, ainda, com efeitos fisiológicos de sua imagem e seu som sobre o corpo humano. Outro incômodo causado à crítica seria o fato do cinema trabalhar com um discurso binário verbal/ visual, quando a literatura estaria apenas nesse primeiro cenário.

Com base em suas investigações, o teórico (2006, p. 21) diz que o senso intuitivo de inferioridade das adaptações cinematográficas deriva dos seguintes preconceitos:

1) antiguidade (o pressuposto de que as artes antigas são necessariamente artes melhores); 2) pensamento dicotômico (o pressuposto de que o ganho do cinema constitui perdas para a literatura); 3) iconofobia (o preconceito culturalmente enraizado contra as artes visuais, cujas origens remontam não só às proibições judaicoislâmico-protestantes dos ícones, mas também à depreciação platônica e neo-platônica do mundo da aparências dos fenômenos); 4) logofilia, (a valorização oposta, típica de culturas enraizadas na “religião do livro”, a qual Bakhtin chama de “palavra sagrada” dos textos escritos); 5) anti-corporalidade, um desgosto pela “incorporação” imprópria do texto fílmico, com seus personagens de carne e osso, interpretados e encarnados, e seus lugares reais e objetos de cenografia palpáveis; sua carnalidade e choques viscerais ao sistema nervoso; 6) a carga de parasitismo (adaptações vistas como duplamente “menos”: menos do que o romance porque uma cópia, e menos do que um filme por não ser um filme “puro”).

Stam (2006) evidencia como os desenvolvimentos teóricos do estruturalismo e do pós-estruturalismo subverteram muitos desses preconceitos. Conforme o autor, a semiótica estruturalista das décadas de 1960 e 1970 considerava todas as práticas de significação como sistemas compartilhados de sinais que produzem “textos” tão dignos quanto os textos literários, erradicando, assim, qualquer hierarquia entre o romance e o filme. No caso do “texto” audiovisual, o autor (2017, p. 209) enfatiza: “[...] o cinema incorpora potencialmente, desde sua história, todas as artes em sua composição. Música, pintura, performance e teatro estão presentes em seu discurso [...]”.

A hierarquia que coloca a literatura acima do cinema já foi questionada por pensadores de diversas áreas, como a filosofia. Em seu artigo “Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade”, O pesquisador (2006) cita o pensamento do filósofo francês Gilles Deleuze em defesa do cinema. Deleuze frisa que, na visão de Stam (2006, p. 25), “o cinema é em si um instrumento filosófico, um gerador de conceitos que traduz o pensamento em termos audiovisuais, não em linguagem, mas em blocos de movimento e duração”.

O filósofo rejeita o pensamento de que o cinema, ao contrário da literatura e da filosofia, não é “capaz de pensamento”. No cinema o pensamento em movimento encontra a imagem em movimento. “De fato, Deleuze está interessado em comensurabilidades e interconexões entre a história da filosofia e a história do cinema, os movimentos conceituais que ligam Eisenstein a Hegel, por exemplo, ou o cinema moderno a Nietzsche ou Bergson”, conclui o autor (2006, p. 25).

5 COMO UM CONTO DE FADAS

Como já mencionado na primeira parte deste trabalho, os contos maravilhosos são muito antigos e existem inúmeras versões para cada conto. As adaptações estão fortemente vinculadas ao contexto social e cultural de cada época. O mesmo conto é encontrado em diversos países com variações culturais, no entanto, mantendo muitas semelhanças entre suas histórias. Na verdade, a estrutura narrativa dos contos de fada possui poucas variações.

Todavia, o intuito deste artigo não é discorrer sobre as mais variadas versões e adaptações existentes dos contos de fadas. Sobretudo, dedica-se ao da Cinderela, cuja lista é bem numerosa, que vai desde uma história lúdica com final feliz, até versões tão macabras que deixaria qualquer criança com pesadelos. “Sem dúvida alguma, ‘Borrallheira’ é o conto de fadas mais conhecido, e provavelmente o mais apreciado” (BETELHEIM, 2002, p. 252).

A adaptação escolhida é o clássico do Walt Disney, “Cinderella”, de 1950; baseado na versão do francês Charles Perrault, publicado em seu livro (1697), “*Contos da Mãe Gansa*”. Betelheim (2002) alega que Perrault reduz “Borrallheira” a uma fantasia bonitinha, sem nenhuma implicação, pois é como muitos desejam encarar a história, o que, talvez, explique a boa aceitação de sua versão.

Como sucede com todas as histórias de Perrault, o problema com sua versão de “Borrallheira” é que ele tomou os elementos do conto de fadas - seja da história de Basílio ou de alguma outra “Borrallheira” que conhecesse pela tradição oral, ou uma combinação de ambas as fontes - despojou-a de todo o conteúdo que considerasse vulgar, e refinou as outras características para que o produto disso tudo pudesse ser contado na corte. Sendo um autor de grande habilidade e bom gosto, inventou detalhes novos e modificou outros para que a história ficasse de acordo com suas concepções estéticas. Por exemplo, que o sapatinho fatídico na sua história era feito de vidro, o que só sucede em outras versões que se derivaram da dele (BETELHEIM, 2002, p. 266).

As possíveis versões/adaptações de Cinderela em análise são as produções fílmicas: Uma Linda Mulher (*Pretty Woman*, Garry Marshall, 1990, EUA, 119 min); Encontro de Amor (*Maid in Manhattan*, Wayne Wang, 2002, EUA, 105 min); e, O diabo veste Prada (*The devil wears Prada*, David Frankel, 2006, EUA, 109 min). Esses três longas comungam, de alguma forma, da mesma base que constitui a narrativa de Cinderella (1950).

Em cada um desses filmes, se faz presente alguns dos elementos mágicos marcantes do conto, como: a figura do príncipe (par romântico); a fada madrinha (cúmplice que oferece ajuda); madrasta (figura opositora); as irmãs invejosas (rival); o baile

(convergência/encontro); o sapatinho (objeto de ligação ou transformação); e a própria gata borralheira (plebeia/protagonista).

O longa Encontro de Amor (*Maid in Manhattan*), dos três, é o que mais se aproxima de Cinderela por conter a maior quantidade de elementos característicos e simbólicos do conto. Igualmente, o filme “Uma linda mulher” (*Pretty Woman*), também segue o clichê do homem rico (príncipe) que se apaixona por uma mulher pobre (gata borralheira) e, assim, transforma suas vidas. Ambas mulheres recebem uma ajuda de um cúmplice (fada madrinha) para seu grande encontro com seus “príncipes”. E depois de superarem os conflitos que ameaçam o romance, os casais são recompensados com o “*happy end*”.

No primeiro filme, a “borralheira” se chama Marisa Ventura, uma camareira de hotel e seu “príncipe”, Christopher Marshall, é um político republicano. O sapatinho de Marisa é o casaco Dolce & Gabbana que ela vestiu de uma cliente do hotel, Carolaine Lane (irmã invejosa), que disputará o amor de Chris. A figura da fada madrinha está dividida entre o mordomo principal do hotel, Lionel Bloch, que autoriza Marisa ir ao jantar de gala (o baile) sob a condição de que ela terminasse com Chris, e sua amiga Stephanie, que a ajuda se vestir para o jantar. Por ironia, a “madrasta” de Marisa é sua própria mãe, Veronica Ventura, que está sempre criticando e depreciando a filha. Porém, Jerry Siegal, o assistente de Chris, também pode ser considerado uma figura opositora ao romance, por receio de que esta relação afetasse Chris de sua carreira política.

Em “Uma linda mulher”, Vivian Ward (a borralheira) é uma prostituta que se apaixona por Edward Lewis (o príncipe), um empresário bem sucedido. O gerente do hotel representa a “fada madrinha” de Vivian, pois ele a ajuda a comprar um vestido apresentável para o jantar de negócios (o baile) com Edward e ainda lhe ensina algumas regras de etiqueta. A figura opositora (madrasta) do romance é o advogado do Edward, Philip Stuckey.

À primeira vista, o enredo de “O diabo veste Prada” (*The devil wears Prada*) se destoa em comparação aos clichês mencionados, mas é só uma impressão. A “borralheira” da história é Andrea (Andy), uma jornalista recém-formada e que consegue uma vaga para trabalhar como assistente de uma poderosa editora de uma revista de moda, Miranda Priestly (a madrasta). Tal como a madrasta de Cinderela, Miranda desafiava Andy a cumprir tarefas quase impossíveis de serem executadas.

O papel das irmãs invejosas é da, também assistente, Emily Charlton, que a princípio zomba das roupas e ingenuidade de Andy, porém quando ela se “transforma” e com sua competência vai conquistando a confiança de Miranda, Emily passa a sentir inveja de Andy. A fada madrinha de Andy é o diretor de arte da revista, Nigel Kipling, responsável por sua

transformação ao lhe emprestar roupas de grifes, dar alguns conselhos e vesti-la para um jantar importante da revista (o baile). E o marco da transformação de Andy foram as botas Chanel (sapatinho) que usou e que despertou a inveja de Emily.

Como observado, nem todos os elementos “mágicos” estão presentes no mesmo enredo fílmico, mas também não é obrigatório. O telespectador consegue identificar o intertexto presente. O filme “Encontro de amor” contém a maioria dos elementos mágicos importantes da história de Cinderela, com exceção da abóbora que se transforma em carruagem. Já “Uma linda mulher” mantém a premissa do príncipe (empresário bem sucedido) que se apaixona pela plebeia (prostituta), mas sem o auxílio do sapatinho de cristal. Betelheim (2002) salienta que os sapatinhos são o traço central da história (estória) e que estes decidem o destino de Borracheira. O autor (2002, p. 263) analisa:

[...] embora ocorram muitas variações em detalhes de menor importância, todas as versões desta estória se assemelham nos traços fundamentais. Por exemplo, em todas elas a heroína primeiro goza de amor e de alta consideração, e sua queda desta posição privilegiada para uma degradação total ocorre subitamente, tanto quanto sua volta a uma posição ainda muitíssimo mais elevada, no final da estória. O desenlace ocorre quando a reconhecem pelo sapato que só cabe em seu pé. (Ocasionalmente outro objeto, um anel por exemplo, substitui o sapato).

No “O diabo veste Prada”, diferentemente das histórias citadas, a “recompensa” da borralheira Andy não é se casar com o príncipe e sim conquistar o sucesso profissional. Haja vista que a figura do “príncipe” no enredo não é bem delineada, pois a mocinha inicia com um namorado que rompe o compromisso em decorrência da dedicação de Andy ao trabalho. E a segunda proposta de par romântico é com um jornalista que ajuda Andy a cumprir uma tarefa “impossível” de Miranda, mas que no fim o romance não acontece.

Nos contos de fadas, os elementos mágicos colaboram para a construção de um enredo carregado de magia, num tempo e num lugar indefinidos e recheado de significados. Os elementos mágicos são formados pelo conjunto de acontecimentos, ações e objetos que compõem o enredo lúdico que atraem o leitor/ouvinte. Mesmo que certos elementos se repitam em alguns contos, cada conto possui um elemento principal que o singulariza entre as demais (GONÇALVES, 2009).

Todavia, não se pode afirmar com propriedade que estes longas sejam uma adaptação/versão de Cinderela. Em especial o filme “O diabo veste Prada”, por se tratar de uma adaptação do livro homônimo da autora Lauren Weisberger (2003), que teve uma experiência de trabalho muito semelhante à de Andrea ao sair da universidade, foi trabalhar

como assistente de Anna Wintour, lendária editora da *Vogue* americana. Com uma resenha intitulada “Simpatia pelo diabo”, disponível na revista eletrônica Cinética, o crítico Leonardo Mecchi (2006, p. 1) avalia:

O *Diabo Veste Prada* poderia ser apenas mais uma de tantas versões de Hollywood para a fábula de Cinderela – das quais *Uma Linda Mulher* (pela cena de abertura, que é praticamente reencenada aqui, embora em outro contexto) e *Uma Secretária de Futuro* (pela semelhança temática) são apenas as referências mais explícitas. Poderia, mas não é. Desde o início do filme, fica claro que o diretor David Frankel não busca uma identificação irrestrita do espectador com a personagem de Andy, a jovem garota contratada como assistente da temível Miranda Priestly, editora da mais importante revista de moda dos EUA.

Em 2015, o site TERRA publicou a matéria: “‘Uma Linda Mulher’: o conto de fadas dos anos 90 completa 25 anos”. Segundo o site, o filme é: “Uma história de amor que foi considerada uma reinvenção do clássico de Cinderela ou uma versão moderna de ‘Pigmalião’” (TERRA, 2015). No entanto, inicialmente, o filme foi roteirizado para ser um drama sombrio sobre prostituição em Los Angeles na década de 1980. O roteiro original foi intitulado de “\$3,000”, em alusão ao valor que os personagens acertam para passar a semana juntos, e o personagem de Vivian era uma prostituta viciada em cocaína.

No livro “Os sofrimentos sem fim de uma linda mulher!”, a escritora Maria Helena Guedes (2015) relata que o roteiro original pareceu ser muito “negativo” e por isso precisou ser reescrito para se parecer com um “conto de fadas moderno”. A autora (2015, p. 39) destaca:

Pretty Woman traz semelhanças com mitos de Pigmaleão: particularmente com a peça de mesmo nome de George Bernard Shaw, que também serviu de base para o musical da Broadway, *May Fair Lady*. Foi então que o presidente da Disney Studio, Jeffrey Katzenberg, que insistiu que o filme deve ser re-escrito como um conto de fadas moderno com qualidades de uma história de amor, em vez de ser um drama sombrio [...].

De acordo com o site Papo de Cinema⁸, o roteiro de “Encontro de Amor” é parcialmente baseado em uma história real. “Em 1959, Steven Rockefeller, filho de Nelson Rockefeller - na época, governador de Nova York - se casou com Anne-Marie Rasmussen, uma camareira que trabalhava no hotel da família em Manhattan”. O roteiro original foi

⁸ PAPO DE CINEMA. Encontro de Amor. Curiosidades. **Papo de Cinema**. Disponível em: <https://www.papodecinema.com.br/filmes/encontro-de-amor/curiosidades/>. Acesso em: 06 nov. 2019.

escrito por John Hughes, mas após passar por algumas alterações, o texto filmado tinha muito pouco em comum com o original.

O fato é que o longa também é fortemente apontado pelos críticos como uma “nova versão de Cinderela”: “Considerado uma versão atual de cinderela ou de Uma Linda Mulher – e tão previsível quanto – o filme conta a história de uma camareira de um luxuoso hotel de Manhattan que se apaixona por um dos hóspedes ricos” (ESTADÃO, 2003). O jornalista Marcelo Hessel (2003, n/p), do site Omelete, em seu estilo “ácido”, escreve a seguinte introdução para sua resenha crítica sobre o filme:

Cinderela era uma moça meiga, a sua história era uma graça, mas a gata-borracheira prestou um irreparável desserviço à humanidade. No dia em que a menina bastarda e castigada arrumou um príncipe e mudou de vida, abriu-se um perigoso retrospecto - e hoje, toda sorte de comédia romântica feita em Hollywood abusa do recurso. Quanto mais famosa for a atriz, mais fundo vai o fetiche da pobreza [...].

O teórico Robert Stam (2006), sob a luz teórica de Genette (2006), assevera que a metatextualidade também se encaixa nos casos das “adaptações não identificadas” e que esta prática tem sido recorrente na indústria do cinema comercial. Um dos exemplos que Stam (2006) cita de adaptação não identificada é “As Patricinhas de Beverly Hills” como adaptação de “Emma”, de Jane Austen: “Enquanto Emma se refere a um personagem do romance de Jane Austen, As Patricinhas de Beverly Hills evoca a gíria adolescente de um meio particular de Los Angeles num período histórico específico” (STAM, 2006, p. 32).

No entanto, como se pode perceber, não há evidências concretas que comprovem que os filmes em análise se tratam de uma versão/adaptação do conto de Cinderela. Pelo menos não de forma explícita. Mesmo assim, é possível identificar a intertextualidade presente. Um cruzamento de “vozes” teorizado por Bakhtin (2016) e Kristeva (1969) que, instantaneamente, remetem o telespectador a acessar, em sua memória, lembranças do texto-fonte. Por isso as comparações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que esta pesquisa propôs foram possibilidades de releituras do conto da Borracheira no cinema. Esta é uma das histórias do universo infanto-juvenil mais popular e uma das mais adaptadas, seja no cinema ou na própria literatura, entre outras mídias. Borracheira é uma

história que até hoje seduz as crianças, jovens e adultos; talvez em decorrência de sua positividade, superação e ascensão da personagem através do casamento com o príncipe. Ou, também, pelo mito do “felizes para sempre”. Betelheim (2002, p. 255) testifica:

Superficialmente, “Borrallheira” é uma estória enganadoramente simples como a de “Chapeuzinho Vermelho” com quem compartilha a maior popularidade. Fala dos sofrimentos da rivalidade fraterna, dos desejos que se tornam realidade, dos humildes que são exaltados, do verdadeiro mérito que é reconhecido mesmo oculto sob farrapos, da virtude recompensada e da maldade castigada - uma estória que vai diretamente ao ponto. Mas sob este conteúdo manifesto está escondido um turbilhão de conteúdos complexos e em grande parte inconscientes, a cujos detalhes a estória alude apenas o suficiente para impulsionar nossas associações. Isto estabelece um contraste entre a simplicidade superficial e a complexidade subjacente que desperta um profundo interesse pela estória e explica a atração que exerceu sobre milhões de pessoas através dos séculos.

A literatura enquanto tema é algo que não se esgota. É um campo fértil que oferece infinitas leituras e releituras de uma mesma obra, ainda mais esta que dialoga com o cinema – outra fábrica da imaginação. A intertextualidade favorece essa união de modo que atrai o olhar e o interesse dos leitores e telespectadores. No campo acadêmico, a pesquisa se justifica exatamente por esse viés intersemiótico, que mescla as diferentes ciências: literatura, linguística aplicada, discurso, comunicação e semiótica.

Após uma cuidadosa pesquisa sobre dialogismo, tipos de intertextualidade, adaptação e versão, a conjectura é a de que os filmes “Uma linda mulher”, “Encontro de amor” e “O diabo veste Prada”, sejam uma “espécie” de versão recreativa de Cinderela, como explanada no tópico dois deste artigo. Sob o viés bakhtiniano, pode-se perceber o dialogismo presente, que é o cruzamento de vozes entre os textos versados e a obra-fonte, ainda que de forma implícita. Ao passo que se encaixa na teoria da intertextualidade de Kristeva (1969) [enraizada no “dialogismo” de Bakhtin (2016)], pois todo texto é absorção e transformação de outros textos, podendo ser reconhecido ou não.

O fato é que existem diversos tipos de intertextualidade, alguns tipos não foram aqui citados por não apresentar relevância analítica. Contudo, a ocorrência intertextual discutida por Fiorin (2003) é a alusão, que não reproduz o texto tal como é, apenas alude representações figurativas do mesmo tema, ou seja, espera que expectador/leitor compreenda nas entrelinhas o que o enunciador deseja sugerir-lhe.

Por fim, esta análise perpassa pelos estudos de Genette (2006) sobre transtextualidade, desenvolvido a partir do conceito de intertextualidade de Kristeva (1969), que define as

diferentes relações hipertextuais. No caso dos longametragens, possivelmente se encaixam no terceiro tipo de transcendência textual argumentado pelo teórico: a metatextualidade, que é a relação crítica entre um texto e outro, seja quando o texto comentado é citado explicitamente ou quando é evocado silenciosamente. Como mencionado no tópico anterior, a metatextualidade, como “adaptação não identificada”, tornou-se uma prática recorrente na indústria cinematográfica.

Contudo, esta pesquisa reitera que não se pode afirmar que “Uma linda mulher” e “Encontro de amor”, por terem uma narrativa mais próxima de Cinderela, tenham sido, de fato, inspirados no conto. Tampouco se aplica ao “O diabo veste Prada”, por ter sido propriamente uma adaptação do livro homônimo semiautobiográfico. Muito embora, como apresentado, contenha algumas semelhanças com este clássico da literatura infanto-juvenil. Como bem conclui Discini (2004, p. 226), “na intertextualidade aqui cotejada, são desfeitas fronteiras ou linha divisória entre o *eu* e o *outro* que, embora não-marcado, não deixa de emergir à luz do texto que o imita”. Em outras palavras, o caráter deste artigo é meramente sugestivo ao propor salientar um possível diálogo intersemiótico entre os textos abordados. Pois, ainda que os filmes mencionados não sejam versões declaradas, habitam neles a “aura” do conto da Borracheira.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 1985.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos contos de fadas**. 16. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BLIKSTEIN, Izidoro. Intertextualidade e Polifonia. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

- BRAIT, Beth. As vozes Bakhtinianas e o diálogo inconcluso. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BUTCHER, Pedro. Cinema Brasileiro Hoje. **Folha Explica**. São Paulo: PubliFolha, 2005.
- CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. **A adaptação literária para crianças e jovens**: Robson Crosuê no Brasil. 539 f. Tese (Doutorado em Letras) – PUC/RS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2118/1/388858.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- COELHO, Fábio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento (Orgs.). **Ensino de Língua Portuguesa**: Teorias e Práticas. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. v. 1.
- COSTA, Flávia Cesariano. Primeiro Cinema. *In*: MASCARELLO, Fernando (Org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**: histórias em quadrinhos, mídia, literatura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- ESTADÃO. Jennifer Lopez vive seu momento Cinderela. **Agência Estado**. Publicado em: 23 abr. 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/ZvqEYYW>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e dialogismo. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FRANÇA, Lisa. Cinema e Psicanálise: um olhar sobre o mundo. *In*: MAIA, Juarez Ferraz de. (Org.). **Jornalismo UFG**. Goiânia: Funape /Facomb, 2010.
- FRANKEL, David. **The devil wears prada**. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2006, 109 min.
- GENETTE, Gerard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0037/3032/GENETTE-Gerard-Palimpsestos.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- GERONIMI, Clyde *et al.* **Cinderella**. Estados Unidos: *Walt Disney Productions*, 1950, 74 min.
- GONÇALVES, Dilvanir José. **Os elementos mágicos dos contos de fadas na educação** - uma experiência dialógica: o projeto “Contando histórias que estimulam a pensar”. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unisal Americana, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp146824.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

GUEDES, Maria Helena (Guedinha). **Os sofrimentos sem fim de uma linda mulher!** Vitória – ES: Clube de Autores, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/Ivqjh3K>. Acesso em: 05 nov. 2019.

HESSEL, Marcelo. Encontro de Amor: Crítica. **Omelete**. Publicado em: 17 abr. 2003. Atualizado em: 29 jun. 2018. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/encontro-de-amori>. Acesso em: 06 nov. 2019.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário Houaiss Conciso**. Editor responsável: Mauro Salles de Vilar. São Paulo: Moderna, 2011.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à Seminálise**. São Paulo: Debates, 1969.

MARSHALL, Garry. **Pretty woman**. Estados Unidos: *Buena Vista Pictures*, 1990, 119 min.

MASTROBERTI, Paula. Adaptação, versão ou recriação? Mediações da leitura literária para jovens e crianças. **Revista Semioses**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, fev. 2011. Disponível em: http://apl.unisuam.edu.br/semioses/pdf/n8/n8_textoslivres_02.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

MATEUS, Rui Manuel Afonso. **Fundamentos e práticas da adaptação de clássicos da literatura para leitores jovens**. Universidade de Coimbra, set. 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/IvqxRyc>. Acesso em: 27 out. 2019.

MECCHI, Leonardo. O diabo Veste Prada (*The Devil Wears Prada*), de David Frankel (EUA, 2006). **Revista Cinética**. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/diaboveste.htm>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PAPO DE CINEMA. **Encontro de Amor**. Curiosidades. Disponível em: <https://www.papodecinema.com.br/filmes/encontro-de-amor/curiosidades/>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PLAZA, Julio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003. Disponível em: <https://cursointermedialidade.files.wordpress.com/2014/08/traducao-intersemiotica-julio-plaza.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

RONCARI, Luiz. Prefácio. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SOERENSEN, Claudiana. A profusão temática em Mikhail Bakhtin: Dialogismo, Polifonia e Carnavalização. **Revista Travessias**, Cascavel, Paraná, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3299>. Acesso em: 18 out. 2019.

STAM, Robert. Cinema, Literatura e a trajetória de uma metodologia de pesquisa. **Intercom: Revista Brasileira Ciência da Comunicação**, v. 40, n. 2. São Paulo: maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442017212>. Acesso em: 22 out. 2019.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. **Ilha do Desterro**. Florianópolis, n. 51, p. 19-53, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2006n51p19>. Acesso em: 22 out. 2019.

TERRA. “**Uma Linda Mulher**”: o conto de fadas dos anos 90 completa 25 anos. Publicado em: 23 mar. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/ovqQ2SN>. Acesso em: 05 nov. 2019.

WANG, Wayne. *Maid in Manhattan*. Estados Unidos: *Columbia Pictures*, 2002, 105 min.

ZANI, Ricardo. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 121-132, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/65>. Acesso em: 11 out. 2019.

CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL: conscientização de pais e crianças sobre seus direitos

Jenifer Lorrane da Silva

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade

1 INTRODUÇÃO

“A inteligência é o único meio que possuímos para dominar os nossos instintos”.
Sigmund Freud

A conscientização em sala de aula acerca do abuso sexual contra crianças mostra-se importante, pois é necessário que desde pequenos os educandos tenham acesso aos seus direitos. Para que isso ocorra, é necessário que o professor atente a projetos que desperte seu olhar não somente em sala de aula, mas da família e da sociedade de uma forma geral sobre essa temática, a fim de resguardar os direitos das crianças, garantindo a proteção integral destes para que tenham um processo de desenvolvimento satisfatório.

Chauí (1998, p. 2) diz que a violência pode ser caracterizada por:

1 - Tudo o que age usando força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2 - Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3 - Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente pela sociedade (é violar); 4 - Todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito; 5 - consequentemente, violência é um ato de brutalidade, servícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

Portanto, é preciso que a criança tenha cada fase respeitada, que se sinta protegida, incluída na sociedade, onde tenha voz e que saiba onde buscar ajuda em situações de violações de direitos. A lei é clara e objetiva ao definir quem são as pessoas consideradas crianças e adolescentes, as quais são definidas pela idade:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990, p. 11).

Tratar do assunto violência sexual nas escolas ainda não é tarefa fácil, pois tudo que engloba sexualidade ainda é considerado um tabu. No entanto, a melhor forma de combater o abuso sexual é informando crianças e adolescentes e toda comunidade escolar sobre fatos que vem acontecendo há décadas e que até os dias atuais ainda se mostra como uma triste realidade, causando problemas psicológicos e de aprendizagem. Nesse contexto, percebe-se que a escola possui um papel fundamental no combate e prevenção de abuso sexual cometido contra crianças: “A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando a sociedade” (ABRAPIA, 2002, p. 31).

É possível pensar que com isso a educação poderá se fortalecer, pois irá formar crianças cientes de seus direitos na tentativa de crescerem livres de traumas e de violação, levando em consideração que terão um aprendizado proveitoso, não só para a infância, mas em seu desenvolvimento físico, emocional e psicológico, integrando-se como cidadão na sociedade.

Além disso, a criança vai se sentir respeitada e aprender a também respeitar, pois o conhecimento proporciona a todos, de forma geral, certa liberdade e domínio das próprias condutas, já que é através do saber que cada um busca o melhor para si, orienta-se do que deve ou não aceitar. A educação também traz uma visão crítica e ampla das situações reais vividas no cotidiano da criança e mostra caminhos para que possam se defender, dando aos estudantes autonomia para tomar decisões e saber em quem confiar.

Reconhecemos a importância que há em educar para o reconhecimento de violações sexuais desde a infância, proporcionando, a cada um, voz e domínio sobre seu próprio corpo, onde não seja submetido a aceitar nenhum tipo de violência. Em função disso, este trabalho se justifica e assume como objetivo o de descrever teoricamente os indícios de abuso sexual na infância, as medidas de enfrentamento dessa violação de direitos, bem como o papel dos pedagogos nesse processo. Para o alcance desse objetivo, pautamo-nos pela construção de uma pesquisa de revisão narrativa de literatura científica realizada com base em artigos científicos, livros e documentos do Governo Federal.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Históricos de violência contra crianças e seus direitos

A criança é um sujeito em desenvolvimento, que depende de cuidados de familiares e responsáveis para a sua sobrevivência. A criança, como qualquer outro cidadão é alguém munida de direitos, que precisam ser garantidos para o desenvolvimento integral na sociedade. O artigo 227 da Constituição Federal deixa claro que é dever de todos assegurar os direitos fundamentais e mantê-las protegidas de “toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 94). O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) corrobora tal responsabilidade, onde também define com clareza os incumbidos por efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com o ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 20).

Torna-se evidente que as crianças e os adolescentes são sujeitos que fazem parte da sociedade, sujeitos que a constitui e por ela é constituído, porém não foi sempre assim na história da infância, pois, segundo Macedo (2017), não se tinha a concepção da criança como sujeito de direitos, nem eram vistas como seres frágeis, dependentes de cuidados. Na verdade, elas eram sujeitas a agir como adultos em miniaturas e colocadas para trabalhar e realizar atividades que não condiziam com seu processo de desenvolvimento.

V. Faleiros e E. Faleiros (2007) consideram importante refletir sempre sobre a trajetória histórica da violência contra tais grupos vulneráveis, já que ao longo dos anos ocorreram modificações na forma de conceber e tratar a infância, percebendo então a necessidade de proteger e cuidar da criança para que a mesma tenha seu desenvolvimento integral garantido.

Desde o descobrimento do Brasil, em 1500, as crianças eram controladas por poderes que derivavam de Portugal e seus trâmites administrativos eram feitos pela Igreja Católica, representante da corte, já que o estado e a igreja trabalhavam juntos. Os padres Jesuítas é quem tomavam conta de crianças indígenas, com o intuito de apenas batizá-las e encaminhá-las para o trabalho, ao retratar o percurso da infância no Brasil:

Os padres, embora não aceitassem os castigos violentos e a matança de índios pelos portugueses, fundaram casas de recolhimento ou casas para meninos e meninas índias, nas quais, após separá-los de sua comunidade, impunham-lhes os costumes e normas do cristianismo, tais como o casamento religioso e outros dogmas, com o intuito de introduzi-los na visão cristã do mundo (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 19).

Os autores também abordam que ainda no tempo da escravidão a mão de obra de crianças escravizadas era considerada mais valiosa do que as de um adulto, mesmo sendo grande a taxa de mortalidade de crianças naquela situação. Estas, na maioria das vezes, eram obrigadas a viverem longe das mães, que eram levadas para servir como ama de leite a outras famílias. Uma pequena mudança ocorreu com a Lei do Ventre Livre em 1871, pois, até então, essas crianças eram usadas como objetos. Porém, mesmo com a vinda de tal lei, os senhores ainda podiam escravizar crianças a partir dos 8 anos até os 21, se estas não fossem liberadas por decisão do estado.

Em 1726, havia muitas crianças destinadas ao abandono, por serem filhas de senhores com mulheres escravizadas, fato que preocupou as autoridades, levando-as a tomar iniciativa de proporcionar a esses grupos a esmola e até mesmo a internação de tais crianças. Com este objetivo surgiu então “a roda dos expostos”, que V. Faleiros e E. Faleiros (2007, p. 20) definem como: “[...] um cilindro giratório na parede da Santa Casa que permitia que a criança fosse colocada de fora sem que fosse vista de dentro, e, assim, recolhida pela Instituição que criou um local denominado ‘Casa de Expostos’”.

O intuito era de apenas esconder essas crianças para não manchar a imagem de família. Essas instituições acolhiam-nas e depois as obrigavam a trabalhar ou então as entregavam às amas de leites. É importante destacar que muitas dessas crianças morriam, pois, a taxa de mortalidade era grande, em torno de 90%, pela própria falta de zelo e responsabilidade, na perspectiva dos autores (2007).

Em 1941, após o golpe do estado, foi criado o Serviço Nacional de Assistência aos Menores, o SAM, com o intuito de acabar com os perigos e ameaças que as casas de menores causavam. Porém, nesses internatos, ao invés da reeducação, as crianças eram expostas a situações de maus-tratos.

O SAM, que funcionou até 1964, foi muito criticado, principalmente pela Igreja Católica, pois violentava, surrava e torturava crianças. Ao invés de ser um órgão de proteção, tornou-se um órgão de repressão, que deixava as crianças à míngua, com instalações em péssimas condições (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 23).

Santos (2009) reitera a necessidade de proteger e cuidar do desenvolvimento integral da criança e por isso destaca a importância de mobilizações que asseguram, protegem e propõem condições jurídicas, que garantam um espaço apropriado, justo e protetor para o desenvolvimento completo da criança e do adolescente.

No Brasil, somente no final da década de 1980 deu-se atenção aos surgimentos de organizações que defendessem os direitos da criança que se encontrava em situação de violação, o que deu visibilidade ao tema da violência sexual contra esse grupo populacional.

Em 1990, promulgou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (MS, 1991), fruto da ratificação da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a considerar a população infanto-juvenil como sujeito de direito e merecedora de cuidados especiais e proteção prioritária. Esta lei revogou o Código de Menores de 1979 (OLIVEIRA; ASSIS, 1999, p. 03).

Severino (2019) salienta a importância da promulgação das leis de direitos no que tange à liberdade e autonomia da criança em participar da comunidade e a convivência em família, podendo se expressar e tornar-se ativa na sociedade em que vive, o que é expresso no art. 17 do ECA: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990, p. 28).

O ECA também firma que se deve prezar o cumprimento dos direitos às crianças, de modo a oportunizar e ampliar o seu desenvolvimento de forma livre e integral, descrito no artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 11).

Além disso, é essencial ressaltar que não é obrigação somente da família a garantia dos direitos das crianças, toda a sociedade e o estado devem se responsabilizar pelo cumprimento dos direitos assegurados pelo ECA (1990). Este estatuto, em seu artigo de nº 18, diz que “é dever de todos zelarem pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a

salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, p. 71).

A família deve efetivar a sua função de garantir à criança o carinho, a proteção e o cuidado que também, o que se encontra previsto em lei, no artigo nº 19 do ECA: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990, p. 23).

Diante do exposto, é relevante ainda enfatizar que todo sujeito possui não somente seus direitos básicos, mas também direitos sexuais, considerando que a sexualidade faz parte do desenvolvimento e da necessidade básica do ser humano, bem como mostra o guia escolar: “Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, na dignidade e na igualdade entre todos os seres humanos. Saúde sexual é um direito fundamental e, como tal, deve ser um direito humano básico” (BRASIL, 2011, p. 59). Alguns desses direitos são:

1. DIREITO À LIBERDADE SEXUAL: direito a se expressar, sem desrespeitar o espaço e as escolhas do próximo.

2. DIREITO À AUTONOMIA SEXUAL, À INTEGRIDADE SEXUAL E À SEGURANÇA DO CORPO SEXUAL: diz respeito às tomadas de decisões sobre o próprio corpo, sem que o mesmo sofra com violência.

3. DIREITO À PRIVACIDADE SEXUAL: é o direito de decisões íntimas de forma individual, sem que isso afete o direito do outro.

4. DIREITO À IGUALDADE SEXUAL: sem discriminação e preconceito, independentemente de cor, raça, gênero, religião, etc.

5. DIREITO AO PRAZER SEXUAL: claramente, diz respeito ao direito de sentir prazer.

A declaração dos direitos sexuais foi aprovada no 14º Congresso Mundial de Sexologia (*World Congress of Sexology*), que aconteceu na China, em agosto de 1999, pela Associação Mundial de Sexologia (*Association for Sexology*) (BRASIL, 2011). De fato, tal declaração é muito importante para a evolução e crescimento de uma sociedade sexualmente saudável e consciente, que não se sinta reprimida e que não avance sobre o espaço do próximo sem consideração e respeito, tendo em vista que quanto mais se colabora com os próprios direitos, corrobora-se para que o direito do próximo de fato aconteça.

Na contemporaneidade, tendo em vista os aspectos históricos apresentados por V. Faleiros e E. Faleiros (2007) e pelo Guia Escolar - Identificação de Sinais de Abuso e

Exploração de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2011), consideramos que a trajetória de maus-tratos, violações e descuido com a infância produzem prejuízos para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, algo que, na atualidade, buscamos superar.

2.2 Identificações de sinais de abuso sexual no contexto escolar e consequências enfrentadas pelas vítimas

A escola possui um papel fundamental na prevenção e combate da violência sexual. É o espaço que a criança mais frequenta e por isso é considerada um ambiente que deve priorizar o cuidado e o conforto dos pequenos. Além da escola, há instituições que também fornecem espaços para atividades infantis e que fazem parte da comunidade e rotina dos pequenos. Esses ambientes também devem contribuir com o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes:

As instituições que executam trabalhos com crianças e adolescentes nos âmbitos educacional, cultural e de esporte e lazer exercem um papel importante na construção da cidadania. É importante que todos os integrantes dessa comunidade – educadores, técnicos, as próprias crianças e seus familiares – possam contribuir na defesa dos direitos desse segmento da população, participando do movimento nacional e internacional de enfrentamento à violência sexual (BRASIL, 2009, p. 9).

Já V. Faleiros e E. Faleiros (2007) afirmam que a relação violenta nega os direitos da criança (vítima) e desestrutura a identidade do ser em questão. Em outras palavras, quando se usa da força para obter vantagens sobre outros há desrespeito à vontade e ao querer do próximo, obrigando-o a fazer algo contra sua vontade, onde ocorre violação dos direitos de liberdade que o outro tem de poder decidir sobre si mesmo, fazendo com que esse sujeito tenha suas vontades retraídas e sua autonomia minada. Tal violação resulta na falta de desenvolvimento do ser em questão e o uso exagerado e violento da força como forma de negligência é considerado crime na legislação.

O autores (2007, p. 39) conceituam a violência contra criança e adolescente como todo ato agressor de poder, que faça uso de força, onde as capacidades são desiguais e o agressor tire proveito dessa situação de forma psicológica, física, negligente ou sexual:

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo. Os episódios de abusos sexuais, longe de serem idênticos, distinguem-se profundamente, seja pelo autor da violência

sexual, seu grau de parentesco com a vítima, autoridade e responsabilidade em relação ao vitimizado, idade e sexo da vítima e do abusador, tipo de violência cometida, duração e frequência e o local em que ocorrem.

Vale destacar que os termos gerais mais utilizados para denominar os tipos de violência são: violência física, psicológica e sexual. A violência sexual se categoriza em abuso sexual e exploração sexual comercial. Este termo é utilizado para o comércio ilegal do corpo da criança e do adolescente com fins lucrativos.

O abuso sexual, conceito que fundamenta este artigo, divide-se em intrafamiliar (quando praticado por pessoas dentro do grupo familiar ou próximo) e extrafamiliar (mesmo que o abusador conheça a criança e seja próximo da família, não tem ligação sanguínea com tal).

Como descrito pelo Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos (BRASIL, 2011-2019), houve no Brasil no ano de 2018 17.093 casos de denúncia contra violência sexual infantil e em 2019 já tiveram 4.736 casos de denuncia registrados somente até o mês de abril. Uma quantidade alarmante, além das crianças e adolescentes abusados sexualmente que não chegam nem a fazer denúncia, ou seja, um processo de subnotificação por medo, por falta de informação e até mesmo repressão do agressor. Isso corrobora com a necessidade de pesquisar sobre essa temática a fim de despertar o olhar da sociedade para os sinais de identificação de abusos em crianças e adolescente, a fim de direcioná-los à denúncia de tais casos.

Na maioria das vezes, os agressores são parentes ou pessoas que têm contato próximo com a família da criança. Os mesmos responsáveis por garantir os direitos e proporcionar qualidade de vida e dignidade à criança são os que muitas das vezes abusam, o que nos faz reforçar o argumento sobre a necessidade de identificação dos sinais dessa violência.

Há também confusão na cabeça da criança vitimada no que se refere aos papéis sociais dos adultos, pois o abuso descaracteriza as representações de seus familiares responsáveis. V. Faleiros e E. Faleiros (2007) mostram que essa forma de violência estabelece uma relação que inverte a natureza das relações entre adultos e crianças, já definidas socialmente, passando a ser desumanas ao invés de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas e assim por diante.

Essa violação de direitos e desrespeito pode produzir na criança abusada transtornos psicológicos, valores morais e sociais deturpados, principalmente nos abusos sexuais de longa duração. Para a criança vitimada, quanto mais tempo ela se manter em silêncio ou quanto

mais demorar para ter um tratamento adequado e seus direitos preservados, maiores serão as consequências na adolescência e na vida adulta.

O Guia Escolar Brasil (2011) descreve quais são os sinais que as crianças demonstram quando passam por situações de abuso sexual e alerta os pais e educadores a se manterem atentos a isso, já que os sinais podem ser diversos, ligando os fatos e acontecimentos ao comportamento, para que não haja equívoco em pensar que apenas um sinal indique caso de abuso sexual.

Os primeiros sinais a serem sempre observados são: ferimentos, machucados, algo visível que causa incômodo na criança, algo que se percebe ao andar ou sentar, pois esses são sinais físicos e transparece no corpo da criança e/ou adolescentes, causando-lhes constrangimento.

A seguir, estão elencados quais são esses sinais:

1. Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundos psicológico e emocional.
2. DST, incluindo AIDS, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções urinárias, cólicas intestinais, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas.
3. Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorreia na garganta (nas amígdalas, mais precisamente) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral).
4. Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar dificuldade de caminhar ou sentar.
5. Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados (inchados) ou hiperemiados (congestão sanguínea).
6. Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal.
7. Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa.
8. Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue.
9. Roupas de cama, tapetes ou carpetes com resquícios de sêmen.
10. Gravidez precoce ou aborto.
11. Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade para o autor de violência sexual.
12. Traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física (BRASIL, 2011, p. 88).

Outros tipos de sinais que podem ser percebidos, de acordo com o Guia Escolar Brasil (2011), são os comportamentais, ou seja, são aqueles comportamentos apresentados pelas crianças e adolescentes os quais mostram que algo pode estar acontecendo e aos quais devemos dar atenção quando sentimentos são manifestados, pois esses sinais são menos visíveis, mas não menos importante.

1. Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão.
2. Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade.
3. Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos.
4. Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar.
5. Medo do escuro ou de lugares fechados.
6. Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros.
7. Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica.
8. Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas.
Culpa e autoflagelação.
9. Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga. Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração).
9. Fraco controle de impulsos, comportamento autodestrutivo ou suicida.
10. Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso.
11. Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla.
12. Repetição constante do que outras pessoas verbalizam (BRASIL, 2011, p. 89).

Outro fator que pode indicar que a criança esteja sofrendo abuso é o sexual. Conforme o Guia Escolar (BRASIL, 2011), é quando há curiosidade excessiva a tudo que é relacionado à sexualidade, mostrando-se avançada nessas questões, fazendo desenhos que representem órgãos genitais com detalhes parecidos, brincadeiras eróticas com amigos, animais e brinquedos, toque ou manipulação frequente nos órgãos genitais.

É necessário que o professor ou responsável busque informações, no caso de desconfiança, para saber como lidar com a situação e, se necessário, efetuar a denúncia. Por isso, é de fundamental importância que o professor esteja preparado em sala de aula para lidar com diversas situações enfrentadas pelo grupo de crianças ou adolescentes com quem atua, já que uma notória parte desses sinais é apresentada no ambiente escolar.

Percebe-se que são inúmeras as consequências acarretadas às crianças vítimas de violência sexual, o que pode levá-las a viver reprimidas e isoladas da sociedade. V. Faleiros e E. Faleiros (2017) atestam que esse tipo de violência desfigura as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas, já que a criança, até então, tinha no adulto confiança e proteção. Ela muda sua visão e passa a ter medo e insegurança em relação a pessoas mais velhas ou que se assemelham aparentemente com seu agressor.

Crianças que viveram situações de abuso sexual podem desenvolver uma visão muito particular do mundo e dos relacionamentos interpessoais. Podem apresentar sentimento de culpa, baixa autoestima, problemas com a sexualidade e dificuldades para construir relações afetivas duradouras. Por tudo isso, quanto antes as vítimas de abuso sexual e maus-tratos receberem apoios educacional, médico e psicológico, maiores serão as chances de superar a experiência negativa da infância e ter uma vida adulta mais prazerosa e saudável (SANTOS, 2011, p. 95).

O Guia Escolar (BRASIL, 2011) traz com clareza as consequências enfrentadas pelas crianças vítimas de abuso sexual e a forma como elas podem reagir e vivenciar essa experiência, muitas vezes traumática, levando em consideração que cada uma delas reage de maneira diferente aos abusos, já que cada uma tem sua subjetividade. Algumas vítimas fingem que o fato não está acontecendo com elas, outras entram em estado alterado de consciência, como se estivessem dormindo, e outras até dissociam o corpo dos sentimentos.

As consequências citadas a seguir também caracterizam crianças vítimas de abuso sexual, sendo necessário que o professor tenha um olhar atento e observe seus alunos e seus comportamentos, pois a criança por si só não conseguirá se abrir e dizer tudo o que se passa, mas irá demonstrar através das atitudes e comportamentos no meio social em que convive. São elas: sequelas advindas dos problemas físicos gerados pela violência sexual; lesões e hematomas, algumas das vezes não ficam visíveis, e pode ocorrer de a criança esconder por vergonha ou até mesmo por ameaças do próprio agressor (neste caso, é necessário entender que nem toda lesão é resultado de violência sexual). Outra consequência física gerada pela violência são as infecções sexualmente transmissíveis, que podem interferir na capacidade reprodutiva entre outros danos físicos à vítima:

A violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 35).

O Guia Escolar Brasil (2011) ressalta que a criança vitimada sofre também com dificuldades de ligação afetiva e amorosa, devido ao profundo sentimento de desconfiança com as pessoas ao seu redor, por conta das experiências traumáticas que gera na pessoa medo e insegurança. Os traumas vividos também ocasionam um insatisfatório desenvolvimento da sexualidade saudável, ou seja, as pessoas que sofreram com violência podem evitar todo e qualquer relacionamento sexual, pois, em razão dos traumas, não consegue sentir prazer,

também podendo ser o contrário, levando-a à tendência de sexualizar demais os relacionamentos sociais.

O complexo de traição é outra consequência mencionada (BRASIL, 2011), que pode levar a criança a adquirir dificuldade de confiar nas pessoas por pensar que pode ser traída a qualquer momento, pois foi enganada pelas pessoas que deveriam protegê-la, o que pode ainda induzir a vítima a transtornos de ansiedade.

Abuso sexual na infância também pode acarretar ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas por parte da vítima, conforme é descrito no Guia Escolar Brasil (2011), pois, apesar de o uso de drogas mais atrapalhar do que ajudar, algumas veem como forma de amenizar o sofrimento, a dor e a baixa autoestima e acabam por não conseguirem controlar o vício. Por fim, algumas crianças vítimas de violência sexual infantil podem se sentir inúteis e culpadas e, em sua visão, o que as pessoas querem dela é somente sexo, levando-as ao engajamento em trabalho sexual (prostituição).

2.3 Prevenção e combate do abuso sexual contra crianças e adolescentes: pedagogia em questão

Acabar com o abuso sexual infantil não é uma tarefa fácil. Conforme exposto nos tópicos anteriores, vários projetos e leis foram criados com o intuito de interromper esse ciclo de violação e desrespeito com a infância. No entanto, apesar de termos tido um avanço considerável no tratamento com a criança e o adolescente, percebe-se que o número de violência sexual no Brasil ainda é preocupante.

Diante disso, muitas instituições têm dado ênfase ao enfrentamento ao abuso sexual infantil, onde daremos um destaque ao espaço escolar (pedagógico), local em que crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo, levando em conta que um dos objetivos mais importantes deste espaço é o fornecer um desenvolvimento integral aos educandos, formando cidadãos conscientes. “Dentre todas as instituições faz-se necessário destacar a escola, em razão do seu potencial como espaço de desenvolvimento de ações de prevenção, intervenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (ROCHA, 2011, p. 278).

Para que o professor atue de maneira a fornecer às crianças conhecimento, cuidado e garantia de direitos, Santos (2011) relata a necessidade de que os profissionais da educação tenham antes uma capacitação para que estejam preparados a lidar com as diversas situações enfrentadas no dia a dia e que realizem um trabalho pedagógico que os façam enxergar de forma interdisciplinar além da sala de aula, mas que adentre a realidade vivida pelos alunos.

É primordial trabalhar, dentro do eixo da educação, a saúde sexual com todo o grupo escolar, pois a criança deve e precisa se desenvolver em um ambiente propício e preparado para lidar com suas fases e, para isso, é preciso informação. Ensinar a criança a respeito de seu corpo e sua sexualidade possibilitará a ela autonomia sobre o cuidado com o seu corpo e um desenvolvimento sexual saudável e satisfatório.

Para que isso seja de fato alcançado, é preciso que, não somente o educador, mas toda a comunidade escolar trabalhe em equipe, explorando ao máximo todas as ferramentas que estejam à disposição do núcleo acadêmico e que saibam como fazer uso adequado de tal, sendo o principal participante da prevenção primária, definida pelo Guia Escolar Brasil (2011), como a melhor forma de combater o abuso sexual, atuando na redução e interrupção da forma desumana com os cidadãos.

Esse meio conta com a atuação do grupo pedagógico em informar e conscientizar desde os educandos até o meio familiar em que convivem.

A prevenção primária compreende um trabalho junto aos pais ou responsáveis sobre o processo de desenvolvimento de uma criança [...] buscando fornecer informações sobre sexualidade, assim como criar um espaço de reflexão e questionamento sobre posturas, tabus crenças e valores [...] é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra a criança. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade (BRASIL, 2002. p. 49).

Entretanto, no Guia Escolar Brasil (2011), frisa-se que tratar de assuntos relacionados à sexualidade ainda é tratada como tabu, o que dificulta a ação em favor ao combate à violência sexual, por causa do silêncio e despreparo de muitos em lidar com a situação.

Desse modo, as práticas pedagógicas voltadas para a educação e saúde sexual devem bem planejadas e estrategicamente preparadas de acordo com a linguagem apropriada para a criança. É preciso procurar medidas didáticas para utilizar as informações em reuniões com professores, nos encontros pedagógicos, em sala de aula com as crianças e em reuniões com os pais, tendo como objetivo despertar olhares de cuidado e proteção com a criança nos ambientes em que ela frequenta.

No entanto, é necessário que nas instituições de ensino também seja possibilitada a prevenção secundária, que se distingue da primária por procurar identificar de forma antecipada casos de risco de violência sexual e formas de combatê-la. Esse tipo de prevenção justifica que o professor esteja de fato preparado e sempre se atualizando, com o olhar atento aos sinais em sala de aula.

A capacitação de educadores estaria contemplando a prevenção secundária, que tem como objetivo a detecção de crianças e adolescentes em situação de risco ao seu desenvolvimento, impedindo os atos violentos e/ou suas repetições, atuando em situações já existentes e prevenindo possíveis sequelas. O que se pretende, em última análise, é a busca de soluções e intervenções para o grave problema da violência sexual e, após o convívio familiar, a escola mostra-se como situação ideal para detecção e intervenção junto aos casos de abuso sexual (BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 2).

Nota-se, então, que o combate e a prevenção da violência sexual infantil não é unicamente um dever do ambiente escolar, mas também da família e da sociedade em geral. É em casa que a criança tem seu primeiro contato com ela mesma e com o outro, onde cria laços, afeto e onde se sente segura e protegida, ou pelo menos deveria sentir.

Os pais ou responsáveis devem educar e atentar para um desenvolvimento sexual saudável da criança, muitas vezes o que falta é informação, pois alguns pais não sabem como falar desses assuntos com seus filhos e acabam por tratar como algo que não convém às crianças. Neste quesito, a escola também pode orientar os pais, trazendo informações importantes que auxiliam na busca para solucionar o medo e a insegurança dos adultos ao abordar esse tema com os pequenos.

Essa informatização pode ocorrer por meio de palestras, cartazes pela escola, panfletos, projetos, entre outros meios. Como previsto no Guia Escolar,

A notificação dos casos de violência sexual é um dever de todo profissional da educação ou responsável por estabelecimento de ensino e um direito de crianças e adolescentes. Isso mesmo! É um direito na medida em que a notificação constitui uma forma de prevenção secundária, nos casos em que crianças e adolescentes estejam em “situação de risco” ou quando a violência sexual já ocorreu, pois pode proteger esses indivíduos. As ações de prevenção secundária visam evitar a perpetuação do ato, de maneira que não provoque mais sequelas em crianças e adolescentes sexualmente abusados. (BRASIL, 2011, p. 96).

Portanto, o trabalho da família com as crianças complementa e não anula as práticas pedagógicas que devem ser utilizadas como meio de prevenir e interromper o ciclo da violência sexual. Neste contexto deve-se pensar como professores, que é de fundamental importância saber a realidade de cada criança e o ambiente em que ele convive e quais circunstâncias ela enfrenta dia após dia, pois isso auxilia na compreensão do sujeito.

Tavares (2015) aduz que o educador tem um papel essencial na prevenção e combate à violência sexual e que para isso deve estar sempre se capacitando, mantendo-se informado, com o olhar despertado para a realidade que cada criança vive de forma consciente, afinal o

Art. 5º do ECA revela: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 11).

O Guia Escolar Brasil (2011) aponta também a importância de que a criança seja bem recebida em um local acolhedor, que lhe proporcione qualidade de aprendizado, brincadeiras e interações com os quais ela vive. Quando a criança sofrer algum tipo de violência, ela poderá recorrer a quem ela confia e demonstrar o está ocorrendo no ambiente em que ela se sinta confortável e segura.

O trabalho de socialização deve ser frisado nas escolas e espaços públicos, pois desde bem nova é fundamental a criança interagir e socializar com o outro, já que é quando ela passa a perceber a si mesma também, internalizando e se colocando no lugar do outro, passando a ter respeito pelo próximo.

Outro fato iminente no papel da escola e de toda comunidade é a conscientização, como também é exposto no Guia Escolar:

Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que eles sejam apoiados e protegidos com estratégias educativas voltadas para o estímulo à autodefesa, conscientização e valorização de suas etapas de crescimento (BRASIL, 2011, p. 167).

Mesmo ainda pequeno, o ser humano precisa distinguir seus tipos de relacionamento e ter capacidade de mantê-los, por exemplo, seu relacionamento com os pais e irmãos, que é diferente de seus colegas de escolas. Além disso, ele deve conhecer o próprio corpo sabendo respeitar-se, para, assim, se desenvolver criando autonomia para se defender, sendo este um instrumento significativo na prevenção e combate ao abuso sexual.

No Guia Escolar, pontua-se: “Com a aquisição de conhecimentos adequados sobre o próprio corpo, crianças e adolescentes podem desenvolver, com mais segurança, sua capacidade de tomar decisões e de dizer não às situações constrangedoras ou desconfortáveis” (BRASIL, 2011, p. 16).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo assumiu como objetivo descrever teoricamente os indícios de abuso sexual na infância, as medidas de enfrentamento dessa violação de direitos, bem como do papel dos pedagogos nesse processo. Tendo em vista os argumentos apresentados, constata-se que contribuir para a prevenção e o combate a esse tipo de abuso não é uma tarefa fácil, mas é uma missão de todos.

Para que de fato se encerre com essa violação de direitos das crianças e adolescentes, é necessário que toda a sociedade seja conscientizada sobre as leis que protegem e garantem à criança crescer em um ambiente propício para seu progresso na comunidade.

A Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, do ECA, surge com a necessidade de assegurar e garantir um desenvolvimento integral da criança, proporcionando a esses sujeitos a liberdade de se expressar e a convicção sobre seus direitos, firmando em ordem jurídica o cumprimento do que está previsto em lei e levando em conta todo o processo social e histórico de construção da criança como sujeito de direitos.

Portanto, a educação, por trabalhar vários aspectos na infância e por fazer parte das fases de desenvolvimento da criança, tem um papel muito importante na prevenção e combate ao abuso sexual infantil. No entanto, o pedagogo deve manter o olhar atento, reforçando sempre o cuidado com o corpo, buscando conscientizar seus educandos e familiares sobre seus direitos e as formas pelas quais se podem fazer denúncias ou buscar ajuda em situação de risco.

O conhecimento dos sinais de abuso sexual e das consequências físicas e psicológicas enfrentadas pelas vítimas dessa modalidade de violência é um meio de informar aos educadores e até mesmo familiares que precisam de orientação para ajudar a criança necessitada. A vítima, na maioria das vezes, não consegue dizer claramente o que se passa, mas demonstra o que ocorre por meio da linguagem corporal, expressões, desenhos e comportamentos que não condizem com a idade.

Concluimos, por fim, com base em V. Faleiros e E. Faleiros (2007); Guia Escolar (2011); Brino e Willians (2003); Macedo (2017); e, Severino (2019), sobre a importância da formação pedagógica ao lidar com diversas situações de abuso, reforçando que quanto mais preparado o profissional estiver, melhor será a forma de proceder em cada caso. O docente deve sempre buscar novos conhecimentos, inovar seu aprendizado, com o objetivo de conscientizar e criar novos projetos de prevenção ao abuso sexual infantil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Balanco Geral 2011 a 1º semestre de 2019** - Violência sexual contra Crianças e Adolescentes (2019). Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 25 set. 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Câmara dos Deputados. Série Legislação, 13. ed. Edições Câmara: Brasília, 2015.
- BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação de educadores acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3218>. Acesso em: 19 set. 2019.
- CEDECA. **Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. Ensaio: ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, 1998. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>. Acesso em: 25 set. 2019.
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. UNESCO: Brasília, 2007.
- MACEDO, Thuane Brito de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas especificidades e desafios**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196383/Thuane%20Brito%20de%20Macedo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- OLIVEIRA, Ione Sampaio de. **Trajetória Histórica do Abuso Sexual contra Criança e Adolescente**. 45 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2879/2/20161641.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- OLIVEIRA, Maruza B.; ASSIS, Simone G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Cad. Saúde Pública**, v. 15, n. 4, Out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: *Childhood* - Instituto WCF-Brasil; Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Seropédica**. EDUR: Rio de Janeiro, 2011.

SEVERINO, Aline Pacheco. **O trabalho interdisciplinar da equipe do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paefi) na perspectiva de garantia de direito das crianças e adolescentes.** 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direitos Humanos na América Latina) – Universidade Federal de Integração Latino-americana, Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História – ILAACH, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em:
<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4947/TCC%20Aline%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 set. 2019.

A POSSIBILIDADE DO USO DE CONTRATOS NOS RELACIONAMENTOS AFETIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO UNIVERSO JURÍDICO BRASILEIRO

Fernanda Kury Vidal

Dyellber Fernando de Oliveira Araújo

1 INTRODUÇÃO

Em tempos hipermodernos ou de tardo-modernidade, a sociedade tende a mudanças abruptas de comportamentos, repelindo, por vezes, hábitos tradicionalmente sedimentados. Neste sentido, fenômenos oriundos de uma força maior causada, principalmente, pela pandemia do Coronavírus, bem como novidades oriundas de um relacionamento afetivo que se demonstre distante de uma proposta ulterior de constituição familiar, fez com que muitos casais decidissem estreitar uma convivência mútua – inclusive em situações de isolamento social que passaram a viver sobre o mesmo teto – mas que nem por isso implicasse em consequências jurídicas originárias da configuração de união estável.

Assim, a busca para realização do contrato de namoro ou mesmo os relacionamentos *sugar* ganham maior proporção nos dias atuais.

Tal como será visto adiante, o namoro apesar de não ser conceituado pela lei, pode ser entendido por alguns doutrinadores como uma relação afetiva entre duas pessoas que se unem pelo desejo de partilharem experiências. A união estável, por sua vez, encontra definição na Constituição Federal em seu art. 226, § 3º e no Código Civil no artigo 1.723, expondo como entidade familiar equiparável ao casamento, caracterizada pela convivência pública, contínua, duradoura e com intenção de constituir família.

Não obstante, ainda considera-se o relacionamento *Sugar*, que pactuado por intenções bem definidas de troca entre o casal, sedimentam a plausibilidade de se estabelecer contratos capazes de distanciar qualquer responsabilidade jurídica sobre a relação afetiva.

Conforme análise à frente, percebe-se que na prática não será tão fácil de diferenciar todas estas modalidades de relacionamento. Sendo assim, será avaliado cada caso de forma concreta, observando de maneira individual os requisitos referidos para reconhecer o contrato de namoro, relacionamento *sugar* e a união estável.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que estas questões vêm ganhando cada vez mais notoriedade e alarme jurídico atualmente. Algo, inclusive, já aventado pelo

Superior Tribunal de Justiça por meio do REsp n. 1.263.015/RN, que, apesar de não se ter manifestado sobre os chamados *Sugar Dating*, notabilizou-se pela distinção entre namoro e união estável, em que na primeira é caracterizada pela convivência pública, contínua, duradoura e sem pretensão de constituir família presente, já na segunda o casal tem o *animus* de constituir família.

Da mesma maneira, destacou-se também a distinção entre união estável e namoro qualificado, que vem principalmente pelo requisito de constituição de família, bem como pelos compromissos assumidos na vida e no patrimônio, de modo que a união estável não existe mais o “meu” e o “seu”, e sim o “nosso”, com um entrelaçamento de interesses de vida.

Como será visto, as importâncias das diferenças que norteiam tais relacionamentos se baseiam nas consequências jurídicas. No namoro e no relacionamento *sugar*, a princípio não existem o direito a alimentos, partilha de bens e herança, ou seja, inexistem comunicação ou vínculos patrimoniais, que ocorrem na união estável. Mas nada obsta que estes dois primeiros relacionamentos assumam características do terceiro.

Por outro lado, as hipóteses de aproximação e distanciamento entre tais relacionamentos não se nutrem exclusivamente em questões de ordem patrimonial. É certo que o direito de família envolve uma prática de princípios constitucionais que estão vinculadas também as discussões, via de regra, não matrimoniais como é o caso do contrato de namoro e o *Sugar Dating*, sendo necessário o juiz analisar cada caso com base no princípio da autonomia da vontade, autonomia privada, intervenção do estado, livre planejamento e boa-fé.

Por fim, serão analisadas as correntes contra e a favor dos contratos nos relacionamentos afetivos e quais as ideias defendidas pelas fontes informais do direito, quer sejam elas a doutrina ou os julgados dos tribunais superiores.

2 A HISTÓRIA DO CONTRATO JURÍDICO

Não existe um período certo que aponte o surgimento do contrato, muito menos em qual local se originou, mas atinge o entendimento de que o contrato avança conforme o homem se desenvolve em comunidade. Porém, alguns estudiosos acreditam que a história do direito contratual surgiu através do direito romano, que teve grande intervenção em sua construção (SANTOS; SIMIONI; SOUZA, 2016).

Em contrapartida, Gagliano e Pamplona Filho (2014) defendem o pensamento de que não foi em Roma que se originou o negócio jurídico contratual. Isto porque o homem já se envolvia em comunidade com o seu semelhante, desde as primitivas civilizações.

Os autores (2014) dizem que nesse período já se percebia a existência de contratos. Sendo que o direito primitivo se decretava pelo costume e tradições definidas como leis habituais, que os regulavam e eram concebidos como pactos. Essa situação acontecia por trás de condições e dificuldades que o homem enfrentava naquela época.

No decorrer do tempo, na Idade Média abriu um olhar diferente sobre o acordo, sendo preciso atravessar os entendimentos do senhor Feudal e as influências teocráticas, que significa forma de governo em que os membros da Igreja interpretam as leis e têm autoridade tanto em assuntos cívicos quanto religiosos. Essa fase só mudou entre o século XVIII para XIX, momento em que o homem se torna o centro do universo, ou seja, entre a fase do Estado liberal e do Estado Social (SANTOS; SIMIONI; SOUZA, 2016).

Dessa forma, o período liberal passou por uma corrente de ideias burguesas, que somente era aceitável a intervenção do Estado quando fosse absolutamente necessária, ou seja, era praticada quando a ação estatal pretendesse preservar a segurança individual dos cidadãos (MORAES, 2014).

Para Santos, Simioni e Souza (2016), nessa época, havia uma grande carga consumista dos mais fortes economicamente sobre os menos privilegiados. Sendo assim, os contratos realizados não possuíam proteção ou um respaldo jurídico do Estado em relação às pessoas desprovidas de posses. Contudo, foi com a reivindicação da classe mais fraca que ocasionou a transição para o Estado Social de direito e foi a partir desse momento que o Estado começou a garantir uma linha de direitos iguais com as partes contratantes.

Os pesquisadores (2016) argumentam que, por fim, o Estado Democrático de Direito formalizou os contratos criando uma conformidade com vários princípios, como por exemplo, os princípios da autonomia privada, boa-fé, equiparação, que envolvem as relações de forma harmônica, proibindo cláusulas abusivas entre as partes e sempre respeitando a troca de obrigações e direitos.

2.1 Conceituação do contrato de namoro

Em conformidade com o artigo 104 do Código Civil, para a legitimidade do negócio jurídico, algumas exigências devem ser atendidas, a saber, agente capaz, forma prescrita ou não defesa em lei, objeto lícito, possível, determinado ou determinável (BRASIL, 2002).

Ademais, no que diz respeito à MP 881/2019, que outrora foi transformada na Lei n. 13.784/2019, chamada de Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, alterou o artigo 421 C.C de 2002, expondo no *caput* que a função social ainda se encontra limitando a liberdade contratual e declara no parágrafo único que o Estado deverá impor uma intervenção mínima no que tange as relações privadas contratuais e salienta também que a revisão contratual ocorrerá de forma excepcional e limitada, como expõe o artigo 421-A, III, do C.C de 2002. Desse modo, nota-se que houve uma mitigação a possibilidade de revisão contratual relacionada às cláusulas abusivas e desequilíbrios contratuais, limitando o princípio da inafastabilidade da jurisdição, exposta no artigo 5º, inciso XXXV, CF/88, pois esse princípio assegura ao indivíduo um contato com o Poder Judiciário para a resolução da lide (VENOSA; RUAS, 2019).

Mas, não existe uma proibição no ordenamento jurídico brasileiro sobre a realização do contrato de namoro, sendo que o artigo 425 C.C ressalta a possibilidade de se formar contratos atípico, que quer dizer, que não são pactuados pela lei (BRASIL, 2002)⁹.

Dessa forma, compreende-se que o chamado contrato de namoro é algo bilateral, ou seja, onde as partes envolvidas não possuem o interesse de firmar legalmente uma união estável, negando os direitos civis de uma família. Sendo assim, Gagliano e Pamplona Filho (2020) conceituam o contrato de namoro como sendo um negócio celebrado entre duas pessoas nos quais as mesmas possuem um vínculo amoroso (Namoro), e diante de um documento assinado em cartório pretendem recusar os efeitos de uma união estável.

À vista disso, o pacto de namoro pode ser registrado tanto por escritura pública no Tabelionato de Notas ou no Cartório de Registro de Imóveis, quanto por instrumento particular em que o casal escolhe levar ou não para ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos (TARTUCE, 2020). Algo que se perceberá um pouco diferente no pacto antenupcial, já que, conforme será visto mais adiante, a este último não se admite a realização por documento particular.

O direito ao livre planejamento familiar está assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, § 7º, o qual dispõe que segundo os princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade equilibrada, o planejamento familiar é o poder de decisão livre dos casais, sendo o Estado obrigado a proteger a família e fornecer recursos educacionais e

⁹ Vale explicar que pela teoria das normas tem-se uma distinção entre validade, eficácia e vigência. Sendo a validade uma forma de verificar a norma jurídica em vigor. A eficácia está em conferir a qualidade da norma para produzir efeitos jurídicos. Por fim, a vigência é a capacidade da norma em um determinado tempo de exercer e produzir validade jurídica. Essas características serão questionadas dentro do contrato de namoro, conforme será analisado à frente (FERREIRA, 2020).

científicos para o exercício desse direito, evitando uma intervenção coercitiva na prática da liberdade do indivíduo dentro da família e também das instituições públicas e privadas que estão coibidas de adotar qualquer forma de coerção (BRASIL, 1988).

Segundo Xavier, (2011), majoritariamente, a doutrina caminha no sentido de reconhecer a pluralidade de famílias, uma vez que a ordem constitucional brasileira estabelece todas as formas de parentesco, com base nos princípios fundamentais da isonomia e dignidade da pessoa humana. Assim, o contrato de namoro advém de uma manifestação de vontades e do desempenho do direito legal de não constituir família. O autor (2011, p. 106) adita:

O relevo dado à vontade das partes é coerente com o transcurso operado do modelo transpessoal ao eudemonista de família. Também, encontra assento na doutrina do Direito de Família Mínimo, que defende uma intervenção estatal mínima nessa seara, ocorrendo em caráter excepcional apenas quando se configurarem situações de vulnerabilidade. Em última instância, o exercício da autonomia privada do casal se traduz na garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

O Estado Contemporâneo, moldado pela premissa constitucional nacional, está declarado para assegurar liberdade e felicidade, em momento algum poderia comprometer esta pretensão por meio de interferência na família. Outrossim, legalmente nenhum indivíduo é coagido assegurar certo relacionamento com outro, uma vez que não concorre ao Estado deter a prática do direito de não instituir família (OLIVEIRA, 2002).

Por conseguinte, Rosa (2014) salienta que a prioridade não é a formação de uma família, mas a felicidade dos envolvidos, sendo que o princípio da felicidade está subentendido no princípio da afetividade, no que diz respeito ao direito das famílias, pois a criação desta entidade social decorre da afetividade entre as partes, tendo como foco principal a felicidade do ser humano.

2.2 Diferenciação entre união estável e namoro qualificado

Ultimamente, é notável que a união estável vem se tornando a modalidade mais recorrente para compor família, devido à dificuldade de realizar os trâmites que norteiam o casamento. Desse modo, as pessoas optam por essas variantes, pois para a sua constituição não é exigido processo, opção de regime e alguns documentos que são essenciais para a constituição do casamento convencional (ROSA, 2014).

A antiga legislação da união estável, Lei nº 8.971/1994, descrevia como requisito essencial para a formação desta instituição a convivência contínua de 5 (cinco) anos na mesma residência e a existência de prole comum (BRASIL, 1994). Porém, a Lei nº 9.278/1996 extinguiu esses requisitos, não sendo mais necessário cumpri-las, para caracterizar a união estável (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal de 1988 assegura a união estável como modalidade de família, previsto em seu artigo 226, §3º, expondo que o bojo da sociedade é o núcleo familiar e sendo assim, detém de uma proteção maior do Estado, sendo uma relação entre o homem e a mulher, podendo a lei transformar em casamento (BRASIL, 1988).

Nessa modalidade, não se faz necessário à vontade das partes para sua caracterização, pois se entende que se devem verificar os requisitos elencados no artigo 1.723, *caput*, C.C, que destaca a união estável de forma objetiva na convivência pública, contínua, duradoura e de forma subjetiva no intuito de formar família presente (TARTUCE, 2020).

Já o namoro qualificado, se tornou público e recepcionado pelo REsp. nº 1.454.643, do Relator Marco Aurélio Belizze, da Terceira Turma, em 2015, pelo (STJ) Superior Tribunal de Justiça, distinguindo a união estável do namoro qualificado. Isto posto, para a constituição do namoro qualificado, faz-se necessário entender que o principal requisito para sua classificação é não constituir uma entidade familiar imediata (BRASIL, 2015).

Logo, o namoro qualificado, trata-se de qualquer convivência entre duas pessoas de forma afeiçãoada, podendo existir ou não a coabitação, no qual os namorados optam por frequentar a casa um do outro, comparecer em eventos públicos, realizar viagens juntos, compartilhar aplicativos em formato digital e principalmente não terem o objetivo de constituir família presente (ROSA, 2014).

A diferenciação entre namoro qualificado e união estável é muito tênue e de difícil entendimento, sendo que as partes começam com um namoro, e ao longo do tempo progridem para união estável. Nesse entendimento, Xavier (2011, p. 105-106) disserta sobre essa vertente:

Assim, o casal de namorados vivencia hoje experiências que só poderiam ser tidas após o casamento, tais como viagens, relações sexuais, coabitação, entre outras. Ademais, o namoro não é mais encarado como mero período experimental que conduz necessariamente ao casamento. Pode-se dizer que ganhou contornos autônomos, o que faz com que casais optem por vivenciar namoros de longos anos. Ocorre que, por vezes, esse relacionamento é tomado por uma complexidade tão grande que o leva a ser confundido com uma união estável, fazendo com que ao namoro sejam imputadas as

consequências jurídicas que o reconhecimento desta entidade familiar necessariamente conduz.

Em virtude dos fatos narrados, entende-se que a grande diferença entre a união estável e o namoro qualificado é a intenção que os casais possuem de constituir família presente ou não. Todavia, caberá ao juiz de direito estipular na sua decisão o poder de livre convencimento motivado, sem levar em consideração quem produziu as provas, como previsto no artigo 371 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015).

3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS

No Direito Civil, é possível se ver uma linha de pensamentos constitucionais que estão vinculados aos princípios que regem o Direito das Famílias. Mas, serão analisados com um olhar esmerado e direcionados ao contrato de namoro, os princípios da autonomia privada e dignidade da pessoa humana, intervenção do estado ou liberdade, boa-fé e por fim o princípio do livre planejamento familiar.

3.1 Princípio da autonomia privada e dignidade da pessoa humana

O princípio da autonomia privada decorre do princípio da autonomia da vontade, tendo como diferencial a criação de normas por meio do desejo particular. Tal princípio se faz presente no direito das famílias, não estando o Estado apto para interferir nesse âmbito, pois tal vedação está assegurada no artigo 1º, inciso III, 5º, *caput*, e 226, §7º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A autonomia da vontade é um princípio que expõe por duas vertentes diferentes, sendo a liberdade de contratar e a liberdade contratual. A primeira, é caracteriza pela capacidade de construir um determinado contrato. Já na segunda passa a ser a capacidade das partes de definir o teor do contrato (WALD, 1992).

O papel do Estado na sociedade contemporânea é de assegurar e defender a família, e não de intervir de uma forma que limite o exercício da liberdade da sociedade no âmbito familiar, uma vez que o seu principal papel é compreender a felicidade dos indivíduos através da afetividade (ROSA, 2014).

Nessa vertente, Pereira (2005) entende que “não se deve confundir, pois esta tutela com o poder de fiscalização e controle, de forma a restringir a autonomia privada, limitando a vontade e a liberdade dos indivíduos”. Assim, tal princípio é visto como uma maneira de limitar a intervenção do Estado, em que ocorre de forma ampla, apenas quando existirem situações de vulnerabilidade. Caso não exista, o casal terá total autonomia, no sentido de assegurar o exercício da dignidade da pessoa humana, do direito a intimidade e a liberdade dos indivíduos.

Na concepção de Xavier (2011), diante da vontade entre as partes, o correto seria que o processo ocorresse no modelo transpessoal ou ainda eudemonista da família. Este fato também se apoiará no Direito da Família Mínimo, no qual propõe uma intervenção estatal de forma conservadora e mínima, ocorrendo somente em casos excepcionais, quando caracteriza-se qualquer situação de vulnerabilidade. Portanto, a autonomia privada do caso está pautada no princípio da dignidade da pessoa humana.

Desse modo, o autor (2011) expressa ainda que o princípio da autonomia privada está ligado diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana, em que possuem suma importância para a formação e realização do contrato de namoro, pois asseguram o direito e a autonomia do casal para exercer sua vontade no que diz respeito à vida privada, no sentido de gerir a própria vida amorosa e escolher tal modalidade familiar, no qual podem optar pelo desejo de constituir família ou não.

3.2 Princípio da intervenção do estado ou da liberdade

Em clareza do artigo 1.513 do Código Civil, trata-se do pleito do princípio da liberdade ou da não intervenção na perspectiva do Direito das Famílias, expondo que é ilícito, a qualquer cidadão tanto de direito público quanto de direito privado, intervir na união criada pela família. Assim, o Estado não pode coagir as causas que levam os indivíduos a permanecer nas suas relações interpessoais, pois estaria violando a liberdade, a dignidade do indivíduo e do livre planejamento familiar (BRASIL, 2002).

Sob a ótica de Rosa (2014), o princípio da felicidade pode ser classificado como subjetivo, pois tal estágio acontece de forma diferente em cada indivíduo. Isso ocorre, porque cada ser humano enxerga a felicidade em uma certa modalidade de vida amorosa, ou até mesmo de não a possuir. Portanto, não compete ao Estado coagi-lo no momento da sua escolha, pois se o fizer, estará ferindo a autonomia privada do indivíduo que é assegurado legalmente.

A autora (2014) complementa que escolher a modalidade da própria vida amorosa, no sentido de constituir família ou não, é assegurado pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade. Dessa maneira, o contrato de namoro se constrói através da vontade dos companheiros, sendo que qualquer indivíduo deve ter o direito de conduzir, escolher e manifestar a própria vida privada.

O artigo 226, § 7º, da Constituição Federal assegura o direito ao livre planejamento familiar, que envolve o direito de constituir ou não família, de namorar, de viver em união estável e de casar-se ou não (BRASIL, 1988).

Em uma linha de pensamento divergente, Tartuce (2020) defende a aplicação máxima do *in dubio pro família* no caso concreto, quando houver dúvidas. No entanto, a Constituição Federal de 1988, assegura o direito do livre planejamento familiar, liberdade e dignidade da pessoa humana, não podendo majorar a aplicação máxima do *in dubio pro família*, por violar os princípios fundamentais, ambos elencados na Constituição Federal.

3.3 Princípio da boa-fé

O princípio da boa-fé está enumerado nos artigos 113 e 422, sendo todos eles do Código Civil Brasileiro. O artigo 113 diz que as relações jurídicas precisam ser analisadas de acordo com o princípio da boa-fé e as utilidades do lugar de sua realização. Consoante o artigo 422 do Código Civil, o princípio da Boa-Fé, aventura que as partes são coagidas a guardar, na conclusão e na execução do contrato, os princípios de probidade e boa-fé (BRASIL, 2002).

Nas palavras de Gagliano e Pamplona Filho (2020), a função social do contrato é essencial na sociedade, sendo que objetiva o respeito e a execução do princípio da dignidade da pessoa humana e da boa-fé.

Não obstante, Rosa (2014) compreende que esse acordo poderá ser criado pelas partes de má-fé, com o objetivo de distanciar os impactos patrimoniais da união estável. Nota-se que a má-fé não é presumida, ela deve ser comprovada, pois, de acordo com ordenamento jurídico brasileiro, a cláusula geral é da presunção de boa-fé, que se classifica como relativa, podendo ser desviada com prova contrária. Vale ressaltar também, que o contrato de namoro não distancia a classificação da união estável, porém, manifesta a falta de um dos seus requisitos essenciais, que é a vontade de constituir família, podendo haver prova contrária.

No pensamento da autora (2014), apesar disso, a presunção de má-fé poderá ser utilizada no contrato de namoro, no sentido de anular de forma absoluta o contrato, quando se

comprovar a má-fé advinda dos contratantes, e, para que isso ocorra, a nulidade deverá estar prevista em lei. Caso não se comprove, o contrato será considerado válido. Essa nulidade poderá ocorrer em cada caso concreto, de acordo com a análise individual, pois nem sempre as partes têm a intenção de constituir família e nem todo indivíduo possui o objetivo de agir de má-fé. Desse modo, a validade do contrato deverá ser formada de acordo com cada caso, não podendo ser presumida a validade e nem sua nulidade absoluta.

Posto isto, o contrato de namoro não terá valor, caso seja comprovado à existência da má fé ou a vontade de fraudar a lei que estabelece os requisitos para a união estável. Nesse caso, na alegação de má-fé contratual o artigo 373 do Código de Processo Civil, destaca que o ônus da prova pertence ao sujeito que defende a nulidade do contrato de namoro (BRASIL, Lei 13.105/2015).

3.4 Princípio do livre planejamento familiar

O princípio do livre planejamento familiar está regulamentado na Lei nº 9.263/1996, a qual dispõe que todo e qualquer indivíduo detém o direito de planejar a sua família de forma livre, não sendo de competência do Estado e nem da sociedade determinar limites ou requisitos para a atividade no que se refere a autonomia privada do indivíduo. Tal princípio tem tipificação legal nos arts. 226, §7º, da Constituição Federal e 1.565, §2º, do Código Civil brasileiro (ROSA, 2014).

A escolha do planejamento familiar é direito do casal, devendo o Estado assegurar os recursos educacionais e financeiros para a execução dessa escolha, sendo ilícita toda forma de imposição advinda de instituições privadas ou públicas, conforme artigo 1.565, §2º do Código Civil (BRASIL, 2002).

O planejamento familiar carrega consigo um cunho de não fazer do Estado, no que diz respeito a não intervenção na escolha do indivíduo de planejar a sua própria família, porém, existe um cunho positivista, uma vez que o Estado tem o dever de tratar eventuais problemas de saúde, assegurando aproximação no tratamento de esterilidade e reprodução assistida. Notadamente, este princípio se classifica como uma garantia ao indivíduo, sendo um direito fundamental resguardado constitucionalmente, não podendo ser negado a aplicabilidade do regime de serventia jurídica (QUARANTA, 2010).

Existe uma contradição sobre o fato do cidadão que vive sozinho ser considerado como uma modalidade de família. Caso seja visto como uma família singular, tal cidadão se beneficia da proteção do Estado, tanto quanto qualquer outra forma, porém, se não for visto

como uma espécie de família, trata-se de um indivíduo executando seu direito de não constituí-la, o que não distancia seu direito fundamental de livre planejamento familiar (ROSA, 2014).

Todavia, o Código Civil elenca um aspecto patrimonialista no que tange a formação de família. Oliveira, por exemplo, disserta que o Código prioriza vertentes como o patrimônio e não com o elemento afetivo entre o grupo familiar (OLIVEIRA, 2002).

Devido a esta certa priorização do patrimônio, a afetividade no Direito Civil, se torna cada vez mais prejudicada, se classificando como o principal motivo que faz com que o casal não opte pela união estável, mas sim pelo referido contrato de namoro (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2011).

4 CONTRATOS DE FAMÍLIA E PATRIMÔNIO

Na categoria de acordos familiares, ressalta-se o pacto antenupcial e o contrato de convivência. Sendo que o primeiro foi uma maneira encontrada para validar o regime de bens do casamento, não sendo as partes coagidas a aderir à comunhão parcial. Já o contrato de convivência se torna uma forma de constituir um regime de bens divergente do legal.

Além do mais, ambos os contratos estão propensos a condições suspensivas. Já que a sua eficácia se torna consequência da caracterização da união e não da vontade manifestada no contrato, sendo assim, apesar de existir um registro é possível que seja contestado judicialmente (DIAS, 2020).

4.1 Pacto Antenupcial

No Código Civil brasileiro (C.C.), são elencados cinco tipos de regimes de bens: comunhão parcial (Artigo 1.659 C.C.), comunhão universal (Artigo 1.667 C.C.), comunhão de separação obrigatória (Artigo 1.641 C.C.), separação convencional (Artigo 1.687 C.C.) e a participação final nos aquestos (Artigo 1.672 C.C.). Contudo, somente no regime de comunhão parcial de bens que não se admitirá o pacto antenupcial (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2020).

Carlos Roberto Gonçalves (2007) explica que o pacto antenupcial é um contrato formal e solene, pois sua validade acontece com a realização da escritura pública, devendo depois ser averbado no Cartório de Imóveis do domicílio do casal, para que surja efeitos

perante terceiros. Além disso, caracteriza-se também por ser condicionado, pois seus efeitos surtirão após a concretização do casamento. Portanto, será por meio desse documento que o casal decidirá qual o regime de bens assumirá após a celebração do matrimônio.

Destarte, o artigo 1.653 do C.C enuncia que esse documento pode ser nulo se não for realizado por escritura pública e ineficaz, caso não concretize o casamento. Sendo assim, caso as partes não realizem o matrimônio o pacto antenupcial se tornará um contrato de convivência, em outras palavras, o casal viverá em união estável (FARIAS; ROSENVALD, 2015).

Portanto, o pacto antenupcial tem por intuito estabelecer uma proteção patrimonial do casal perante a união do casamento, sendo possível estipular de acordo com a vontade das partes o regime de bens e impor as regras que possa satisfazer ambas as partes, sem precisar violar a lei.

4.2 Contrato de Convivência

Do ponto de vista de Cahali (2002), o contrato de convivência é um mecanismo em que as partes que vivem em união estável vão estipular as regras que melhor se adequam a realidade da relação.

A luz que preceitua o artigo 1.725 do C.C., caso não exista o contrato escrito de união estável entre os companheiros, o vínculo patrimonial será estipulado automaticamente pelo regime de comunhão parcial de bens, exposto no artigo 1.658 do mesmo Código (BRASIL, 2002).

Além disso, existe também o contrato escrito de união estável, que pode ser realizado por escritura pública e por instrumento particular, de modo que o casal tem a liberdade de estipular o regime de bens e as questões tanto patrimoniais como pessoais, desde que não violem a lei (DIAS, 2020).

Todavia, é possível que o casal regularize os interesses patrimoniais em qualquer momento da união. Desse modo, não se pode dizer que o contrato de convivência forma a união estável, já que sua constituição decorre dos requisitos estipulados no artigo 1.723 C.C. Sendo assim, em relação às exigências da união estável o contrato escrito terá efeitos retroativos, porém, não se pode retroagir o regime de bens estipulado pelo casal (DIAS, 2020).

Por fim, compreende-se que não é preciso realizar um contrato escrito para existir a união estável, porém, o registro do documento no Cartório de Notas é uma forma de criar uma

segurança maior perante os vínculos patrimoniais que o casal constituir, ou seja, estipular um regime de bens diferente do legal.

4.3 Contrato de namoro: as correntes a favor e contra

O contrato de namoro é um assunto polêmico, por ser recente no ordenamento jurídico brasileiro e, em virtude disso, apenas alguns doutrinadores defendem essa prática.

Veloso (2017) dita que, na geração atual, o namoro vem se tornando cada vez mais prolongado e facilmente confundido com a união estável. Sendo assim, se posiciona defendendo que o contrato é válido e pode ser uma forma eficaz de provar que o casal não tem o interesse de constituir família presente, evitando um vínculo de pensão alimentícia, divisão de bens e participação na partilha de bens.

Na mesma linha de pensamento, Conrado Paulino Rosa (2017) observa que o contrato de namoro é válido, com destaque ao artigo 462 C.C., que apresenta o pré-contrato, sendo necessário seguir os requisitos do principal, se tornando uma forma de exercer sobre as partes uma segurança maior, principalmente quando já viveram conflitos patrimoniais em relações anteriores. Sendo assim, contrato de namoro é um instrumento válido que pode ser feito também por escritura pública, estipulando no documento que ambos não possuem a vontade de constituir família e comunicar bens, podendo viver a afetividade sem conflitos futuros.

Marília Pedrosa Xavier (2011) também fala da possibilidade de se fazer um contrato de namoro, sendo que os companheiros ao criar o documento estão expressando uma vontade e estando presentes os requisitos básicos do negócio jurídico estipulados no artigo 104 do Código Civil, poderá produzir os efeitos almejados, isto é, declarar que não há entidade familiar entre os namorados e caso a relação venha a se tornar união estável, o contrato perde a validade e conseqüentemente a sua eficácia, pois os fatos prevalecem sobre as declarações ali assinadas.

Majoritariamente, a doutrina civilista brasileira tem entendimento no sentido de que não se pode outorgar validade jurídica ao contrato de namoro frente à união estável e até mesmo por haver certas ilicitudes.

Maria Berenice Dias (2020) considera que o contrato de namoro é escasso de eficácia jurídica, pois entende ser uma fonte de enriquecimento sem causa, sendo que é impossível confirmar de modo prévio em um documento o distanciamento de vínculos patrimoniais futuros, citando como exemplo, os casais que vivem uma união a longo prazo e adquirem bens em conjunto. Além disso, explica que caso os namorados realizem um contrato de

namoro por escritura pública e seja estipulado o regime de bens e ocorra uma possível vontade de se casar, o documento poderá servir como um pacto antenupcial.

Nesse mesmo pensamento, Flávio Tartuce (2017) concorda com a nulidade do contrato de namoro, ao afirmar que viola as normas cogentes relacionadas à união estável, que são de ordem pública. Paulo Lôbo (2011) também defende a corrente contrária, ao expor que o contrato de namoro não detém nenhuma eficácia, sendo que a relação jurídica de união estável é um ato-fato jurídico que não depende da manifestação da vontade.

Stolze Gagliano (2013) compreende que muitos casais de namorados vivem uma união estável sem ter ciência. Sendo assim, não é correto considerar o contrato de namoro de forma absoluta, mas como um meio de auxiliar o juiz na análise da sua decisão, averiguando se naquele relacionamento tem ou não o *animus* de constituir família.

5 RELACIONAMENTO SUGAR

Zimmerman (2019) pondera que, nos dias atuais, o relacionamento entre o homem e a mulher sem a necessidade de um casamento não é novidade, diversas pessoas se relacionam sem precisar se preocupar com uma formalização. Todavia, a legislação brasileira já consegue identificar e separar esses tipos de relacionamento que se comportam como se constituíssem um casamento legalizado.

Na perspectiva da autora (2019), assim, anteriormente, de acordo com o Direito das Famílias, a instituição do casamento era o acontecimento legal para que a família estivesse constituída. Porém com as mudanças que houve nos moldes familiares, o Direito teve que repensar algumas definições, assim, a noção de família não ficou somente atrelada ao casamento.

Dessa forma, surgiu o relacionamento *Sugar*, que nada mais é do que uma relação afetiva na qual uma das partes tem o objetivo de sustentar integralmente seu companheiro e em contrapartida receber amor e carinho (DOMITH; BELOZI, 2018).

5.1 Contrato “Sugar” e sua validade

Tal como levantado alhures, a configuração da família atual já não mais se reveste daqueles predicados característicos de antanho. Com o decorrer dos anos e com as constantes transformações dos moldes familiares, aquela configuração ortodoxa atravessa um processo

de abrupta transformação, momento em que a valorização da pessoa humana, arregimentada de questões individuais, passa a ser prioridade em detrimento da preservação de certas instituições tradicionalmente introjetadas ao seio social.

Nesse sentido, Domith e Belozi (2018) pontuam que os sentimentos e desejos de cada indivíduo demonstram-se como fatores primordiais em um relacionamento, constituindo um reflexo do direito a autonomia da vontade. Não por isso, o casamento tem deixado de ser o elemento fundamental para se constituir uma instituição familiar.

Pari passu, na visão dos autores (2018), hodiernamente, percebe-se que os indivíduos não estão mais preocupados em seguir uma linha de concepção familiar de acordo com os moldes tradicionais, já que este ideário mostrou-se, em alguns aspectos, por demais, subjetivo e até inconcebível. Assim, cada vez mais os membros desta coletividade estão preocupados com a busca da própria felicidade e prazer do que mostrar algo, às vezes, fantasiado para uma sociedade criadora deste estereótipo da família perfeita.

Não por isso, Domith e Belozi (2018) asseveram que novos modelos de relacionamentos estão caindo no gosto das pessoas, uma vez que, proporciona uma sensação de liberdade ilimitada, promovendo um custo-benefício que cabe na individualidade de qualquer um. O tabu entre relação íntima e condução econômica está caindo e se transformando em uma alternativa de relacionamento.

Em verdade, quando olha-se para o passado, percebe-se que, em muitos casos, os casamentos tinham como finalidade alianças patrimoniais. Hoje, impingido de conceitos de hipermodernidade, surgiu um novo conceito de enlace sentimental denominado como *Sugar Dating*¹⁰, que é pautado também na troca, no qual a um dos lados será incumbida à parte financeira do relacionamento, mas que, em contrapartida, a outra se adstrita a distribuição do carinho, atenção e companheirismo (DOMITH; BELOZI, 2018).

Neste tipo de relacionamento, não se usa o termo interesse, pois a finalidade está na simples vontade de ficar ao lado do outro, sendo acordado que um se responsabilizará pelo sustento financeiro e o outro pela retribuição amorosa (ZIMMERMAN, 2019).

Não sem razão, nos últimos anos tem crescido esta modalidade de relação. Deste modo, para que se encontre uma pessoa que aceite este tipo de relacionamento, já existem *sites* que incentivam o encontro entre interessados.

¹⁰ Em verdade, o *Sugar Dating ou relacionamento de açúcar*, numa tradução mais literal, busca alicerce em 1908, com o casamento de Adolph Spreckles, de 51 anos, abastado financeiramente por ter sido herdeiro de uma fábrica de açúcar, com a jovem de 27 anos, Alma de Bretteville, que o chamava pelo termo *Sugar Daddy* (que em português significa “Papai de Açúcar”), desde então, os americanos passaram a adotar tais termos para classificar como patrocinador e patrocinada (*Sugar Babies*) relacionamentos afetuosos que sigam estas características (ZIMMERMAN, 2019).

5.2 Diferença entre contrato “*Sugar*” e União Estável

Como anteriormente citado, a união estável é vista, diante do Direito das Famílias, como uma modalidade de constituição familiar, visto que, mesmo não existindo um casamento formal, tal relacionamento projeta-se para o entendimento de existência de uma relação muito próxima ao matrimônio. Inclusive, podendo ser provado através de testemunhas ou ainda no pagamento de contas compartilhadas, por exemplo. (ZIMMERMAN, 2019).

Por outro lado, Domith e Belozzi (2018) apontam que os *relacionamentos Sugar* são diferentes, pois não tem como principal objetivo constituir uma instituição familiar, mas sim uma troca de interesses, onde uma das partes se compromete em arcar com as despesas financeiras e a outra, em contrapartida, atribui o afeto, atenção e carinho.

Para os pesquisadores (2018), um relacionamento que se iniciou como *Sugar*, pode facilmente evoluir para algo mais formal como a união estável, dependendo o grau de envolvimento.

Dessa forma, mesmo com o início sendo o maior objetivo a questão financeira da *sugar baby*, com o passar dos anos, e o aumento da convivência, pode ser que esta relação se transforme em algo duradouro, que se enquadra na definição legal da união estável.

5.3 Diferença entre contrato “*Sugar*” e contrato de namoro

Como já suscitado, o contrato de namoro pode ser entendido como um tipo de documento legal, de modo a deixar explícito que o relacionamento entre duas pessoas não constitui uma união estável. Isso ocorre para que ambos possam proteger seu patrimônio, com uma futura separação. Já o *relacionamento Sugar*, apesar de também se poder formalizar por um pacto bilateral por meio de um contrato, possui finalidades mais explícitas de troca, onde um dos lados dará o apoio financeiro, pela compensação de carinho, atenção e bons momentos (DOMITH; BELOZI, 2018).

É válido reforçar que as pessoas que estão em um *Sugar Dating*, muito provavelmente iniciaram este relacionamento oriundo de *sites* e ferramentas virtuais de encontros com propósitos explícitos sobre esta finalidade. Logo, diante de uma série de informações apresentadas, corroborada com o preenchimento de um questionário que também envolvem cláusulas de uma relação que demonstre compromissos bem específicos, entende-se que ambos estão cientes, sobretudo, no que tange a responsabilidade jurídica dos efeitos desta relação (PEREIRA, 2015).

No entendimento de Domith e Belozzi (2018), apesar de se encontrar diferenças entre o contrato de namoro e o *relacionamento Sugar*, as mesmas condições podem se encaixar em ambos os casos, havendo, portanto, uma linha tênue de distinção. O que poderá diferenciar um do outro será a voluntariedade ou o propósito do casal, posto que apesar de ambos se tentar preservar, dentre muitas questões, principalmente os elementos patrimoniais, no *Sugar Dating* se percebe também características peculiares não encontradas na relação de namoro ou mesmo na união estável.

Isto porque a pessoa que ocupa a posição de *sugar baby* terá consciência de que esta relação origina-se de requisitos bem definidos baseados na proteção, conforto, e segurança financeira proporcionadas por um *sugar daddy* ou uma *sugar mammy* experiente, inteligente, maduro(a), sofisticado(a), bem-sucedido(a) e generoso(a) que compartilhará bons momentos e experiências com uma companhia mais jovem, atraente e divertida que busca sucesso profissional e pessoal, presentes, viagens e uma vida sem preocupações (DOMITH; BELOZI, 2018). Interesses necessariamente inexistentes num namoro habitual, mas que podem, num primeiro momento, influenciar questionamentos sobre uma relação jurídica afetiva baseada nos requisitos de constituição de família.

Contudo, é de suscitar que independentemente da linha tênue que atravessam as características destes novos fenômenos sociais, sobretudo no que tange aos mimos e cuidados existentes entre os parceiros na *relação Sugar*, tal como já dito, não se pode descartar a existência de possibilidades futuras de configuração de uma relação familiar nutrida pela união estável.

Apesar de se rotular – numa opinião mais conservadora – que o *Sugar Dating* aproxima-se de intenções semelhantes aos do meretrício ou mesmo numa posição mais liberal de que tais atos expõem, em verdade, uma mudança comportamental em troca de relacionamento e que, por isso, estaria muito distante a configuração de uma união estável propriamente dita, acredita-se muito importante se pactuar as intenções do casal por meio de um contrato. Evitando-se, inclusive, busca por reconhecimentos deste relacionamento em situações extremas e de *post mortem*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que se discutiu, percebeu-se que, apesar do contrato de namoro ser uma prática inserida no início do século XXI, desde o ano de 2002 se percebem várias discussões

sobre o assunto na sociedade contemporânea, inclusive, contemplada no ordenamento jurídico brasileiro e principalmente na Constituição Federal, por meio de princípios ali inseridos, como o da autonomia privada, dignidade da pessoa humana, intervenção do estado ou da liberdade, boa-fé e livre planejamento familiar, que asseguram o direito do indivíduo de constituir um relacionamento sem o animus de conceber uma família.

Em verdade, quer seja o contrato de namoro ou mesmo o *Sugar Dating* têm a finalidade de assegurar que as partes vivam uma relação sem o objetivo de constituir família. Embora com características bem distintas, essas modalidades de contrato vêm aumentando cada vez mais com o quadro da pandemia do novo Coronavírus, principalmente, o contrato de namoro, já que os casais estão convivendo por mais tempo no mesmo ambiente e, com isso, vem a insegurança do namoro ser confundido com a união estável, o que origina possibilidades e aquisições de novos direitos a estes casais.

Por certo, a busca por essa espécie de pacto tem o objetivo de afastar a união estável e a escolha de regime de bens e principalmente a partilha do patrimônio que deve, obrigatoriamente, ser realizado após o término da união estável e outras categorias de relacionamento.

Em sentido oposto, a corrente minoritária doutrinária compreende que o contrato de namoro é benéfico para o casal, pois deixa claro que ambos não possuem o intuito de constituir família, evitando um vínculo de pensão alimentícia, partilha de bens e outros efeitos patrimoniais.

Ainda assim, pelo fato de tais contratos serem recentes, a corrente majoritária da doutrina não defende essa prática, já que se entende que o contrato de namoro, por exemplo, não possui validade nenhuma, pois, diante da análise do caso concreto será necessário um olhar jurídico que ultrapassa a mera vontade das partes. Além disso, poderá caracterizar como uma ferramenta de enriquecimento ilícito, já que esta modalidade de contrato terá como fonte principal a incomunicabilidade dos vínculos patrimoniais.

Algo mais assustador no que tange ao relacionamento *sugar*, já que numa perspectiva mais conservadora, poderá aproximar-se de uma relação muito próxima ao meretrício, sem qualquer vinculação de responsabilidade jurídica, quando se estiver bem definido os interesses de ambos. Apesar de se reconhecer uma linha mais tênue no que tange a uma ulterior comprovação dos fatos, por exemplo, num cenário *post mortem*.

Por fim, apesar de ser uma novidade pouco aceita por parte de muitos doutrinadores, é de se entender que a sociedade brasileira atravessa por mudanças brutais em que novas tendências vieram a serem criadas e/ou reavaliadas diante deste cenário hipermoderno,

acelerado pela pandemia. Entretanto, não se pode, ao menos para o momento, descartar uma possibilidade de absorção, ainda que futura, destas espécies de contratos afetivos.

É certo que em um olhar crítico e mais conservador sobre a adequação e percepção dos institutos aos dias atuais, é bem provável que os mesmos simbolizem algo muito próximo de uma “aberração jurídica”, com qualquer dificuldade clara de encaixe na estrutura legiferante e judicial. Contudo, aberração por aberração tantos outros institutos assim se fizeram no passado, ganhando, inclusive, a mesma pecha do tema aqui estudado.

Assim se percebeu com o divórcio, bem como, mais recentemente, com a união e adoção por casais homoafetivos, mas que, atualmente, alcançaram proporções de forte aceitação jurídica e social. Portanto, para lá de se verter olhares receosos, estes seriam exemplos de institutos de que se deve ter maior cautela. Aguardar para se perceber a criação por parte da sociedade ou mesmo a absorção desta necessidade, para, quem sabe, uma possibilidade de adequação e homologação pelos integrantes dos poderes legislativo e judiciário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial**. REsp 1454643/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

CABRAL, Maria. Namoro simples, namoro qualificado e a união estável: o requisito subjetivo de constituir família. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: <http://mariateixeiracabral.jusbrasil.com.br/artigos/135318556/namoro-simplesnamoro->

qualificado-e-a-uniao-estavel-o-requisito-subjetivo-de-constituir-familia. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAHALI, Francisco José. **Contrato de convivência na união estável**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das Famílias**. 13. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOMITH, Laira Carone Rachid; BELOZI, Brenner Duque. Relacionamentos Sugar e a Preocupação de que o Investimento Econômico Possa Configurar Erroneamente União Estável ou Homoafetiva. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, e-ISSN: 2526-0243, Salvador, v. 4, n. 1 p. 123-144, jan./jun., 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, Adriano. **Validade, Vigência, Eficácia, Vigor**. Disponível em: <https://direito.legal/aintdir/38-validade-vigencia-eficacia-vigor/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Teoria Geral: Novo curso de direito civil, contratos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil - Direito de Família: as famílias em perspectiva constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção Sinopses Jurídicas. Volume 2).

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do estado liberal ao estado democrático de direito e sua relação com o constituinte dirigente. **Revista de informação legislativa**, Ano 51, n. 204, out./dez. 2014.

OLIVEIRA, José Sebastião de. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Contrato de namoro estabelece diferença em relação à união estável. **Consultor jurídico**, 10 maio 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015->

mai-10/processo-familiar-contrato-namoro-estabelece-diferenca-relacao-uniao-estavel.
Acesso em: 16 mar. 2021

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PIONA, Amanda. **O aumento da procura de contrato de namoro na quarentena**, 2020. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/artigos/o-aumento-da-procura-de-contrato-de-namoro-na-quarentena/175791>. Acesso em: 01 jul. 2020.

QUARANTA, Roberta Madeira. **O direito fundamental ao planejamento familiar**, 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/o-direito-fundamental-ao-planejamento-familiar/>. Acesso em: 31 out. 2020.

ROSA, Conrado Paulino. **Curso de Direito de Família Contemporâneo**. 7. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2017.

ROSA, Viviane Lemes. O contrato de namoro e os princípios constitucionais do direito de família. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 2, n. 26, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/rfduerj/article/viewFile/10524/10830>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANTOS, Hantts Eugenio dos; SIMIONI, Tiago José Farias; SOUZA, Jamille Fernanda Ferreira. **Evolução histórica do conceito de contrato e sua relação com os direitos humanos**. 2016. Disponível em: <http://www.site.ajes.edu.br/congre/arquivos/20161204214933.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

SIMIONATO, Mariana Teixeira. O Contrato de Namoro e a União Estável. **Jus.com.br**, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81696/o-contrato-de-namoro-e-a-uniao-estavel>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de Família. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. 3. ed. São Paulo: Método, 2013.

VELOSO, Zeno. **É namoro ou união estável?** Belo Horizonte: Revista IBDFAM, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo; RUAS, Luiza Wander. **Interpretação dos Negócios Jurídicos e a Liberdade Econômica**, 2019. Disponível em: <https://www.demarest.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Interpreta%C3%A7%C3%A3o-dos-Neg%C3%B3cios-Jur%C3%ADdicos-e-a-Liberdade-Econ%C3%B4mica.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

WALD, Arnoldo. **Obrigações e contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

XAVIER, Marília Pedrosa. **Contrato de namoro**: amor líquido e direito de família mínimo. Curitiba: Clássica, 2011.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. *Juris Plenum Previdência*. Ano VII, n. 25. Editora Plenum, Caxias do Sul, 2019.

ENVELHECIMENTO CUTÂNEO: conduta cosmecêutica e nutracêutica

Flávia Caroline Gonçalves

Josimeiry Caetano Oliveira Rosa

Maria Amélia Netto Paranhos

Sabrina Fonseca Ingêrito Moreira Dantas

Patricia Elza Riva

Sandra Regina Marques da Silva

1 INTRODUÇÃO

Algo inevitável é o envelhecimento, definido como um processo lento, progressivo e contínuo, resultante de alterações bioquímicas, morfológicas e fisiológicas que acomete a estética da pele, surgindo as rugas, manchas e flacidez tissular. É dividido em envelhecimento intrínseco e extrínseco (TESTON; NARDINO; PIVATO, 2017).

O envelhecimento intrínseco é também conhecido por verdadeiro ou cronológico, diretamente ligado ao tempo de vida do indivíduo, podendo estar ligado à genética e, no caso de mulheres, à menopausa (ALVES *et al.*, 2015). Já o extrínseco ou fotoenvelhecimento, é consequente dos fatores externos, principalmente da exposição solar causado pelos raios solares UVA e UVB. Fatores como poluição, ingestão de bebida alcoólica e uso contínuo de tabaco também levam a destruição de células e consequentemente o envelhecimento (CASTRO, 2011). Durante o envelhecimento cronológico cutâneo, ocorre a modificação do material genético e a proliferação celular decresce resultando na perda de elasticidade, da capacidade de regular o metabolismo e a replicação do tecido se torna menos eficiente (BIANCHI; ANTUNES, 1999).

De acordo com Maio (2011), o termo “cosmecêuticos” se refere a cosméticos que contém ingredientes bioativos e possuem propriedades terapêuticas, de combate a doenças ou curativas. Estão situados entre produtos de cuidados pessoais e farmacêuticos.

Já o termo “nutracêuticos” são suplementos extraídos de alimentos com função de melhorar a saúde, tanto como prevenção quanto para tratamento, sendo que é uma dose maior do que a presente em apenas um alimento e não pode ser classificado como medicamento nem nutriente (OLIVEIRA, 2008).

O uso de protetor solar juntamente com alguns cosmeceuticos e nutracêuticos aliado a uma alimentação balanceada e a prática de exercícios físicos, previne o envelhecimento mantendo a pele com aspecto mais jovem tornando um tratamento estético mais duradouro (CERQUEIRA; MEDEIROS; AUGUSTO, 2007).

Diante da grande procura das pessoas para evitar o envelhecimento extrínseco, a indústria está cada vez mais investindo em cosméticos que atenuem as disfunções causadas principalmente pela exposição solar. Com a associação de cosmeceuticos e nutracêuticos, o dano causado na pele será bem menor.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as publicações de estudos sobre o envelhecimento cutâneo intrínseco e extrínseco, fatores desencadeantes, histologia e estruturas da pele, relacionar com alguns cosmeceuticos e nutracêuticos para prevenção e tratamento do envelhecimento cutâneo.

2 MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, utilizando os seguintes descritores: na base *SciELO*, o descritor utilizado foi “envelhecimento cutâneo, cosmeceuticos e nutracêuticos”, encontrando 104 artigos; na base *Google Acadêmico* e *PubMed* utilizou-se o descritor: “fatores do envelhecimento cutâneo”, resultando em 156 artigos.

Adotou-se os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados nos últimos 15 anos, nos idiomas inglês, português e espanhol que mensuraram sobre envelhecimento cutâneo intrínseco e extrínseco levando em consideração a associação de nutracêuticos e cosmeceuticos na área da estética.

Foram excluídas, por não se enquadrarem na pesquisa, publicações que enfocam tratamentos estéticos com aparelhos e as que não estejam ligados com o uso de cosmeceuticos e nutracêuticos para prevenção. Assim, foram obtidos 75 artigos diferentes; após a seleção foi realizada uma análise mais detalhada dos mesmos, na qual alguns artigos não foram considerados para o estudo, pois não traziam informações citadas acima. Sendo assim, para a realização deste trabalho, somou-se um total de 67 artigos científicos.

Os materiais encontrados foram analisados e os resultados apresentados e discutidos nas seguintes sessões: principais alterações celulares da pele, fatores intrínsecos e extrínsecos que causam o envelhecimento e o uso de cosmeceuticos e nutracêuticos como prevenção e tratamento do envelhecimento.

3 ENVELHECIMENTO CUTÂNEO

3.1 Pele

O envelhecimento da pele é um fenômeno biológico inevitável da vida humana. O avanço da idade traz alterações a todos os componentes do sistema tegumentar com consequentes sinais na pele (GAVA; ZANONI, 2005). A alteração fisiologia que a pele sofre ao longo dos anos é uma importante área de interesse para as indústrias de cosméticos e de cuidados, pois são a partir de estudos monitorados que as indústrias chegam ao produto certo para cada tipo de pele, por isso no mercado há uma ampla variedade de marcas (ECKHART *et al.*, 2019).

A membrana cutânea é o principal órgão do sistema tegumentar. A pele é vista como uma barreira estática que protege o corpo do mundo exterior, considerada o maior órgão sua espessura varia de acordo com cada região do indivíduo e tem função de proteção, revestimento, termo regulação e síntese metabólica como a vitamina D. Quanto mais saudável e hidratada mais se apresenta brilhante e elástica (MESA-ARANGO; FLOREZ-MUÑOZ; SANCLEMENTE, 2017). A pele é dividida em dois tecidos principais, a epiderme que é a camada mais externa e mais exposta ao meio ambiente e a derme, onde estão presentes capilares e vasos sanguíneos (RUIVO, 2014).

3.1.1 Epiderme

A epiderme é composta por tecido epitelial pavimentoso estratificado queratinizado, é constituído por várias camadas de células que vão se achatando à medida que se tornam mais superficiais, se regenerando sempre através da camada basal em aproximadamente quatro semanas. Contém quatro tipos de células: queratinócitos, melanócitos, células de Langerhans e células de Merkel (RUIVO, 2014).

Conforme Gava e Zanoni (2005), aproximadamente 90% das células epidérmicas são queratinócitos, responsáveis pela produção de queratina, uma proteína resistente e fibrosa que ajuda a manter proteger a pele e os tecidos subjacentes do calor, microrganismos, a agressores químicos. Os melanócitos são aproximadamente 8%, responsáveis por produzirem um pigmento preto-amarronzado chamado melanina. O tom de pele de cada indivíduo é classificado de acordo com *Fitzpatrick* que a divide em 6 fototipos, sendo que a mesma varia

conforme a região do corpo, e é totalmente influenciável pelas condições do meio externo (BOHJANEN, 2015).

Células de Merkel são células especializadas com função neuroendócrina, estão em contato com a estrutura chamado de disco de Merkel. Já as células de Langerhans são importantes para a modulação da resposta imune adaptativa, são produzidas na medula óssea vermelha e migram para epiderme, participando das respostas imunes do organismo (CRUVINEL *et al.*, 2010).

3.1.2 Camadas da epiderme

As camadas da epiderme são divididas em estratos córneo (mais superficial), lúcido, granuloso, espinhoso e basal (mais profunda) (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013). Na porção mais superficial (camada córnea) são encontradas cerca de 30 camadas de queratinócitos achatados e mortos protegendo da perda líquida e da agressão do meio ambiente. Já na camada espinhosa alocada mais externamente em relação à basal, são encontradas de 8 a 10 camadas com formato de poliedros, constituindo filamentos semelhantes a espinhos conferindo a pele tanto força quanto flexibilidade (GAVA; ZANONI, 2005).

Localizado na porção média da epiderme, o estrato granuloso consiste em queratinócitos achatados em processos de apoptose. Essas células liberam uma secreção rica em lipídios, que funcionam como selantes que repelem água e que retarda a perda de líquidos corporais, e impede a entrada de materiais estranhos. Essa camada marca a transição entre as camadas mais profundas e metabolicamente ativas, e as células mortas das camadas mais superficiais (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013).

Na camada germinativa ou basal, encontram-se as células-tronco que se dividem e produzem o restante dos queratinócitos na epiderme, indicando seu papel na formação de novas células. Quando há o aumento ou redução da camada basal, normalmente relacionado à perda ou ganho hídrico, pode ocasionar fissuras (rachaduras) e interferir no mecanismo de proteção e troca com o meio ambiente (ADDOR, 2011).

3.1.3 Derme

A derme é composta pelo tecido conjuntivo combinada com fibras colágenas, elásticas e vasos sanguíneos. É na derme que se encontram os fibroblastos, responsáveis pela síntese do colágeno e elastina, além dos fibroblastos, macrófagos, alguns adipócitos, vasos sanguíneos,

nervos. Glândulas sebáceas, sudoríparas e folículos pilosos estão em comunicação com a derme e a epiderme ocorrendo por meio de projeções chamadas de papilas dérmicas que contém receptores táteis denominados corpúsculos de Meissner (BOHJANEN, 2015).

3.1.3.1 Camadas da derme

A derme também se divide em duas camadas, a primeira camada papilar é a superior da derme, sendo formada por tecido conjuntivo frouxo. É nessa camada onde ocorre a comunicação com a epiderme e recebe esse nome por apresentar regiões parecidas com dedos ou papilas em suas extremidades. Na camada papilar encontramos os capilares, fibras elásticas, fibras reticulares e o colágeno (SAMARGANDY; RAGGIO, 2019).

A segunda camada reticular fica logo abaixo da camada papilar e possui fibras de elastina e colágeno, que conferem à pele sua elasticidade e resistência à tração. Essa camada é dividida com base na profundidade da derme reticular superior, média e inferior. Quando se inicia o envelhecimento a nível dérmico as fibras de sustentação da derme (colágeno e elastina) começam a se afinar, diminuindo o fluxo sanguíneo (tom da pele mais pálido), redução de folículo piloso e glândulas sudoríparas (SAMARGANDY; RAGGIO, 2019).

3.2 Fatores de envelhecimento cutâneo

A senescência celular ou envelhecimento cutâneo natural é um evento inevitável, decorrente ao tempo biológico, no qual um conjunto de fenômenos associados acontece no organismo que são muitas vezes determinantes para o envelhecimento (NOH *et al.* 2018).

Há dois tipos de envelhecimento: o intrínseco ou cronológico, esperado ao longo dos anos, relacionado à idade e à genética de cada indivíduo, levando a mudanças na aparência e funções normais da pele, que induzem ao organismo a perda de vitalidade; e, o extrínseco, que é provocado por fatores ambientais (TESTON; NARDINO; PIVATO, 2017).

Quando as células normais sofrem dano causado por uma produção exagerada de espécie reativa de oxigênio (ROS) ou espécie reativa de nitrogênio (RNS), a membrana celular fica mais fina aumentando sua fragilidade deixando sua estrutura comprometida causando rugas e flacidez na pele (LIMA; JESUS; MOREIRA, 2018).

O declínio da vida começa a se manifestar a partir dos 30 anos de idade e possui características evidentes como: diminuição da espessura epiderme e derme, assim como uma diminuição na hidratação, do tamanho de queratinócitos, proliferação celular,

comprometimento da transferência de nutrientes entre camadas, redução da secreção de sebo pelas glândulas sebáceas e afetando as funções imunológicas (MENOITA; SANTOS, V.; SANTOS, A., 2013).

Uma das teorias do envelhecimento mais aceita é a da telomerase, que demonstra que a quantidade de replicação celular tem certo limite, com o envelhecimento os telômeros reduzem de tamanho o que gera lentidão nos processos de divisão celular, ou seja, as fibras perdem tônus e as células diminuem em tamanho e quantidade (MINE *et al.*, 2008). Conseqüentemente, a pele começa a apresentar-se seca, mais fina, frágil, mais rígida, com rugas, sulcos e linhas de expressão, pois a derme começa a perder fibras colágenas, elásticas e perda de lisina, deixando-a mais flácida, menos elástica e com menos espessura. Os sulcos ocorrem devido ao afrouxamento da face e da musculatura da pele. Além disso, com a idade, os melanócitos ativos tendem a se atrofiar, diminuindo a produção de pigmentos a cada exposição ao sol, causando manchas na pele, pintas pigmentadas e máculas amarronzadas (TESTON; NARDINO; PIVATO, 2017).

Não somente isso, mas ainda há uma redução da gordura facial, perda de massa óssea e enfraquecimento dos músculos, causando perda do contorno e volume em vários locais na face principalmente na região malar, e perda de sustentação da pele (flacidez), sendo já relatado como a principal causa das rugas finas no envelhecimento intrínseco, já as rugas mais profundas cerca de 85% delas se dão devido ao envelhecimento extrínseco (MENOITA; SANTOS, V.; SANTOS, A., 2013).

As alterações são ainda maiores após a menopausa em mulheres, incluindo a perda de cerca de 30% do colágeno da pele nos primeiros 5 anos e a perda anual de 0,55% de elastina (ARAÚJO; ADDOR; CAMPOS, 2016).

Na concepção de Leite *et al.* (2012), são vários fatores que influenciam o processo do envelhecimento como genética, sexo, condições ambientais, exposição ao sol, raça, estilo de vida, alimentação e exercícios físicos. Conclui-se, assim, que o envelhecimento é um processo multifatorial, em que as características físicas associadas ao envelhecimento são visualmente aparentes.

O envelhecimento extrínseco, por outro lado, já está relacionado a fatores ambientais, externos, que surgem ao longo do caminho e aceleram precocemente a deterioração da pele. Dentre eles, radiação ultravioleta (fotoenvelhecimento), estilo de vida do indivíduo, dieta, estresse, álcool, tabagismo e a poluição (TESTON; NARDINO; PIVATO, 2017).

A exposição solar é um dos maiores fatores desencadeantes do envelhecimento precoce, pois o não uso de proteção hoje leva a manchas daqui 20 ou 30 anos. Manchas

escuras (eritemas) que começam a aparecer são indícios da radiação ultravioleta (UV) de uma reação vascular que consiste na vasodilatação e no aumento do fluxo sanguíneo. A exposição à UVB faz a pele perder diversos antioxidantes importantes, incluindo a vitamina C. Sabe-se que a exposição à luz UV esgota o reservatório cutâneo de vitamina C. Assim, a exposição ambiental prejudica os mecanismos naturais de defesa da pele contra o estresse oxidativo (ARAÚJO; SOUZA, 2008).

O fumo é um grande multiplicador na formação de radical livre, sendo responsável pela diminuição de oxigênio no sangue, lesiona as células, contribuindo assim como os outros fatores, para acelerar o envelhecimento cutâneo. A pele de um fumante geralmente é amarelada ou cinza, áspera, com pouca hidratação, sem brilho, frouxa, espessa e dura (ZYCHAR *et al.*, 2016).

A nicotina é uma substância química presente na fumaça do tabaco, que provoca vasoconstrição, diminuição do fluxo sanguíneo, gera produção de radical livre, aumenta a agregação plaquetária e a atividade da elastase, tornando a pele mais espessa. O cigarro gera hidroxilação do estradiol, gerando um quadro de hipoestrogenismo, resultando em uma pele seca e atrófica. Além disso, na fumaça do tabaco estão presentes várias substâncias tóxicas, cancerígenas que agredem o organismo e os radicais livres que resulta na inflamação do tecido (ZYCHAR *et al.*, 2016).

O consumo de álcool prejudica a oxigenação e a nutrição das células, pois é hepatotóxico, e é no fígado onde é realizada a síntese de vitaminas e enzimas causando a diminuição da capacidade do organismo em combater os radicais livres. Com esse desgaste celular, o organismo perde a função de regenerar e reparar o tecido, ocorrendo modificações que desencadeiam para acelerar o processo de envelhecimento da pele (BARBON; WIETHÖLTER; FLORES, 2016).

Outro fator desencadeante do envelhecimento nos dias atuais é a alimentação rica em carboidratos, gorduras saturadas e açúcares, o consumo em excesso destes produtos gera na pele algo chamado de glicação onde uma molécula de glicose se une com uma molécula de proteína (elastina ou colágeno) instabilizando a proteína, gerando rugas e flacidez na pele (SCHALKA *et al.*, 2016).

3.3 Cosmecêuticos

No entendimento de Maio (2011), o termo “cosmecêuticos” se refere a cosméticos que contêm ingredientes bioativos e possuem propriedades terapêuticas, de combate a doenças ou curativas. Estão situados entre produtos de cuidados pessoais e farmacêuticos.

As pessoas atualmente apresentam-se mais preocupados com a aparência estética corporal e facial, sendo que aparecimento dos sinais de envelhecimento inicia-se a partir dos trinta anos de idade, mas é comum as pessoas a partir dos vinte anos frequentarem centros de estética para retardar os efeitos do envelhecimento que ainda irão chegar (VANZIN; CAMARGO, 2008).

Os princípios ativos cosmecêuticos atuam na barreira cutânea e na integridade da pele, e seu funcionamento depende de sua forma farmacêutica (creme, loções, etc.) para que atinja o local desejado em quantidade suficiente e biologicamente ativo para exercer um efeito (DRAELOS, 2016). Desde os antepassados os homens já utilizavam substâncias para melhorar o aspecto da pele, porém, estes eram pigmentos exclusivamente de origem vegetal e animal, onde eram aplicados topicamente na tentativa de melhorar a aparência facial (MONTEIRO, 2010).

Atualmente, já existem diversos meios de retardar o processo de envelhecimento sendo por meio de procedimentos que auxiliam na circulação local, melhorando assim, a nutrição, o metabolismo e o tônus muscular, proporcionando uma qualidade no aspecto da pele como também a ingestão de alimentos que tem a função nutritiva para a pele (BAGATIN, 2009). No mercado também já são ofertadas diversos preparos e linhas cosmecêuticas as quais são constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, utilizadas na manutenção e o aperfeiçoamento da estética do corpo humano (GOMES; GABRIEL, 2006).

3.3.1 Cosmecêuticos antioxidantes

Para combater o envelhecimento, é preciso retardar o estresse oxidativo gerado a partir de reações metabólicas nas mitocôndrias, membranas celulares e no citoplasma das células, ou por fatores exógenos, que levam a produção dos radicais livres e que desencadeiam reações adversas nas células. Após vários estudos chegou-se à conclusão que fosse criado um composto antirradical livre, comumente conhecido como antioxidante (BIANCHI; ANTUNES, 1999).

Seu tratamento tópico deve atuar principalmente regulando a produção de queratinócitos, regulando o sistema de pigmentação, e corrigindo e revertendo o processo de deterioração das fibras colágenas e elastina. O protocolo combina várias substâncias com objetivos variados e ação sinérgica, respeitando as particularidades de cada paciente (KEDE; SABATOVICH, 2015).

Em diversos estudos já foram comprovados a eficácia de antioxidantes que possuem funções muito benéficas quanto ao retardo do envelhecimento cutâneo da pele e a proteção contra os radicais livres. Sabe-se que existe uma relação entre o aumento de radicais livres e envelhecimento, portanto, carências de vitaminas A, C e E podem acelerar o processo fisiológico do envelhecimento (BIANCHI; ANTUNES, 1999).

A indicação e o uso de antioxidantes não têm idade para começar. Além do uso tópico, é necessária a ingestão de alimentos ricos em antioxidantes, suplementação através de formulações balanceadas e evitar a exposição a agentes geradores de radicais livres (VANZIN; PIRES, 2015).

As vitaminas são uma das substâncias fundamentais para a conservação de funções metabólicas dos seres vivos, vale ressaltar que os antioxidantes provenientes da dieta também são indispensáveis para a proteção adequada contra a oxidação e tem um papel fundamental na preservação da saúde em geral (SANTOS, 2016). Estudos revelam que atividades antioxidantes em frutas, verduras, grãos e óleos minerais são aliadas ao retardamento do envelhecimento cutâneo, porém vale ressaltar que é necessário que o indivíduo respeite a quantidade correta e o preparo de cada alimento para que seja adquirido na dose certa, e assim evitar possíveis reações adversas (ROCHA; SARTORI; NAVARRO, 2016).

A vitamina C é um antioxidante natural cosmeceútico incorporado com a finalidade de prevenir e tratar a pele fotodanificada. É um nutriente que o ser humano não consegue sintetizar, deve ser obtida a partir de fontes alimentares, como frutas cítricas e vegetais folhosos verdes. É essencial para o funcionamento das células e formação do colágeno, é um cofator indispensável na hidroxilação da prolina e lisina, aminoácidos essenciais para a estrutura e função desta molécula. Por conferir benefícios para a pele, a vitamina C aplicada topicamente é preferível (SANTOS, 2016).

Uma das principais funções da vitamina C é aumentar a firmeza e elasticidade por meio da formação de fibras colágenas existentes em praticamente todos os tecidos do corpo humano, principalmente na derme. Infelizmente, muitos fatores influenciam a estabilidade da vitamina C, como sua concentração, temperatura e o pH, por isso ainda há ressalva quanto ao uso da vitamina C em produtos de uso tópico (PETRUK *et al.*, 2018).

A mesma tem capacidade de clarear a pele e regenerar a vitamina E, protegendo-a da ação dos raios ultravioleta, fazendo processo de neutralização dos radicais livres, preservando a estrutura dos fibroblastos e atuando no tratamento de inflamação devido ao impedimento da produção de ácido araquidônico que é uma substância pró-inflamatória causadora de rugas na pele (RIBEIRO, 2006). De acordo com alguns estudos realizados em camundongos com vitamina C, demonstraram que além de potencializar e amplificar os antioxidantes fornecidos pela vitamina E, auxilia nos efeitos ocasionados na pele por radiação ultravioleta, reduzindo o eritema e possível formação de tumores (AZULAY *et al.*, 2003).

Já a vitamina E ou α -tocoferol é um potente antioxidante natural, sendo muito utilizada pelas indústrias cosméticas com intuito de antirradicais livres e a prevenção do envelhecimento. É uma vitamina que evita dano à célula e promove sua regeneração (RIBEIRO, 2006). É um tipo de vitamina não muito resistente ao calor, apresenta-se instável na presença de ar, por isso cosméticos tópicos que apresentem em sua formulação a vitamina E ou C são facilmente comprometidos, já utilizando na formulação tópica com o ácido ferúlico a estabilidade é aumentada. Comumente encontrada em terapias orais para queimaduras associada à vitamina C e zinco mineral, pois aumenta a proteção antioxidante contra o estresse oxidativo e diminui o tempo para cicatrização de feridas (KEEN; IFFAT, 2016).

Por ser uma excelente fonte antioxidante lipossolúvel, a vitamina E age nas camadas mais adiposas do tecido, basicamente um antioxidante de lipídeos insaturados doando elétrons diretamente para os radicais livres, estabilizando as membranas biológicas, fazendo o processo de retardamento tanto a formação de radicais livres quanto a oxidação dos lipídeos, protegendo então as lipoproteínas da parede celular (OLIVEIRA, 2008).

Conhecida também como retinol, a vitamina A foi a primeira a ser reconhecida e faz parte das vitaminas lipossolúveis, possui uma grande importância na saúde do ser humano e na natureza encontra-se em alimentos de origem animal, já nos alimentos vegetais são encontrados os betacarotenos, que são as pró-vitaminas A ou os carotenoides, a mesma é considerada a vitamina da pele por participar de um processo de restauração e regeneração celular, necessária para o crescimento, diferenciação e queratinização, mantendo a integridade das células. Se tratando dos carotenoides, vale ressaltar sua função de exercer atividade de pró vitamina A, fotoproteção, ligação com os radicais livres e a modulação imunológica (AMBROSIO; CAMPOS; FARO, 2006).

A glutatona é uma molécula que possui 3 aminoácidos: a cisteína, glicina e glutamina sendo produzida pelo próprio organismo. Em condições de atividade física intensa e

prolongada e o uso exagerado de cigarro e álcool a molécula fica deficiente causando grande estresse oxidativo nas células. Como forma de diminuir esta oxidação a suplementação de seus precursores está sendo a melhor saída, tendo em vista a melhora da performance de atletas, ganho de massa muscular e aumento da imunidade celular. A proteína isolada do leite ou *whey protein* é a mais conhecida comercialmente, pois estimula a produção de glutatona no organismo. Há também o aumento nos efeitos imunoestimulatórios do organismo. O uso deve ser indicado por profissional nutricionista ou médico, pois o excesso de ingestão de proteínas pode induzir a patologias hepáticas e renais (FONTANA; VALDES; BALDISSERA, 2008).

Outro conhecido é o ácido alfa lipóico (AAL) encontrado nas mitocôndrias, que tem função antioxidante tanto em um meio aquoso quanto lipídico sendo capaz de regenerar outros antioxidantes como a vitamina C e E para proteger a pele contra danos oxidativos. Estudos já comprovam que a suplementação do AAL pode ser indicada na ajuda da perda de peso e controle no diabetes por sua ação nas mitocôndrias, gerando mais energia o corpo consegue absorver melhor os nutrientes (KULKAMP *et al.*, 2009).

3.3.2 Cosmecêuticos *antiaging* ou anti-idade

Devido ao envelhecimento fisiológico da pele e, em especial, ao fotoenvelhecimento, há uma alteração do ritmo de renovação das células da epiderme, passando a ocorrer em um prazo maior e de maneira irregular. O resultado é uma pele cuja superfície torna-se opaca, heterogênea e sem viço. O uso de cosmecêuticos da classe renovador celular age diretamente neste dano cutâneo, produtos também chamados de *antiaging* (VANZIN; PIRES, 2015).

Os alfa-hidroxiácidos (AHA's) são hidroxiácidos de primeira geração, geralmente usados por pessoas com pele não sensível, para proporcionar benefícios antienvhecimento em todas as camadas, incluindo efeitos de esfoliação superior e de construção de matriz dérmica. Também são conhecidos por estimular a produção de glicosaminoglicanos (GAG's) e colágeno necessários para um tecido saudável e uma aparência mais jovem. Estes compostos podem ser utilizados em formulações cosméticas antienvhecimento com o objetivo de atuar na pele propensa a oleosidade e acne. Os AHA's estão entre os ativos mais estudados e usados em produtos cosméticos de cuidados da pele (DRAELOS, 2016). Os mais conhecidos AHA's são o glicólico (encontrado na cana-de-açúcar), o láctico (no leite azedo), o málico (nas maçãs), o cítrico (nas frutas), o tartárico (nas uvas) e o mandélico (amêndoas amargas) (KEDE; SABATOVICH, 2015).

As rugas faciais podem ser tratadas com AHA's tópicos, aplicados em concentrações baixas. Após séries de estudos, conclui-se que os topicamente aplicados podem causar reversão significativa dos marcadores de envelhecimento da epiderme e da derme, podendo reverter o fotoenvelhecimento cutâneo (MAIO, 2011).

Existe também a classe dos poli-hidroxiácidos (PHA's) que chamam a atenção em razão de suas características exclusivas: apresentam efeitos comparáveis aos dos AHA's tradicionais com a vantagem de não causarem irritação na pele e possuem ação hidratante. Os PHA's são eficientes agentes hidratantes por apresentarem vários grupos hidroxila na molécula são capazes de atrair e fixar água na pele. São compatíveis com peles de tipos clinicamente sensíveis, incluindo pacientes com diagnóstico de dermatite atópica e rosácea (VANZIN; PIRES, 2015).

3.3.3 Ativos Pró-Lifting

Esses ativos aumentam a firmeza e a elasticidade da pele, melhorando o aspecto das rugas profundas ou visíveis. De acordo com Vanzin e Pires (2015), os principais ativos comercializados são divididos em substâncias que realizam o popular efeito cinderela (efeito tensor imediato) e os ativos *injection free* (efeito de preenchimento da pele de dentro para fora).

O Dimetilaminoetanol (DMAE) é um ativo *pró-lifting* que teve seu uso inicialmente para tratar casos de falta de memória e depressão, nestes pacientes foram notadas melhoras significativas no tônus muscular na área do pescoço. Estudos comprovaram a eficácia do produto tendo em vista que o mesmo aumenta a firmeza da pele através da formação de acetilcolina na derme e hidratação da pele, e a partir destas descobertas indústrias já utilizam o ativo em cremes e produtos injetáveis, sua associação após a aplicação de toxina botulínica gera resultados satisfatórios no prolongamento do efeito da toxina botulínica (GROSSMAN, 2005).

3.3.4 Ativo Dermo-Relax

O acetil hexapeptídeo-3 chamado comercialmente de Argireline® é um composto que pode ser chamado de Botox (Toxina Botulínica) natural e não invasivo, pois age na contração da musculatura da face aumentando os fibroblastos na pele (VANZIN; CAMARGO, 2008).

Confere uma pele mais lisa e uniforme pela diminuição da contração muscular das rugas de expressão (relaxamento). Muito utilizado em associação com ativos em formulações para o tratamento de áreas que contenham rugas de expressão, tais como área dos olhos e rugas localizadas na frente (VANZIN; PIRES, 2015).

3.3.5 Neurocosméticos

Ativos com a finalidade de proteção das terminações nervosas da pele que são fragilizadas pelo processo natural de envelhecimento cutâneo, e bem como de aumentar a síntese de substâncias de ação neuroendócrina na pele. Promove o aumento da síntese de endorfinas na pele, que são conhecidas como “hormônios da felicidade” e possuem ações na modulação do humor, analgesia endógena, melhora da performance geral do organismo e sensação de bem-estar (CUSTÓDIO, 2014).

Além disso, a endorfina promove a estimulação da proliferação de fibroblastos, renovação celular e efeitos calmantes, melhorando a aparência da pele como um todo (VANZIN; PIRES, 2015). Produtos encontrados são: Endorphin®, que estimula a produção de β -endorfina pelos queratinócitos, gerando uma sensação de “bem-estar”, comumente encontrada para tratamentos de peles sensíveis ou utilizadas após procedimentos estéticos. O Neuroxyl® tem função de relaxamento, neuroproteção e antiapoptose, este repõe os neuropeptídios da pele. O Happybelle-PE® que estimula a proliferação de fibroblastos e queratinócitos para suavização de rugas (IWAMOTO *et al.*, 2016).

3.3.6 Células-tronco

Os cosmecêuticos que utilizam as células-tronco melhoraram o aspecto da pele sem impactar na barreira cutânea, são produtos tópicos que contêm secreções biologicamente ativas de células-tronco humanas embrionárias e adultas. A melhora visual em rugas, tônus, claridade, maciez e brilho pode ser observada em até 4 semanas (TAKEUCHI; TANNURI, 2006).

As células-tronco secretam citocina, fatores de crescimento e proteínas e estudos apontam que o processo extrínseco de envelhecimento da pele é similar ao da cicatrização de ferida crônica, com o ingrediente tópico supõem-se que este ativa as células-tronco da pele e as induzem a se diferenciar para formar uma pele nova (VANZIN; PIRES, 2015).

Os fatores de crescimento e proteínas encontrados em células-troncos e utilizados em alguns cosmecêuticos são a proteína morfogenética óssea 5 (BMP-5), responsável por regularizar o número de células-tronco dos queratinócitos na pele. Estudos ainda estão sendo feitos para células-tronco, mas o que tudo indica é que a aceitação destes princípios ativos realmente ajuda no envelhecimento cutâneo (VANZIN; PIRES 2015).

3.3.7 Ácido Hialurônico

Dentre as perdas causadas pelo envelhecimento a perda de ácido hialurônico presente no tecido conjuntivo é uma delas. Contudo, existem cosméticos com ativos deste ácido no mercado, sendo tanto para realizar procedimentos como preenchimento de rugas e sulcos como presente em alguns cremes dermatológicos (SANTONI; COLET, 2018).

Possui função principal de restauração da hidratação profunda da pele e organização da derme, garantindo a firmeza da pele. Para os cremes, a função é apenas de hidratação, pois ele recruta mais água para a área que se deseja ter uma melhora (PRATES; ANDRADE, 2017).

3.3.8 Hidroquinona

Considerada um inibidor da enzima tirosinase, a hidroquinona é capaz de realizar na derme um clareamento significativo, sendo que a queixa principal no envelhecimento extrínseco é a quantidade de manchas que aparecem com o tempo, ou seja, o principal tratamento deste é a hiperpigmentação (YOKOMIZO *et al.*, 2013).

É um ativo que requer cuidados maiores por causar danos no RNA e na síntese do DNA, podendo alterar formação dos melanossomas, levando a uma despigmentação irreversível, leucodermas e até ocronose exógena. Seu uso é contraindicado em fototipos altos e em altas concentrações (GRUBER; HOLTZ, 2013).

A maior questão sobre o uso da hidroquinona são seus efeitos adversos como adenoma renal que seria uma sobrecarga nos rins e a ocronose que altera a pigmentação natural da pele nos pacientes. Após observado estes efeitos, estudos relatam a substituição da hidroquinona 4% com o ácido azeláico a 20% para uso em melasma, os resultados são fantásticos no quesito de despigmentação, pois no terceiro mês de uso o azeláico é mais eficiente que a hidroquinona e não gera tantas complicações (MONTEIRO *et al.*, 2013).

3.3.9 Ácido Retinóico

Derivado do retinol (vitamina A), é utilizado para casos de fotoenvelhecimento leve a moderado, melasma, acne, cicatrizes superficiais e hiperpigmentação pós-inflamatória. O ácido retinóico age no afinamento do extrato córneo, dispersão da melanina na pele, impedimento da proliferação bacteriana e estimulação de colágeno. É indicado tratamentos de uso tópicos principalmente para acne vulgar a moderada (COSTA; BAGATIN, 2013).

3.3.10 Cisteamina

Potente despigmentador, segundo alguns estudos, mais eficaz do que a hidroquinona para o tratamento do melasma. É um antioxidante encontrado em todos os mamíferos durante o metabolismo da Coenzima A (SHIBAYAMA *et al.*, 2019).

É um produto de degradação do aminoácido L-cisteína, protege as células dos efeitos mutagênicos e outros efeitos letais da radiação ionizante, através de seus efeitos de eliminação direta dos radicais livres (BESOUW; MASEREEUW; LEVTCHENKO, 2013).

3.4 Nutracêuticos

Além de prevenir contra o envelhecimento cutâneo intrínseco e extrínseco, os nutracêuticos são utilizados para tratar processos inflamatórios, podendo acelerar o processo metabólico ou apenas complementar uma alimentação. Os nutracêuticos devem apresentar em sua fórmula compostos bioativos que ultrapassem a quantidade encontrada em um alimento específico, fazem parte deste as vitaminas, peptídeos, polissacarídeos, polifenóis, coenzima Q10, poli-insaturados, ácidos graxos e carotenóides. São alguns exemplos o ômega 3 e 6, colágeno hidrolisado, silício orgânico, carotenoides entre outros (ROCHA; SARTORI; NAVARRO, 2016).

3.4.1 Ômega 3

Ácidos graxos poli-insaturados podem ser usados para prevenção de doenças cardiovasculares e acidente vascular cerebral (AVC), controle de colesterol de triglicérides, melhora da saúde cerebral e já está sendo indicado para gestantes, para manter a mãe e o feto mais forte e evitar um parto prematuro. Em casos de feridas abertas houve melhoras

significativas com o uso de ômega 3 tópico, sempre associado a vitaminas A ou E (FERREIRA, *et al.*, 2012). A associação do ômega 3 com vitamina E gera um ótimo hidratante, pois evita a perda de água transdérmica e consequentemente protege a membrana celular dos radicais livres (SANTOS; OLIVEIRA, 2014).

A sarcopenia que é a perda de massa muscular (força, potência e resistência) causada pela idade e o envelhecimento natural da pessoa, pode ser retardada com exercícios físicos antes e após os 30 anos de idade, mas também com uma alimentação balanceada e a suplementação de ômega 3. Nesta situação o ômega 3 age na diminuição de citocinas pró-inflamatórias e aumenta a síntese de proteínas musculares em idosos, ou seja, melhora o desempenho na hora de uma atividade física e consequentemente uma melhora na musculatura esquelética (DUPONT *et al.*, 2019).

3.4.2 Colágeno Hidrolisado

O colágeno está presente no tecido conjuntivo de origem animal e possui cerca de 27 proteínas, onde as principais proteínas responsáveis pela formação das fibras elásticas são as cadeias peptídicas de aminoácidos como glicina, prolina, lisina, hidroxilisina, hidroxiprolina e alanina. A suplementação do colágeno hidrolisado tem uma rápida absorção no trato digestivo e peso molecular baixo, chega na pele em até 96 horas (LUPU *et al.*, 2020).

O segredo está no equilíbrio das enzimas que o degradam e sua produção pelos fibroblastos quando há suplementação. Estudos revelam que após 4 semanas de ingestão diária há aumento significativo na melhora da hidratação da pele, elasticidade e suavização nas rugas (PROKSCH *et al.*, 2014).

Qualquer procedimento estético que gera uma lesão e inflamação ajuda no aumento da produção de colágeno, elastina e fibrilina e a regeneração do colágeno tipo II, retardando assim o envelhecimento precoce da pele, por isso a associação de colágeno hidrolisado e procedimentos estéticos são sempre indicados pelos profissionais (ADDOR, 2015).

3.4.3 Silício Orgânico

Alimentos ricos em fibras, integrais e alguns vegetais são os que mais apresentam silício, este por sua vez age auxiliando no aumento de fibras elásticas e colágenas, tornando a pele menos envelhecida, sendo assim confere efeito redensificador *lifting* e *antiaging*, firmeza e sustentação e ação preenchedora das rugas. O silício tem algo em comum com a vitamina C,

pois ambos atuam sobre o metabolismo celular. Estudos demonstram que a deficiência de silício afeta gravemente a formação da matriz extracelular, gerando alterações no tecido conjuntivo (HERREROS; MORAES; VELHO, 2011).

3.4.4 Carotenoides

Carotenoides são considerados fotoprotetores naturais, pois possuem ação antioxidante diminuindo os efeitos dos raios ultravioletas sobre a pele, além de outros benefícios internos para o organismo. Constituídos pelo betacaroteno, licopeno, luteína e zeaxantina (PASSOTO; PENTEADO; MANCINI, 1998).

O betacaroteno é encontrado em alimentos como a cenoura, mamão, batata doce, entre outros. Este acumula-se na pele deixando uma coloração amarelo-ouro, mas o consumo destes alimentos deve ser contínuo para ver uma melhora significativa no seu efeito protetor e antioxidante na pele. Já a luteína e zeaxantina protegem a retina contra danos ultravioletas (ANUNCIATO, 2011).

Em estudos realizados em camundongos sem pêlos, constatou-se que o licopeno encontrado em tomates gerou uma fotoproteção na pele dos animais atenuando o efeito dos raios UVB incididos sobre eles, sendo assim é notável a capacidade de proteção que a simples ingestão de um alimento diariamente pode causar na pele (PETRUK *et al.*, 2018).

3.4.5 *Theobroma cacao* (Cacau)

É um grande aliado na prevenção do envelhecimento. Os derivados do cacau, fruto ou sementes, possui antioxidantes flavonóis epicatequina e catequina, que atuam nos mediadores da inflamação, além de ser grande fonte de magnésio e potássio (ROCHA; SARTORI; NAVARRO, 2016).

Os flavonoides, teobromina, magnésio e procianidinas estão presentes no cacau. O seu consumo melhora o fluxo sanguíneo, contribuindo para a manutenção da saúde da pele e proporciona proteção eficaz contra o fotoenvelhecimento. Também pode ser encontrado em cosméticos sendo um grande aliado na hidratação e combate ao envelhecimento cutâneo. Além de benefícios para a pele, estudos também comprovam que há resultados eficientes para a baixa do colesterol LDL no plasma sanguíneo (RIBAS; GONÇALVES; MAZUR, 2018).

Estudos feitos por Heinrich *et al.* (2006) mostraram que a ingestão de 136mg com 100ml de água diários tiveram redução de 25% no eritema causados pelos raios UV, aumento do fluxo sanguíneo, hidratação e redução da rugosidade e descamação da pele.

3.4.6 Resveratrol

Considerado um polifenol natural, é encontrado principalmente em raízes do ruibarbo, em uvas, amendoins e vinho. Tornou-se muito indicado após estudos demonstrarem que há um efeito antioxidante que regula várias funções celulares como inflamação, apoptose, biogênese mitocondrial e adaptações ao estresse celular (LEAL *et al.*, 2017).

Há relatos que os polifenóis do vinho bloqueiam a ação da colagenase e da elastase melhorando assim a microcirculação e hidratação, deixando-a mais elástica e consistente, sendo que este efeito foi observado tanto na ingestão quanto em cosméticos que continham resveratrol (UCKER; RIGO, 2019).

O consumo aumenta a expressão de alguns genes protetores contra o estresse oxidativo, que estejam envolvidos na diferenciação dos queratinócitos, podendo assim atrasar ou prevenir o envelhecimento intrínseco. Pode ser encontrado em tratamentos feitos com bandagens, banhos capilares e de imersão, máscaras faciais e corporais, massagens relaxantes, óleos essenciais e até mesmo a ingestão do vinho em si (LIMA; JESUS; MOREIRA, 2018).

Segundo Wen *et al.* (2020), além da irradiação com UVA, o resveratrol também pode proteger os queratinócitos dos danos induzidos por UVB. Por exemplo, o tratamento de queratinócitos com resveratrol 1 hora antes da irradiação com UVB diminuiu as taxas de apoptose em mais de 50%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se assim que a prevenção do envelhecimento cutâneo é indispensável, o envelhecimento intrínseco é inevitável, já o extrínseco pode ser minimizado com uma alimentação rica em antioxidantes, ingestão correta de água, uso de protetor solar, a fim de evitar o aumento de radicais livres que levam ao processo de destruição de células saudáveis que provocam uma alteração na aparência da pele como perda de colágeno, elastina e gordura facial.

Tendo em vista a importância do uso de cosmeceuticos e nutracêuticos, muitos estudos ainda devem ser feitos para mostrar a quantidade correta que deve ser administrada para se ter bons resultados, pois alguns estudos evidenciam os resultados, mas na maioria associados com outros.

Sendo assim, entendendo a fisiologia da pele, os fatores que causam o envelhecimento e o que pode ser feito para retardar ou minimizar o efeito dos radicais livres que oxidam a pele, melhor saída é prevenir o mais cedo possível.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F. A. S. Influência de um suplemento nutricional com peptídeos de colágeno nas propriedades da derme. *Surgical & Cosmetic Dermatology*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 7, n. 2, p. 116-121, mar. 2015.
- ADDOR, F. A. S. Abordagem nutricional do envelhecimento cutâneo: correlação entre os efeitos em fibroblastos e os resultados clínicos. *Surgical & Cosmetic Dermatology*, v. 3, n. 1, p. 12-16, 2011.
- ALVES, A. P. N. N. *et al.* Avaliação microscópica, estudo histoquímico e análise de propriedades tensiométricas da pele de tilápia do Nilo. *Rev Bras Queimaduras*, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 3-206, out. 2015.
- AMBROSIO, C. L. B.; CAMPOS, F. A. C. S.; FARO, Z.P. Carotenóides como alternativa contra a hipovitaminose A. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 233-243, abr. 2006.
- ANUNCIATO, T. P. **Nutricosméticos**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Farmacêuticas Ribeirão Preto/USP – Área de concentração: Medicamentos e Cosméticos. p. 101. 2011.
- ARAÚJO, T. S.; SOUZA, S. O. Protetores solares e os efeitos da radiação ultravioleta: *Autophagic Control of Skin Aging*. *SCIENTIA PLENA*, Brasil, v. 04, n. 11, p. 1-7, jun. 2008.
- ARAÚJO, L.; ADDOR, F.; CAMPOS, P. M.. Uso de silício para cuidados com a pele e cabelos: uma abordagem das formas químicas disponíveis e eficácia. *An Bras Dermatol*. v. 91, n. 3, p. 331-335, maio-jun., 2016.
- AZULAY, Manuela Mônica *et al.* Vitamina C. *An. Bras. Dermatol*. [online], v. 78, n. 3, p. 265-272, 2003.
- BAGATIN, E. Envelhecimento cutâneo e o papel dos cosmeceuticos. *RBM rev. bras. med.*, UNIFESP, v. 5, n. 17, p. 1-4, maio 2009.

BARBON, F. J.; WIETHÖLTER, P.; FLORES, R. A. Alterações celulares no envelhecimento humano. *Journal of Oral Investigations*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 61-65, out. 2016. ISSN 2238-510X.

BESOUW, M.; MASEREEUW, R.; LEVTCHENKO, E. *Cysteamine: an old drug with new potential*. *Drug Discov Today*, v. 18, n. 15-16, p. 785-792, 2013. doi:10.1016/j.drudis.2013.02.003.

BIANCHI, M. L. P.; ANTUNES, L. M. G. Radicais livres e os principais antioxidantes da dieta. *Rev Nutr.*, v. 12, n.2, p. 123-130, 1999.

BOHJANEN, K. **Bases para diagnóstico e tratamento, dermatologia clínica**: Estrutura e funções da pele. 2. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2015. p. 1-4.

CASTRO, L. C. G. O sistema endocrinológico vitamina D. *Arq Bras Endocrinol Metab.*, São Paulo, v. 55, n. 8, p. 566-575, nov. 2011.

CERQUEIRA, F. M.; MEDEIROS, M. H. G.; AUGUSTO, O. Antioxidantes dietéticos: controvérsias e perspectivas. *Quím. Nova*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 441-449, abr. 2007.

COSTA, C. S.; BAGATIN, E. Evidência na terapia da acne. *São Paulo Med. J.*, São Paulo, v. 131, n. 3, p. 193-197, 2013.

CRUVINEL, W. M. *et al.* Sistema imunitário: Parte I. Fundamentos da imunidade inata com ênfase nos mecanismos moleculares e celulares da resposta inflamatória. *Rev. Bras. Reumatol.*, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 434-447, 2010.

CUSTÓDIO, A. A. C. **Estudos de Pré-Formulação e Desenvolvimento de Cosméticos - Linha Health And Beauty**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, 2014.

DRAELOS, Z. D. **Cosmecêuticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

DUPONT, J. *et al.* O papel do ômega-3 na prevenção e tratamento da sarcopenia. **Envelhecimento pesquisa clínica e experimental**, v. 31, n. 6, p. 825-836, 2019.

FERREIRA, A. M. *et al.* Utilização dos ácidos graxos no tratamento de feridas: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 752-760, jun., 2012.

FERREIRA, T. S.; BARRETTO, A. L. Colágeno: Características químicas e propriedades funcionais. *Rev. Inst. Adolfo Lutz (Impr.)*, São Paulo, v. 71, n. 3, 2012.

FONTANA, K. E.; VALDES, H.; BALDISSERA, V. Glutamina como suplemento ergogênico. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 11, n. 3, p. 85-90, 2008.

GAVA, A. A.; ZANONI, J. N. Envelhecimento celular. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 9, n. 1, 2005.

GOMES, R. K.; GABRIEL, M. **Cosmetologia**: descomplicando os princípios ativos. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: LMP, 2006.

GROSSMAN, R. *The role of dimethylaminoethanol in cosmetic dermatology*. **Am J Clin Dermatol.**, v. 6, n. 1, p. 39-47, 2005. doi:10.2165/00128071-200506010-00005.

GRUBER, J. V.; HOLTZ, R. Examinando o impacto dos clareadores de pele *in vitro*. **Medicina oxidativa e longevidade celular**, v. 2013, p. 702120, 2013. doi: 10.1155/2013/702120.

HEINRICH, U. *et al.* Long-term ingestion of high flavonol cocoa provides photoprotection against UV-induced erythema and improves skin condition in women. **The Journal of Nutrition**, Bethesda, v. 136, n. 6, p. 1565-1569, 2006.

HERREROS, F. O. C.; MORAES, A. M.; VELHO, P. E. N. F. Mesoterapia: uma revisão bibliográfica. **A. Bras. Dermatol.**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 1, p. 96-101, fev. 2011.

IWAMOTO, J. D. R. *et al.* Neurocosméticos: a cosmetologia a favor do bem-estar na terceira idade. **Interfacehs – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, SP, v. 11, n. 2, p. 16- 29, 2016.

JUNQUEIRA, L.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**: texto e atlas. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 354.

KEDE, M. P. V.; SABATOVICH, O. **Dermatologia Estética**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

KEEN, M. A.; IFFAT, H. Vitamina E em dermatologia. **Jornal online de dermatologia indiana**, v. 7, n. 4, p. 311-315, 2016.

KULKAMP, I. C. *et al.* Estabilização do ácido lipóico via encapsulação em nanocápsulas poliméricas planejadas para aplicação cutânea. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 32, n. 8, p. 2078-2084, 2009.

LEAL, J. B. *et al.* Resveratrol: composição química e seus benefícios à saúde. **RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 11, n. 67, p. 620-629, 2017.

LEITE, L. E. A. *et al.* Envelhecimento, estresse oxidativo e sarcopenia: uma abordagem sistêmica. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 365-380, 2012.

LIMA, A. F.; JESUS, E. C.; MOREIRA, J. A. R. Atuação da vinhoterapia no retardo do envelhecimento cutâneo: Revisão de Literatura. **Revista Científica da FHO**, v. 6, n. 2, 2018.

LUPU, M. A. *et al.* Beneficial effects of food supplements based on hydrolyzed collagen for skin care. **Exp Ther Med**, v. 20, p. 12-17, 2020.

MAIO, M. **Tratado de Medicina Estética**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2011. v. 1.

MENOITA; SANTOS, V.; SANTOS, A., E.; SANTOS, V.; SANTOS, A. S. A pele na pessoa idosa. *Journal of Aging and Innovation*, v. 2, p. 18-33, 2013.

MESA-ARANGO, A. C.; FLOREZ-MUÑOZ, S. V.; SANCLEMENTE, G. *Mechanisms of skin aging*. *Iatreia, Medellín*, v. 30, n. 2, p. 160-170, 2017.

MINE, S. *et al.* O envelhecimento altera os fibroblastos papilares dérmicos funcionalmente humanos, mas não os fibroblastos reticulares: uma nova visão da morfogênese e envelhecimento da pele. *PLoS One*, 2008.

MONTEIRO, E. O. A arte e a dermatologia cosmética. **RBM - Rev. Bras. Med.** Edição Especial Dermatologia, v. 67, p. 4-8, fev. 2010.

MONTEIRO, R. C. *et al.* Um estudo comparativo da eficácia da hidroquinona 4% vs creme de ácido Kojic 0,75% no tratamento do melasma facial. *Indian J Dermatol*, v. 58, p. 157, 2013.

NOH, D. *et al.* A tectorigenina, um composto à base de flavonóides do rizoma da leopardo-lírio, atenua a apoptose induzida por UV-B e a degradação do colágeno por inibir o estresse oxidativo em queratinócitos humanos. *Nutrients*, Coreia, v. 10. 12. ed., 2018.

OLIVEIRA, A. L. **Curso de estética**. v. 2. São Paulo: Yendis, 2008.

PASSOTTO, J. A.; PENTEADO, M. C.; MANCINI, J. Atividade antioxidante do beta-caroteno e da vitamina A. Estudo comparativo com antioxidante sintético. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 68-72, abr. 1998.

PETRUK, G. *et al.* Antioxidantes das plantas protegem contra o fotoenvelhecimento da pele. *Oxid Med Cell Longev.*, 2018.

PRATES, M.; ANDRADE, M. **Estudo do efeito do ácido hialurônico**: uso como preenchedor de rugas no envelhecimento facial. 2017.

PROKSCH, E. *et al.* Oral Intake of Specific Bioactive Collagen Peptides Reduces Skin Wrinkles and Increases Dermal Matrix Synthesis. *Skin Pharmacology and Physiology*, v. 27, n. 3, p. 113-119, 2014.

RIBAS, H. O.; GONÇALVES, D. S.; MAZUR, C. E. Benefícios do cacau (*Theobroma cacao*) e seus derivados. **Visão Acadêmica**, [S.l.], v. 19, n. 4, dez. 2018.

RIBEIRO, C. **Cosmetologia aplicada à dermoestética**. São Paulo: Farmabooks, 2006.

ROCHA, E. C.; SARTORI, C. A.; NAVARRO, F. F. A aplicação de alimentos antioxidantes na prevenção do envelhecimento cutâneo. **Revista científica da FHO/UNIARARAS**, Rio Claro/SP, v. 4, n. 1, p. 19-26, 2016.

RUIVO, A. P. **Envelhecimento cutâneo**: fatores influentes, ingredientes ativos e estratégias de veiculação. 112 f. Dissertação (Mestrado em Integrado de Ciências Farmacêuticas) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014.

SAMARGANDY, S.; RAGGIO B. S. N. B. *A service of the National Library of Medicine, National Institutes of Health. Skin Resurfacing Chemical Peels, Treasure Island*, set. 2019.

SANTONI M. T. S.; COLET, C. F. **Uso de ácido hialurônico injetável na estética facial: uma revisão da literatura.** UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí – RS, 2018.

SANTOS, J. L. M. **Novas abordagens terapêuticas no combate ao envelhecimento cutâneo.** 71 p. Monografia (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Fernando Pessoa, Porto (PT), 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/2893>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SANTOS, M. P.; OLIVEIRA, N. R. F. Ação das vitaminas antioxidantes na prevenção do envelhecimento cutâneo. *Disciplinarum Scientia Saúde*, v. 15, n. 1, p. 75-89, 2014.

SCHALKA, S. *et al.* Uma nova proposta para avaliação de cosmecêutico antioxidante no tratamento da pele afetada pelos efeitos da vida urbana. *Surgical & Cosmetic Dermatology*, v. 8, n. 1, p. 46-54, 2016.

SHIBAYAMA, M. D. *et al.* Estudo Prospectivo sobre a Cisteamina no Tratamento do Melasma. *Cadernos de Prospecção*, v. 12, n. 5 Especial, p. 1488, 2019.

TAKEUCHI, C. A.; TANNURI, U. A polêmica da utilização de células-tronco embrionárias com fins terapêuticos. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 63, 2006.

TESTON, A. P.; NARDINO, D.; PIVATO, L. Envelhecimento cutâneo: teoria dos radicais livres e tratamentos visando a prevenção e o rejuvenescimento. *Revista Uningá Review*, [S.l.], v. 1, n. 1, out. 2017. ISSN 2178- 2571.

UCKER, J. M.; RIGO, M. P. M. Ação Antioxidante do Resveratrol no Tratamento Dermatológico: Revisão de Literatura. *Revista Destaques Acadêmicos*, [S.l.], v. 11, n. 3, nov. 2019. ISSN 2176-3070.

VANZIN, S. B.; CAMARGO, C. P. **Entendendo cosmecêuticos: diagnósticos e tratamentos.** São Paulo: Livraria Santos, 2008. p. 151-241.

VANZIN, S. B.; PIRES, C. **Entendendo Cosmecêuticos - Diagnósticos e Tratamentos.** 2. ed. São Paulo: Santos Editora, 2015.

WEN, S. *et al.* *Role of Resveratrol in Regulating Cutaneous Functions. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, 2020.

YOKOMIZO, V. M. F. *et al.* *Peelings químicos: revisão e aplicação prática. Surgical & cosmetic dermatology*, v. 5, n. 1, p. 58-68, 2013.

ZYCHAR, B. C. *et al.* Envelhecimento Cutâneo Induzido Pelo Tabagismo. *Atas de Ciências da Saúde*, São Paulo, v. 3, n. 3, abr. 2016. ISSN 2448-3753.

LINGUÍSTICA FORENSE: perícia em linguagem

Iêda Fernandes Dias

Newton Paulo Monteiro

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto pesquisar e analisar o surgimento da linguística forense, suas possibilidades de uso, como esta ciência pode contribuir com a produção de provas e investigações nas diversas áreas jurídicas através da linguagem aplicada ao Direito e a sua aplicação e aceitação como prova e evidência nos tribunais nacionais.

É trabalho dos linguistas forenses desvendar por meio de seu conhecimento científico da linguagem e comunicação o significado de um dado texto ou quem é o seu autor, seja tal texto, objeto de investigação, escrito ou oral.

Trata-se de um trabalho investigativo ascendente na área criminal, mas que pode ser relevante para outras áreas jurídicas. O magistrado pode, por meio desta especialidade, comprovar a autoria de crimes e ameaças, como também de documentos importantes, por exemplo, um testamento ou outro documento manuscrito.

Atualmente, com a tecnologia avançada, as pessoas se comunicam muito por mensagens escritas e áudios através dos diversos aplicativos disponíveis, especialmente para aparelhos *smartphones*, o que possibilita o fácil acesso ao material necessário para a análise do uso da linguagem das partes em casos judiciais. A investigação pode ser feita através de textos escritos, áudios e análise da fala, o enfoque teórico-metodológico baseia-se na fonética, na análise crítica do discurso oral e escrito, linguística interacional e funcional, que revelam a autoria do objeto analisado por meio da ciência aplicada específica.

A linguística forense surgiu nos tribunais de língua inglesa por volta de 40 anos atrás, foi introduzida no Brasil como disciplina pelo pesquisador britânico Richard Marlcorm Coulthard, professor emérito de Linguística Forense da Universidade de Aston, Birmingham, Grã-Bretanha, que atuou como perito em tribunais da Inglaterra, Alemanha, Hong Kong, Irlanda do Norte e Escócia, totalizando mais de duzentas perícias judiciais. É um dos fundadores da Associação Internacional de Linguistas Forenses. Hoje, aos 77 anos de idade, é conhecido por seus trabalhos e pesquisas em análise do discurso e linguística forense, atua como docente permanente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A linguística forense é a ciência capaz de desvendar materiais linguísticos apresentados em meio oral, escrito, impresso e digital, entre outros, por meio de análise, avaliação, comparação, aplicação das técnicas científicas aplicadas ao uso da linguagem.

Cabe aos linguistas forenses realizar análises auditivas e acústicas de gravações, identificação de voz ou recuperação de dados de fontes danificadas, ainda interpretar dados gráficos e ortográficos das diversas formas textuais, explicar e elucidar possibilidades para a aplicação da lei.

A linguística forense trata-se de uma área relativamente nova, porém uma ciência emergente na área da linguística, que vem ganhando notoriedade através de pesquisas acadêmicas. Este trabalho tem por desafio contribuir com a expansão da credibilidade e aplicabilidade desta ciência à prática jurídica em suas diversas áreas, investigando como seu uso pode ser ampliado de forma eficaz.

2 PRERROGATIVAS DOS LINGUISTAS FORENSES

A instauração de um processo judicial ocorre quando existe uma situação de conflito, que a partir dos posicionamentos das partes e seus advogados nos autos leva aquele que tenha acesso ao processo a uma carga emocional direcionando-o a uma tomada de posição, chamada juízo de valor. Qualquer profissional, das mais diversas áreas da ciência, devido sua formação, hábitos e referências, estão sujeitos ao impulso de tomar partido em relação aos acontecimentos em sua volta, influenciados por diferentes motivações externas e internas, de forma consciente ou inconscientemente. Especialmente falando dos juízes de direito, devido ao histórico pessoal e educacional que o constroem como pessoa e cidadão, existem regras e procedimentos indispensáveis garantindo que seus julgados sejam dotados da maior imparcialidade e impessoalidade possíveis.

Os magistrados são amparados nos artigos 371 e 372 do Código de Processo Civil pelo princípio do convencimento motivado, segundo o qual, são obrigados a apreciar as provas constantes dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido e apresentar na decisão as razões legais da formação de seu convencimento, para isso, é facultado ao julgador atribuir à prova o valor que considerar adequado e requisitar ajuda profissional específica sempre que entender necessário, através da realização de perícias judiciais, com regras estabelecidas nos artigos 464 ao 480 do Código de Processo Civil.

A justiça possui experts, em várias áreas científicas, devidamente reconhecidos e cadastrados, que ficam à disposição do judiciário, são habitualmente nomeados peritos das áreas de topografia, engenharia, medicina, ciências biológicas, psicologia, química, antropologia forense, odontologia, contabilidade, auditoria e inúmeras outras, porém, a linguística forense ainda é pouco explorada pela justiça brasileira.

Em pesquisa pública a alguns tribunais brasileiros não foram encontrados peritos em linguística forense cadastrados no estado de Goiás e no Distrito Federal. No Tribunal de Justiça de São Paulo foi encontrada apenas a Dr^a Helena de Souza Britto e no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi encontrada a Mestre em Linguística Mônica Azzariti de Pinho Barbosa. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina é o que dispõe o maior número de peritos especializados em linguística forense, sendo que a comarca de Balneário Camboriú conta com nove especialistas cadastrados. Ao juiz cabe dispensar a perícia quando as partes, na inicial ou na contestação, apresentarem pareceres técnicos ou documentos que considerar suficientes.

Assim como os laudos das outras ciências são emitidos exclusivamente por especialistas habilitados, são prerrogativas dos linguistas forenses desvendar materiais linguísticos apresentados em meio oral, escrito, impresso e digital, entre outros. Por meio de análise, avaliação, comparação, aplicação das técnicas científicas aplicadas ao uso da linguagem, que possibilitem provar e evidenciar com credibilidade os quesitos necessários a solucionar o objeto periciado, assistindo aos magistrados na convicção de sua tese em matéria que não estão tecnicamente habilitados a julgar.

Isso implica em conhecimento técnico de outras áreas da ciência, que não a jurídica. Entre as matérias de estudo da linguística existem vários níveis de análise linguística que podem ser exploradas pelos peritos em seus laudos, entre eles estão:

Níveis de Análise Linguística	Matérias de Estudo
PRAGMÁTICO	USOS DA LÍNGUA
SEMÂNTICO	SIGNIFICADOS
SINTÁTICO	SENTENÇAS
MORFOLÓGICO	MORFEMAS, PALAVRAS
FONOLÓGICO	FONEMAS, SÍLABAS
FONÉTICO	SONS

Virgínia Colares (2016, p. 18) afirma:

Os linguistas forenses são mais frequentemente requisitados para ajudar o Judiciário a responder a uma ou ambas as seguintes questões: o que um dado texto “diz” e quem é o autor? Ao responder estas questões, os linguistas se fundamentam nas técnicas e conhecimento derivados de uma ou mais subáreas da Linguística Descritiva: Fonética e Fonologia, Lexicologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática e Análise do Discurso e do Texto.

A autora (2016) expõe várias técnicas e subáreas que são, sem dúvida, matérias cognitivas dos linguistas, sem estes conhecimentos específicos é impossível fazer qualquer análise que envolva linguagem.

O pioneiro da linguística forense no Brasil, Malcolm Coulthard (2014), em entrevista, define o estatuto da área como:

A Linguística Forense é a área da Linguística Aplicada envolvida com a inter-relação entre Linguagem e Direito. Ela pode ser utilmente subdividida em três subáreas: a Linguagem Escrita do Direito, a Interação em Contextos Legais e a Linguagem como Evidência. Eu vejo a Linguística Forense como uma ramificação da Análise Crítica do Discurso, logo, os linguistas forenses não apenas descrevem, eles também tentam mudar/melhorar o mundo.

Segundo o renomado estudioso, a Linguística Forense é a área da Linguística Aplicada envolvida com a inter-relação entre Linguagem e Direito, ou seja, onde existir uma arguição acerca de linguagem e direito, ali existe um estudo a ser realizado. E para garantir a equidade, a justiça e a segurança jurídica, tem que haver a consulta ao especialista capacitado, como em qualquer outra área científica.

Nos dias atuais, com a tecnologia avançada, as pessoas se comunicam muito por mensagens escritas e áudios através dos diversos aplicativos disponíveis, especialmente para aparelhos smartphones, o que tornou as redes sociais em uma fábrica de processos cíveis e criminais, muitas vezes estes crimes virtuais são muito claros e fáceis de identificar tanto a ofensa quanto o agressor, porém, em diversos casos estes crimes são praticados de formas sutis e anônimas, utilizando perfis falsos, especialmente criados para este fim, infelizmente a impunidade ainda é uma realidade nestes casos. Mesmo quando a vítima sabe quem é o criminoso, não consegue provar sua identidade ou não consegue provar o abalo emocional causado pela infração quando a mesma é apresentada de forma implícita e indireta.

Assim como impressões digitais únicas, os seres humanos também possuem uma impressão de língua única, capaz de identificar com precisão o sujeito, as perícias linguísticas poderiam mudar as estatísticas dos julgados destes crimes virtuais, possibilitando a

identificação do delinquente e esclarecendo o teor da afronta, propiciando maior proteção jurídica.

3 A LINGUÍSTICA FORENSE NO COMBATE AOS CRIMES DE LINGUAGEM E CIBERCRIMES

Conforme artigo publicado pela revista DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (2007), a Dr^a Cristiane Fuzer, em notas sobre o livro *Forensic linguistics*, de John Gibbons (2005), afirma que Gibbons “examina a natureza da linguagem legal, demonstrando que a lei é predominantemente uma instituição linguística, e explora a linguagem de processos legais”, portanto, é impossível dissociar a lei, respectivamente o Direito, da linguagem e linguística, em seus diversos aspectos.

Nas palavras de Fuzer (2007), John Gibbons examina a natureza da linguagem legal e enfatiza os recursos linguísticos que colocam em desvantagem grupos minoritários da sociedade, demonstrando preocupação com a dificuldade de compreensão da linguagem da lei por parte das pessoas leigas dos assuntos jurídicos; aborda a relação entre a linguagem oral e a escrita no contexto jurídico; estuda documentos operativos como atos, ordens, estatutos, casos de júri, investigações policiais, gerenciamento de prisioneiros, petições, testamentos e contratos; além de abordar sobre o movimento do sistema oral para o sistema escrito nas transcrições de depoimentos, especificando quatro fatores desse movimento, quais são: a padronização, a descontextualização, o planejamento e edição e o tom impessoal.

Assim, pode-se perceber que o estudo da linguagem no Direito é ilimitado, face às inúmeras possibilidades de comunicação existentes nos atos jurídicos. Este tópico tem o objetivo de questionar como apesar das plausíveis aplicações da linguística ao Direito, esta ciência tem sido notadamente ignorada, especialmente nos crimes de linguagem. Cristiane Fuzer (2007) expressa:

Contudo, os crimes de linguagem (comportamentos linguísticos que se tornam objetos de ação legal) ocupam maior espaço no capítulo. Para definir se um determinado comportamento linguístico é ou não um crime (no sentido de que é ofensivo ou prejudicial a alguém), Gibbons sugere uma metodologia que inclui: análise do ato linguístico em si, exame do senso comum sobre o ato linguístico (além da consulta às regulamentações legais, que geralmente fornecem definições vagas) e exame de outras instâncias do comportamento linguístico (a fim de determinar suas características). Cabe ao linguista analisar o detalhe semântico do ato e as condições necessárias

para que ele se realize num dado contexto, conforme a perspectiva teórica de Searle (1969) sobre atos de fala performativos. Gibbons apresenta uma série de exemplos para explicar as categorias de crimes de linguagem, tais como: perjúrio, suborno, ameaça (chantagem), conspiração, difamação e calúnia.

Considerando a ligação entre linguagem e direito, e a existência de diversos crimes que envolvem diretamente a linguagem como objeto da lide, todas as vezes que o objeto do processo legal é um comportamento linguístico que ofende ou prejudica uma das partes, como por exemplo, nas ações criminais e de reparação por danos morais e materiais em face de perjúrios, subornos, ameaças, chantagens, conspirações, injúrias, difamações, calúnias etc, supõe-se que a justiça deve utilizar os recursos da linguística forense para garantir com licitude o direito e aplicar adequadamente as punições e sentenças. Porém, infelizmente, não é o que acontece atualmente. Fuzer (2007) deixa isso bem claro em seus estudos:

Gibbons deixa para o último capítulo a explicitação do que parece ser sua tese central: a importância da evidência linguística (também chamada "linguística forense") nos processos legais visando à busca da justiça. Apesar de raramente a evidência linguística ser solicitada ou usada (já que dificilmente profissionais do Direito admitem que linguistas tenham relevante especialização nessa área, a qual aqueles preferem ver mantida sob o seu domínio), Gibbons defende a qualificação de linguistas que possam atuar como peritos em casos judiciais. Basicamente, há duas áreas principais em que o linguista, por meio de análise que considere os níveis da fonologia, do léxico, da gramática, do discurso, do registro, do gênero e da variação sociolinguística, pode oferecer evidências: questões de comunicação e questões de autoria. Assim, Gibbons propõe uma metodologia de linguística forense, que envolve, conforme o caso, o exame de alguns ou todos destes quatro aspectos: a) cuidadosa análise das características linguísticas da comunicação considerada problemática; b) análise dos significados das formas linguísticas; c) exame da proficiência de linguagem dos participantes; d) análise do contexto. Com base em trabalhos prévios que ele próprio realizou e em experiências e estudos de outros profissionais, Gibbons apresenta vários casos reais para exemplificar o quanto a linguística forense é útil na explicitação da autoria de um crime e na revelação de dados importantes na constituição de provas, visando à execução de processos judiciais mais transparentes e justos (FUZER, 2007, n.p.).

John Gibbons defende a prerrogativa de que linguistas qualificados devem atuar como peritos em casos judiciais por meio de análise que considere os níveis da fonologia, do léxico, da gramática, do discurso, do registro, do gênero e da variação sociolinguística, oferecendo elucidação técnica em questões de comunicação e questões de autoria.

Entre os crimes de linguagem, destacam-se atualmente aqueles enquadrados no Cibercrime, nome dados aos crimes cibernéticos que envolvam qualquer atividade ou prática ilícita na rede, essas práticas podem envolver invasões de sistema, disseminação de vírus,

roubo de dados pessoais, acesso a informações confidenciais e tantos outros, ou podem ser qualificados diretamente pelo uso da linguagem, como injúria, difamação e calúnia nas redes sociais, autoria de crimes de falsidade ideológica em perfis falsos, autoria de notícias falsas, pornografia infantil, etc.

Em Portugal, o linguista forense Rui Sousa-Silva é pioneiro em investigação de crimes cibernéticos que envolvem análise linguística. Seu trabalho iniciou entre 2014 e 2015, com o objetivo de analisar, por exemplo, perante dois textos publicados na Internet, se o respectivo autor era a mesma pessoa. O perito conseguiu acesso a processos do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, um sobre usurpação de direitos de autor (pirataria e partilha ilegal gratuita de conteúdos), um sobre difamação e outro relacionado com injúrias, iniciando assim a prática de análises linguísticas forenses em comunicações eletrônicas, com finalidade de solucionar cibercrimes.

Para ele, “vivemos na era das comunicações eletrônicas” e “o princípio básico no qual assenta a linguística forense é o de que cada um de nós tem uma maneira única de escrever”, o que é estabelecido pelos padrões sociolinguísticos, que permitem direcionar ou limitar a investigação a um determinado grupo de potenciais suspeitos.

Apesar dos trabalhos e estudos realizados em linguística aplicada e crimes cibernéticos, Rui Sousa-Silva lamenta a falta de tradição em Portugal em contratar peritos nesta área, ele próprio não realizou nem uma análise linguística forense para a polícia portuguesa.

4 A PERÍCIA LINGUÍSTICA EM CASOS NO BRASIL: Ricardo Molina

Apesar de o linguista forense ainda ser um profissional pouco conhecido e quase não requisitado pela justiça brasileira é possível encontrar casos em que a sua contribuição foi essencial, especialmente em casos políticos ou de grande repercussão social.

Entre estes especialistas, destaca-se o perito em fonética forense Ricardo Molina, autor do livro “O Brasil na fita”, Editora Record, conhecido por atuar em vários casos políticos desde 1992.

A seguir um levantamento de casos em que Ricardo Molina atuou como perito em linguística forense e como esta ciência foi utilizada para elucidar os fatos e produzir as provas cabíveis.

4.1 O caso Magri

Em 1992, o caso de corrupção envolvendo Antônio Rogério Magri, ex-ministro do trabalho durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, acusado de sumir com 43 empresas da lista de devedores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e receber propina no valor de 30 mil dólares, foi o pioneiro em processos que utilizaram laudos periciais de linguistas. O processo foi instaurado por Aristides Junqueira, procurador-geral da República, a partir de uma interceptação telefônica.

Magri negou ter recebido o dinheiro e afirmou de forma irônica que não reconhecia sua voz na gravação. Em seu depoimento, aproximou-se da caixa de som como se tentasse ouvir, e dizia que a gravação era inaudível. Argumentos rechaçados pelo laudo de 72 páginas, onde 46 foram ocupadas pela transcrição do diálogo gravado.

O laudo apresentou o resultado das análises para autenticidade da gravação e identificação de vozes, não sendo verificadas descontinuidades ou qualquer indício de montagem. Esta conclusão foi possível através da regularidade do som de um relógio carrilhão e um ruído idêntico da cadeira do gabinete do ministro. Molina (2016) esclarece como identificaram a voz do acusado:

Para identificar que era mesmo a voz de Magri, utilizamos um espectrógrafo, aparelho que faz uma leitura gráfica em papel (um espectrograma), transformando o final sonoro em eletricidade e depois em números. O técnico decifra os “movimentos” da voz, em diferentes cores, reproduzidos numa tela. O método aplicado é o comparativo; portanto, é preciso contrapor a gravação e a voz do suspeito. A conclusão das análises aponta para a confirmação de que o diálogo se deu entre Magri e Vonei [...].

Neste caso, é possível perceber que se não fosse o laudo pericial a produção de provas contra o réu seria impossível.

4.2 O caso PC Farias

O caso de maior repercussão nacional que envolveu perícia especializada em linguística trata-se do conhecido caso PC Farias, ocorrido em 1996 com as mortes de Paulo César Farias (o PC) e sua namorada, Suzana Marcolino, encontrados mortos a tiros, na praia de Guaxuma – AL.

Paulo César Farias foi o tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello durante as eleições de 1989. PC Farias foi acusado por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor de Mello, de fazer parte de esquemas de corrupção, o chamado esquema PC Farias, o qual arrecadou cerca de oito milhões de dólares de empresários privados, o que resultou no impeachment do ex-presidente.

Em seu livro, Molina (2016) assevera:

A polícia alagoana queria fechar o inquérito o mais rápido possível e a tese do crime passional, homicídio seguido de suicídio, era perfeita. Suzana teria matado PC e depois se matado: fim de caso. A Secretaria de Segurança de Alagoas e o próprio governo do estado pareciam ter muito interesse nessa tese, pois assim se encerrava o assunto como um evento doméstico, sem qualquer conotação política.

A tese de crime passional seguido de suicídio foi contestada pelo perito George Sanguinetti, pois existiam várias evidências que não passariam despercebidas por um especialista competente, como por exemplo, o trajeto do projétil no corpo de PC não condizia com a posição em que Suzana encontrava-se. O exame residuográfico nas mãos dela não encontrou vestígios de pólvora, evidenciando que ela não poderia ter desferido dois disparos.

Na tentativa de se provar o crime passional, o ministro da Justiça Nelson Jobim e o governo de Alagoas solicitaram os serviços do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, coordenado por Ricardo Molina, para que fossem feitas as análises e a perícia fonética das gravações dos telefonemas feitos por Suzana momentos antes de falecer.

Suzana deixou três mensagens na caixa postal do celular do dentista Fernando Colleoni na madrugada em que morreu. Suzana esteve no consultório do dentista na sexta-feira, neste dia os dois foram jantar em um restaurante sofisticado em São Paulo, onde foram vistos trocando carícias e se beijando, no sábado ela retornou para Maceió, onde morreu na madrugada de domingo.

Em um dos áudios que Suzana enviou para o dentista, ela diz que não vai esquecê-lo, que tem certeza que vai encontrá-lo, manda beijo e, ao fundo, observa-se uma voz masculina.

A tese de crime passional apoiou-se no fato de que a voz ao fundo seria de PC Farias, insinuando que o mesmo havia descoberto a traição da namorada e resultado na fatalidade por ela não aceitar o fim do relacionamento, o que foi reforçado com o conteúdo das demais gravações onde Suzana reafirma que espera encontrar o dentista nem que seja na eternidade e que o amava em muito pouco tempo.

Ocorre que, nas análises periciais, foi constatado que o tiro que ceifou a vida de PC Farias não poderia ter sido disparado por uma pessoa da estatura de Suzana, estimada entre 1,53m e 1,57m. O percurso revelou que o disparo foi feito por alguém com mais de 1,65m.

As mensagens enviadas pela falecida geraram desconfiança pelo curto espaço de tempo em que foram enviadas e pelo conteúdo repetitivo. A voz ao fundo não poderia ser de PC Farias, pois os laudos mostraram que a morte ocorreu cerca de duas horas antes da mensagem, restava uma possibilidade: a voz misteriosa seria de um algoz que obrigou Suzana a enviar aquelas mensagens.

O caso prevaleceu oficialmente como um crime passional, porém, para o médico legista George Sanguinetti e para o perito criminal especializado em fonética forense Ricardo Molina o casal foi executado, considerando a presença de uma terceira pessoa na cena do crime exposta nos laudos fonéticos.

4.3 O caso do cantor Belo

Em 2002, com autorização judicial, a polícia realizou gravações das ligações telefônicas do traficante de drogas e de armas pesadas Valdir Ferreira, o conhecido Vado.

As investigações tinham o objetivo de identificar quem emprestava dinheiro ao criminoso para a compra das drogas.

Nas conversas, Vado e o interlocutor não se tratavam pelo nome e utilizavam códigos para descrever os objetos do crime, como “tecido” para cocaína e “tênis” para o fuzil AR-15.

A polícia desconfiava do envolvimento do cantor Marcelo Pires Vieira, o Belo, com os crimes.

Assim, o delegado Zaqueu Teixeira, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro convidou o foneticista Ricardo Molina a fazer perícia nas gravações.

Uma das conversas revelou Vado pedindo dinheiro emprestado para a compra de uma carga de “tecido” (cocaína). Enquanto em outra conversa o outro interlocutor pedia para Vado comprar um “tênis”, que era o código do fuzil AR-15, nesta conversa o próprio Vado se espanta e diz para o parceiro não fazer isso, pois era uma arma muito grande e potente, então sugere uma arma menor, momento em que o colega responde que menor já tinha um monte, umas trinta a trinta e cinco.

A partir deste diálogo o autor da fala se incriminava em financiamento do tráfico de drogas e em posse ilegal de armas, restava identificar o falante.

Apesar das acusações, Belo estava mal assessorado e confiante que não seria pego, pois seu nome jamais fora citado nos áudios. Porém, vacilou, na tentativa de comover os fãs e sair imune foi ao programa de televisão do Augusto Liberato (Gugu) e afirmou chorando em rede nacional que era vítima, que era inocente e não tinha qualquer envolvimento com traficantes.

O laudo pericial utilizou a gravação do programa do Gugu como amostras da voz do cantor para comparação com a voz das ligações e confirmou a autoria de Belo, que foi condenado por associação ao tráfico de drogas, porte ilegal de arma e formação de quadrilha, com pena estipulado em seis anos de prisão, em regime fechado.

Em seu livro, Molina menciona mais de 70 casos em que trabalhou como perito, em muitos deles operou como foneticista, a maior parte deles em serviços para a imprensa, e em outros casos, em serviços para a justiça. Ele afirma que:

É importante que fique claro que muitos laudos que realizo atendem a pedidos da imprensa, muitas vezes procurada por quem detém informações comprometedoras para o governo, seja ele qual for. Quem governa administra recursos públicos, define prioridades, distribui cargos e verbas – portanto, está no centro das atenções. A imprensa apenas cumpre seu papel de investigar e denunciar eventuais irregularidades [...] (MOLINA, 2016).

Molina (2016) enfatiza a necessidade de interação entre as diversas áreas a fim de se obter laudos confiáveis e úteis para a justiça:

Desde o início, o nosso laboratório já trabalhava com imagens e vídeo, como no caso de Eldorado dos Carajás. Também havíamos feito a reconstituição de cena do crime do caso da Favela Nava. E já emitíamos laudos de grafotécnica (análise de assinaturas). Este livro mostra o amplo leque de perícias que um laboratório pode realizar. Sempre trabalhei em equipe e conto com profissionais extremamente competentes em diversas especialidades. A perícia do nosso tempo exige uma abordagem multidisciplinar. Quem não admite a necessidade de interação com outros profissionais será atropelado.

Particularmente na criminalística, o perito age como um regente coordenando informações de várias áreas, interpretando-as de modo a elaborar um retrato coerente e realista. Um determinado caso pode combinar balística, medicina legal, computação gráfica, processamento de áudio, análises químicas, psicologia, linguística etc. Ninguém sozinho detém tanto conhecimento [...].

Analisando os casos apresentados é possível perceber que as análises linguísticas e fonéticas foram imprescindíveis para a elucidação e produção de provas nos processos, além de possuir técnicas confiáveis e específicas da área.

5 CASOS EM QUE A PERÍCIA LINGUÍSTICA SERIA DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA A DECISÃO JUDICIAL

Em pesquisa aos tribunais do Estado de Goiás, é possível encontrar vários processos que envolvem a comunicação e linguagem como lide processual e objeto de prova, porém, a perícia linguística está esquecida na resolução destas matérias. A seguir alguns casos em que tal perícia seria essencial para a decisão judicial.

5.1 Falsa acusação de denúncia

No processo n. 5183075-11-2019.8.09.0051 (2019), 2º Juizado Especial Cível, comarca de Goiânia – GO, o autor pleiteou reparação por danos morais em razão de publicações ofensivas em rede social.

O autor e o réu eram moradores do mesmo condomínio residencial e concorreram às eleições para Presidente da Diretoria Executiva (síndico), ocorre que o condomínio não possuía rede de esgoto, adotando o sistema de fossas sépticas para cada unidade residencial, o que gerava muitos transtornos aos moradores, pois o condomínio situa-se em terreno rochoso o que impede a absorção dos líquidos gerando alto custo com sucções periódicas dos dejetos, além do mau cheiro.

O réu, para que sua chapa conseguisse a eleição, publicou no grupo de *Whatsapp* (rede social usada em celulares) dos moradores, na véspera das eleições, que teria conseguido a aprovação do projeto da rede de esgoto do condomínio junto à Saneago e caso vencessem iriam iniciar a obra em quinze dias, tal afirmação contribuiu para que sua chapa fosse eleita.

Ocorre que logo após sua vitória os condôminos começaram a cobrar a obra e questionar a veracidade da aprovação do projeto.

O réu então acusou no grupo de *Whatsapp* dos moradores que o promovente da ação judicial teria sido o culpado por impedir a aprovação do projeto, pois o mesmo teria ido a Saneago e feito denúncias sobre a rede de esgoto que impediram sua aceitação pelo órgão, publicando um áudio do funcionário da empresa de Engenharia que elaborou o projeto justificando a não aprovação e acusando alguém de atrapalhar a aprovação.

Tal acusação no grupo de mensagens do condomínio gerou um movimento de ódio entre muitos moradores que ofenderam o promovente com xingamentos e ameaças, nas mensagens a vítima foi chamada de ladrão, burro, moleque, birrão, foi acusado de não ter

pagado a casa onde morava, ameaçado por um integrante dizendo que descarregaria os dejetos do caminhão limpa fossa da casa dele na casa da vítima, entre outros palavrões agressivos.

Nos autos do processo administrativo de aprovação do projeto junto a Saneago não foi encontrada qualquer denúncia. Porém, foram encontradas irregularidades que de fato impediam a construção da obra e sua aceitação pela empresa, por estar fora dos padrões estabelecidos.

A sentença julgou improcedentes os pedidos do autor, por entender que os danos foram causados por atos de terceiros, pois as mensagens do réu não continham qualquer termo ofensivo, xingamento ou ameaça.

Neste caso a perícia linguística poderia esclarecer através das devidas análises a relação entre a mensagem e o áudio publicados pelo réu e as ameaças e afrontas sofridas pelo autor. Uma análise linguística poderia indagar se: embora as acusações tenham sido de fato produzidas por terceiros, foram em razão das acusações do promovido?

Visto que não ficou comprovado que a vítima fez qualquer denúncia e que o réu estava imputando sua incompetência em assumir a promessa de campanha ao adversário, eximindo-se de seu compromisso, a linguística forense poderia ainda esclarecer: se o conteúdo das publicações feitas pelo réu, embora não utilizaram termos grosseiros ou insultos, foram difamatórias e intencionais?

Infelizmente, resta claro a falta de conhecimento do patrono do réu sobre a abrangência da linguística forense e a como esta ciência poderia ter mudado o resultado deste julgado. Na verdade, a perícia linguística teria mudado todo o procedimento, pois o processo teria que ser ajuizado e distribuído em uma vara cível, frente ao fato que o juizado especial não está apto a requerer qualquer tipo de perícia.

5.2 Assédio sexual por *WhatsApp*

O colegiado manteve a condenação de trinta mil reais a título de danos morais para uma empregada perseguida por um dos sócios da empresa, conforme o processo n.º 0010223-20.2018.5.18.0013 (2018), 13ª Vara do Trabalho, comarca de Goiânia – GO.

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), aceitou a produção de provas através de conversas realizadas no aplicativo *WhatsApp* como indício de assédio sexual.

O desembargador atribuiu grave conduta patronal, de natureza psicológica, moral e sexual, a qual expôs a trabalhadora à humilhação e constrangimento.

A autora, que exercia a função de operadora de caixa em agência lotérica, acusou o patrão de desviar dinheiro do seu caixa e incriminá-la do furto para em seguida convidá-la e obrigá-la a sair com ele. Também juntou imagens do seu celular, mostrando as conversas que as partes tiveram pelo aplicativo. A primeira conversa é do dia 02 de janeiro de 2018 e mostra o patrão dizendo que não achou o dinheiro que faltou, a empregada justifica dizendo que vai verificar no outro dia e o patrão escreve “vamos” “sair”, os dois só voltam a trocar mensagens no dia 31 de janeiro de 2018, após sua dispensa, e o réu apenas lhe informa que o contador já fez os papéis.

A sentença foi pautada ainda na degravação de um áudio juntado aos autos, feita pela própria advogada da autora. Porém, na transcrição observa-se que a autora faz várias acusações de assédio ao acusado, que em dados momentos afirma tê-la convidado para sair, mas que respeitou sua resposta negativa e nega ter-lhe assediado.

Em defesa, o réu sustenta que as alegações da reclamante são fruto da raiva que a funcionária sentiu por ser dispensada sem justa causa, que a mídia foi gravada pela mãe da autora, sem prévia autorização, a qual o procurou para tirar satisfação sobre o motivo do fim da relação de emprego com a sua filha, com o único intuito de produzir falsa prova para a futura demanda. Alega ainda que o termo circunstanciado de ocorrência juntado aos autos foi lavrado após a dispensa, sendo que a autora o acusa de assédio na ação trabalhista desde o início do pacto laboral, há mais de dois meses, sem prestar qualquer queixa.

Em oposição aos pleitos da reclamante, o reclamado convidou outra funcionária como testemunha, a qual negou todas as acusações da autora, afirmando jamais ter sofrido ou presenciado qualquer assédio pelo réu. O local de trabalho era constantemente filmado e as filmagens não continham qualquer indício de assédio.

Neste processo, é possível observar que todas as alegações da acusação foram fundamentadas em questões linguísticas, quais sejam, comunicação escrita por *WhatsApp* e conversa gravada no celular da mãe da autora.

Este artigo não entrará no mérito da licitude das provas, em que o juiz considerou irrelevante se o participante tinha ou não conhecimento da gravação, condição para validade jurídica do áudio como prova.

O objetivo aqui é deixar claro que a falha da justiça causaria danos irreparáveis a qualquer um dos lados. O réu nega as acusações graves que o incriminam e condenam, enquanto do outro lado se depara a figura da trabalhadora acusada de furto, hipossuficiente, humilhada, ofendida, assediada moral e sexualmente. Quem está falando a verdade?

Portanto, mesmo em um processo tão complexo, absolutamente pautado em comunicação e linguagem a figura de um especialista e da linguística forense é totalmente ignorada pelas partes, pelo magistrado e pelo colegiado.

O próprio juiz de 1º grau desta demanda afirmou que a busca pela verdade real é um dos princípios basilares da Justiça do Trabalho. Portanto, a perícia seria imprescindível neste caso para elucidação ou comprovação dos fatos, o que ficou sujeito ao convencimento do juiz, sem qualquer análise contundente.

5.3 Crime de falso testemunho na justiça do trabalho

Com o advento da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista trouxe várias mudanças e polêmicas nesta esfera, uma verdadeira nova era para a justiça do trabalho, onde os advogados, mais do que nunca, precisam estar atentos a propositura de demandas, pois as mudanças podem ocasionar surpresas desagradáveis durante o processo, dentre elas, está a possibilidade de verificação da prática de crime de falso testemunho, tipificada no artigo 342 do Código Penal, que em caso de infração o réu, além de responder criminalmente, passou a ficar sujeito ao pagamento de multa.

Embora seja uma prática nova, já vem sendo aplicada nas varas dos trabalhos do Estado de Goiás. É o que é possível observar na sentença do processo n.º 0011000-70.2016.5.18.0111 (2016), 11ª Vara do Trabalho, comarca de Goiânia – GO, publicada em abril de 2018, em ação trabalhista com pedidos de indenizações por danos morais e materiais em razão de acidente do trabalho, cujo valor da causa supera um milhão de reais.

O Reclamante alega ter sido vítima de acidente de trabalho durante o desenvolvimento de seu labor ao pegar a uma tora de lenha para alimentar uma caldeira, ocasião em que a pilha de toras/lenhas caiu sobre ele, ocasionando fraturas graves em seu tornozelo, pé e cotovelo.

Na sentença, o juiz concluiu que a testemunha do reclamante compareceu em Juízo para, intencionalmente, enganar a justiça e para beneficiar a parte autora, prestando falso testemunho e alterando a verdade dos fatos.

Assim, o magistrado desconsiderou o depoimento da testemunha como meio de prova, salvo no que for desfavorável à tese da reclamação trabalhista e condenou a testemunha a pagar à parte ré multa de 1,1% sobre o valor dado à causa, o equivalente a R\$ 15.172,75 (quinze mil, cento e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Para fundamentar tal decisão o magistrado utilizou o depoimento contrário de outra testemunha, que afirmou que o autor e a testemunha multada não tinham contato visual durante o expediente, pois

trabalhavam em prédios distintos, o que impossibilitava a veracidade de suas declarações dizendo que a testemunha via diariamente o trabalhador sendo exposto ao perigo.

O propósito neste caso não é dizer se a postura do juiz foi legal ou correta, nem tão pouco questionar a veracidade do depoimento das testemunhas, o intuito aqui é expor que a linguística forense é a ciência habilitada a fazer as análises necessárias para concluir se uma testemunha realmente faltou com a verdade dos fatos de forma objetivada, sendo passível de punição criminal e pecuniária.

A prática de incriminação e penalização por falso testemunho na justiça do trabalho, o que vem aumentando consideravelmente, dificulta o acesso à justiça, por demonstrar claramente a insegurança que isso proporciona aos advogados que pretendem produzir prova testemunhal e especialmente por comprometer a liberdade da testemunha em prestar seu depoimento, o qual é aceito somente se o convidado ou intimado demonstrar condições de fazê-lo sob juramento, não possuindo qualquer vínculo que possa comprometer ou influenciar sua deposição. Certamente, a disposição de uma perícia especializada para as testemunhas acusadas de falso depoimento traria tranquilidade para todos os envolvidos. Pádua (*apud* ALMEIDA; COULTHARD; SOUSA-SILVA, 2020, p. 24) frisa:

Já quando o jurista não pode ser o seu próprio linguista, porque a questão é demasiado complexa ou não envolve a atividade jurídica propriamente dita, o linguista forense tem de mostrar ao jurista de que maneira ele pode usar o linguista como perito, para elucidar algum ponto relevante sobre um documento, um texto, uma conversa telefônica interceptada, uma gravação ambiental, etc. Sem dúvida, é possível, pelas normas que regem a prova pericial, que o linguista forense assumia papel relevante no quadro de peritos recorrentes do Poder Judiciário.

Este levantamento nos tribunais do Estado de Goiás são exemplos de casos em que a perícia linguística poderia ter sido realizada e, até mesmo, modificado os julgados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo mostra que a perícia linguística não está sendo adequadamente reconhecida e requisitada pela justiça brasileira. Com isto, as partes estão sendo lesadas em seu direito de obter uma análise técnica destes objetos de perícia, que em diversas ações judiciais é a própria linguagem e comunicação, que por interpretação equivocada provoca confusão e pode originar uma sentença injusta, embora esteja legalmente fundamentada. É

notável o preconceito e insciência em relação ao linguista e sua área de domínio, seja pelos patronos que não estão requerendo perícias relativas a esta ciência, seja pelos juízes que estão julgando sem conhecimento técnico da área.

A atuação do linguista forense contribui com a elucidação de casos que os conhecimentos jurídicos por si só são insuficientes, por exemplo: atribuição de autoria em áudios, atribuição de autoria em textos e documentos como testamentos e cartas de ameaças, identificação de plágio, legalidade por verossimilhança de marcas registradas, responsabilidade por crimes virtuais ou cibercrimes, tais como: Injúria, difamação e calúnia nas redes sociais, autoria de crimes de falsidade ideológica em perfis falsos nas redes sociais, autoria de notícias falsas, pornografia infantil, entre outras situações.

À medida que o estudo sobre o tema avança é possível afirmar com segurança que a linguística forense ainda é pouco explorada pela justiça brasileira, poucos processos utilizaram o trabalho de tal profissional no país, isso porque trata-se de uma área relativamente nova, desconhecida no meio jurídico.

Quando se fala em linguagem, escrita e comunicação, o costume é visualizar estes atos como rotineiros e comuns a todos os seres humanos, o que sob um olhar leigo não teria respaldo para laudos técnicos especializados, assim, tal estatuto tem que ser propagado primordialmente entre os advogados, para que comecem a peticionar este recurso em seus processos, compulsando os julgadores a manifestarem sobre a aceitação das perícias linguísticas ou justificando sua dispensa, respeitando as prerrogativas do linguista forense e ainda o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Resta claro que o Direito precisa construir novos conceitos próprios aos crimes de linguagem, especialmente em meio digital, regular novas condutas, distinguir comportamentos criminosos e definir meios de investigação para estas práticas. E para garantir a justiça, equidade, segurança jurídica, devida reparação e punição adequada, o Estado precisa reconhecer e utilizar a linguística forense como recurso competente nas investigações e perícias técnicas nos processos que tenham a linguagem, em suas variadas formas, como objeto da lide.

Ocorre que, a cultura prevalecente ainda é que tais perícias sejam mais requisitadas pela imprensa do que pelo próprio poder judiciário, por isso, são utilizadas quase exclusivamente em casos extremamente populares de grande repercussão ou que envolvem celebridades. É necessária a propagação desta ciência no meio judiciário, para que estes peritos possam colaborar, juntamente com os profissionais das demais áreas, com a eficácia do Direito.

REFERÊNCIAS

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Goiânia - GO. **Processo n. 5183075-11-2019.8.09.0051**.
Reparação por danos morais em razão de publicações ofensivas em rede social. 2019.

11ª VARA DO TRABALHO. Goiânia - GO. **Processo n. 0011000-70.2016.5.18.0111**.
Reclamação Trabalhista: danos morais e materiais em razão de acidente do trabalho. 2018.

13ª VARA DO TRABALHO. Goiânia - GO. **Processo n. 0010223-20.2018.5.18.0013**.
Reclamação Trabalhista: assédio sexual. 2018.

ALMEIDA, Dayane C. de; COULTHARD, Malcolm; SOUSA-SILVA, Rui (Orgs.).
Perspectivas em linguística forense. Campinas - SP: Unicamp/Publicações IEL, 2020.

COLARES, Virgínia. **Linguagem e direito: caminhos para linguística forense**. São Paulo:
Cortez, 2016.

COULTHARD, Malcolm. Linguística Forense: uma entrevista com Malcolm Coulthard.
ReVEL, v. 12, n. 23, 2014. Tradução de João Gabriel Rodrigues Marques Padilha. Disponível
em: <http://revel.inf.br/files/593be207a9e9c9c1b800c704ab855cdb.pdf>. Acesso em: 13 nov.
2020.

MOLINA, Ricardo. **O Brasil na fita** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2016.

PINHEIRO, Susana. **Linguística forense**: “Cada um de nós tem uma maneira única de
escrever”. 31 jul. 2017. Disponível em:
<https://www.publico.pt/2017/07/31/sociedade/noticia/linguistica-forense-cada-um-de-nos-tem-uma-maneira-unica-de-escrever-1780804>. Acesso em: 13 nov. 2020.

TJDFT. **Peritos Ativos**. Disponível em:
https://www.tjdft.jus.br/informacoes/peritos/copy_of_peritos-ativos. Acesso em: 13 nov.
2020.

TJGO. **Banco de Peritos**. Disponível em: <http://corregedoria.tjgo.jus.br/bancodeperitos>.
Acesso em: 13 nov. 2020.

TJRJ. **Relação de Peritos Cadastrados**. Disponível em:
[http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgjur/deinp/sejud/relacao-peritos-
cadastrados](http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgjur/deinp/sejud/relacao-peritos-cadastrados). Acesso em: 13 nov. 2020.

TJSC. **Base de Consulta de Peritos, tradutores e intérpretes**. Disponível em:
[https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/-/base-de-consulta-de-peritos-
tradutores-e-interpretres?inheritRedirect=true](https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/-/base-de-consulta-de-peritos-tradutores-e-interpretres?inheritRedirect=true). Acesso em: 13 nov. 2020.

TJSP. **Cadastro de Auxiliares da Justiça**. Disponível em:
<https://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresdaJustica>. Acesso em: 13 nov. 2020.

AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO DAS MULHERES NA IDADE MÉDIA, NOS SÉCULOS XI AO XIII

Moisés Borges da Silva

Marijara de Lima

1 INTRODUÇÃO

As representações do corpo das mulheres na Idade Média é um fator preponderante para compreender a evolução do gênero feminino ao longo da história, em razão disso foi realizado esse trabalho com o intuito de discutir através de análises consistente do cenário medieval no qual as mulheres viviam. Conhecer a cultura ocidental e os seus ideais é primordial para entender o contexto atual, haja vista que as demais civilizações foram influenciadas pelo ocidente medieval. Nesse sentido, foi se discutido no primeiro tópico os conceitos de Idade Média, a sua evolução no pensamento renascentista, e as contribuições de outras escolas históricas para problematizar o preconceito que havia sobre esse período histórico.

No segundo momento, foram trabalhados os conceitos de representações sociais e religiosas, em seguida foram discutidas acerca das mulheres e suas representações na Idade Média (nesse tópico está a parte central desse trabalho, porque através dele se discutem as mulheres vistas sobre os olhares religiosos, as chamadas “desviantes”). Em seguida, se discutiu os dois modelos de representação “ideal” na concepção cristã (virgindade e casamento); e, no final desse presente trabalho, foi discutida uma possível metodologia de ensino de história nas escolas, através das problematizações acerca das representações das mulheres na Idade Média. As contribuições para o ensino de história se discutiram brevemente nesse último tópico.

O presente estudo concentrou-se nas representações das mulheres nos séculos XI ao XIII, no Ocidente medieval, tendo como cenário histórico um longo período de domínio do pensamento cristão. Ao longo dessa pesquisa, foram levantados alguns problemas culminantes para se compreender o objeto de estudo aqui discutido: como se desenvolvem os processos de representações sociais e religiosas numa determinada sociedade? De que forma as representações das mulheres foram construídas na sociedade medieval? Quais os impactos socioculturais do pensamento hegemônico religioso sob as mulheres na Idade Média? Como e

de que forma as representações das mulheres no ocidente medieval contribuíram para uma nova metodologia de ensino de história?

O processo de desenvolvimento das representações sociais numa sociedade se desenvolve a partir do momento em que uma elite detentora dos meios de controle nessa comunidade passa a impor os seus princípios, suas interpretações de mundo e isso se perpassam através das gerações futuras. Foi se construída as representações das mulheres no mundo medievo através do domínio cristão, e movido por concepções idealistas de um mundo “ideal”. Os impactos sob as mulheres através da hegemonia cultural cristã foram significantes para o desenvolvimento dos preconceitos e discriminações que as mulheres já vinham sofrendo desde o mundo antigo. O ensino de história é possível através das representações das mulheres na Idade Média, porque os professores terão a possibilidade de discutir a evolução do gênero feminino e a forma como pode ser compreendido o tempo presente, através do passado.

Os objetivos gerais desse trabalho seria analisar as representações das mulheres no Ocidente medieval e compreender as intencionalidades do discurso religioso na representação do corpo nesse período histórico. Os objetivos específicos seria identificar o desenvolvimento histórico da representação do corpo das mulheres na Idade Média observando a construção da identidade medieval nesse processo de institucionalização. Destacar as intencionalidades do Cristianismo ao impor sobre a sociedade medieval essa representação a partir dos modelos religiosos. Problematizar a relação do corpo das “desviantes” com o corpo “ideal” na visão católica nessa cultura ocidental.

A presente pesquisa é de suma importância para a sociedade acadêmica, pois ela contribuiu para o avanço dos estudos sobre as mulheres tanto no tempo presente como se perceberá a forma como elas eram representadas na sociedade medieval, cuja cultura influenciou de forma significativa as demais civilizações inclusive a cultura brasileira. E possibilitará o interesse em outras temáticas cujo princípio primordial é resgatar a história dos esquecidos, a história das minorias, daqueles que de certa forma ficaram a margem da sociedade. Também relevante para a sociedade em geral, pois discuti a forma como se desenvolveu diversas representações preconceituosas sobre as mulheres, e como se deve entender esse processo para evitar tais discriminações e ainda contribuiu para a emancipação do gênero feminino.

A natureza metodológica do presente trabalho se valeu da pesquisa prática tendo como princípio conhecimentos dirigidos, o objetivo seria tentar solucionar problemas relacionados às representações das mulheres na Idade Média. Quanto à abordagem desse nosso problema

se restringe na pesquisa qualitativa tendo como finalidade a interpretação das representações do corpo nesse período histórico, os fenômenos culturais, os discursos religiosos cristãos acerca do desenvolvimento dessa temática. O objetivo dessa pesquisa seria analítico conceitual, pois, no ato do desenvolvimento desta pesquisa, características, intencionalidades e fenômenos que ocorreram nessa trajetória da institucionalização do discurso religioso serão analisados. Os procedimentos técnicos será a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, teses, dissertações acerca da temática em pauta. Todos os procedimentos metodológicos terão maior rigor científico, com a finalidade de maiores resultados ao final deste projeto de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Os conceitos de Idade Média

O conceito de Idade Média nem sempre foi o mesmo ao longo da história, alguns denominavam de “Idade das Trevas” por acreditarem que se tratava de um período de obscurantismo intelectual, social e cultural. Entretanto, sabe-se que isso não é verdade, haja vista que nesse período histórico houve grandes avanços em diversos aspectos da sociedade, e apesar da Igreja católica ter desenvolvido um significativo domínio, não havia unanimidade em toda a Europa medieval. Portanto, esse conceito que ficou bastante conhecido após os renascentistas, trata-se de uma visão bastante equivocada desse período histórico. Ribeiro e Anastácia (2006, p. 7) destacam:

Muitos historiadores interpretaram o mundo medieval como uma época em que a humanidade regrediu [...]. Uma espécie de “idade das trevas” para o conhecimento ou “noite dos mil anos”. Essa imagem do período histórico europeu, compreendido entre os séculos V e XV, foi construída por estudiosos do século XVI que consideravam a Idade Média uma fase menos importante da História da Humanidade, quando o progresso científico e intelectual teria sido quase nulo. Essa visão preconceituosa atravessou vários séculos e durou até bem pouco tempo (final do século XX) quando historiadores, analisando novas fontes históricas e usando novas metodologias, realizaram estudos do período e mostraram outra visão da história medieval. [...] A História não é um conhecimento pronto e acabado.

Através das contribuições de outras vertentes teóricas como a Escola dos Annales mudou-se essa concepção preconceituosa sobre a Idade Média.

Tradicionalmente, os historiadores denominam de Idade Média o período histórico que vai da queda do império Romano do Ocidente (476) à conquista de Constantinopla pelos turcos (1453). A Idade Média durou, portanto, cerca de 1000 anos. Essa denominação foi criada no século XVI. Os pensadores deste século julgavam estar vivendo outra época (MARTINS, 1999, p. 122).

Conforme a citação acima, entende-se como Idade Média esse período da queda do Império Romano do Ocidente até a conquista de Constantinopla pelos turcos, no qual também ocorre a queda do Império Romano do Oriente (também conhecido como Império Bizantino). No próximo tópico serão discutidos os conceitos de representações, fator preponderante para entender a temática desse presente trabalho.

2.2 Os conceitos de representações

O conceito de representação é um fator que possibilita a explicação de determinados fenômenos sociais e objetos de pesquisa na contemporaneidade, e em todos os outros períodos históricos. O estudo das representações é, portanto, um conjunto de conhecimentos que compõem um determinado objeto, ele não se forma isoladamente.

Classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome é estranha, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2010, p. 71).

As classificações pressupõem um conjunto de elementos que compõem características sobre algo (ou objetos), quando tais objetos se encontram em grupos ou comunidades. Mas, qual seria o problema das classificações no processo das representações? Primeiro problema consiste na visão de mundo que o classificador tem sobre os classificados, ou seja, aqueles a quem o mesmo classificou. Esse problema consiste não apenas pelo simples fato de classificar algo de uma forma, é um problema que vai para, além disso. Consiste, portanto na visão particular que o classificador transmite em seu objeto, essa visão sempre parte das concepções de um determinado grupo.

O autor ainda discute a questão da objetivação, algo que seria a transformação do abstrato em quase concreto. Esse processo ocorre na forma como são representados os seres sociais, quando é imposta sobre eles algo que parte do empirismo para a prática.

“As representações sociais são conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum, são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, construída nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através das interações grupais” (MOSCOVICI, 2002).

Na união desses processos, são estabelecidas as representações sociais e surge outro fator que seria a transformação do desconhecido ao familiar, um tipo de reprodução nesse processo. As representações sociais se tratam de discursos de poder que um determinado grupo estabelece sobre aqueles a quem domina. Segundo o autor mencionado anteriormente, a forma como se interpreta o mundo seria, portanto, interpretações que foi transmitida durante a formação sociocultural.

As representações do mundo social são assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. [...] As percepções da realidade não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para o autor, todas as percepções da realidade bem como o conjunto de comportamentos sociais não se configuram em discursos imparciais, todos eles seriam carregados de intencionalidades sobre os grupos sociais. Na concepção do mesmo, seriam imposições carregadas de ideologias a fim de doutrinar e impor autoridade sobre determinados grupos sociais.

As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo (DURKHEIM, 1983, p. 212).

Diferente dos autores anteriores, que frisaram a questão social e política, Émile Durkheim compreende as representações sociais a partir da ótica religiosa. Para ele, essas representações religiosas exprimem realidades que se manifestam no coletivo, tais como os ritos como o mesmo destacou. O que seriam os ritos?

O rito refere-se, pois, à ordem prescrita, à ordem do cosmo, à ordem das relações entre deuses e seres humanos e dos seres humanos entre si. Reporta-se ao que rima e ao ritmo da vida, à harmonia restauradora, à junção, às relações entre as partes e o todo, ao fluir, ao movimento, à vida acontecendo. A busca pela ordem e o movimento são elementos constitutivos dos rituais (VILHENA, 2005, p. 21).

Outro conceito que faz junção com essa questão dos ritos é o conceito de sagrado e profano. Sabe-se que no ato de muitos rituais, manifesta-se a concepção daquilo que é sagrado, e conseqüentemente o oposto disso seria o profano. Eliade (2008, p.18) evidencia:

O sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. O sagrado está saturado de ser. Potência sagrada quer dizer ao mesmo tempo realidade, perenidade e eficácia. A oposição sagrado/profano traduz se muitas vezes como uma oposição entre real e irreal ou pseudo real.

Através do rito, se estabelece a dualidade entre sagrado e profano, porque o rito seria a concepção ou o meio de alguém aproximar-se da sua divindade e nesse encontro o mesmo entende que aquela cerimônia seria sagrada, e nesse sentido todos os que rejeitassem tal rito e a ridicularizassem seriam os profanos. O sagrado e o profano sempre entram em oposição entre o real e o irreal, entre o santo e impuro, entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, entre o benéfico e o maléfico.

Um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas. (ROSENDAHL, 2002, p. 30).

As representações das mulheres na Idade Média, a forma como se configurou a imposição cristã sobre elas, os imaginários que marcou o mundo medieval, e os diversos preconceitos e discriminações contra o gênero feminino será discutido nos próximos tópicos.

2.3 As mulheres e suas representações

As representações das mulheres na Idade Média, a forma como se configurou a imposição cristã sobre elas, os imaginários que marcou o mundo medieval, e os diversos preconceitos e discriminações contra o gênero feminino, o desenvolvimento religioso acerca

do corpo das mulheres, bem como o pensamento hegemônico católico criando assim, um modelo “ideal” do corpo feminino será discutido nos próximos tópicos.

2.3.1 As desviantes

Quem eram as desviantes? “Os pecados dos seres humanos são apresentados como uma forma de desordem, uma ofensa contra a ordem universal estabelecida por Deus” (COHN, 1996, p. 236). As desviantes seriam quaisquer mulheres que fugissem dos “padrões ideais” da cultura cristã (prostitutas, as mulheres solteiras que recusassem a qualquer custo o matrimônio, as “bruxas” e dentre outras). No entendimento de Macedo (2002, p. 65), “a descrição e a classificação dos comportamentos femininos seguiam critérios religiosos ou morais”.

Os pecados humanos tornavam uma desordem contra Deus, com base na citação anterior e era fácil identificar as “desviantes” segundo a concepção católica, pois todas aquelas pessoas que discordavam e fugissem dessas normas religiosas eram perseguidas e consideradas “deturpadoras” dos planos divinos.

Quanto à mulher, não tinha qualquer motivo para sentir saudades da sua mocidade. Casada cedo, rodeada de proibições, comparsa nas festas, submetidos a um espaço e há um tempo cívicos inferiores aos dos homens jovens, ela não conhecia as confrarias nem a companhia de iguais. Algumas vezes as moças reuniam-se no inverno nas *escreigner*, mas sempre sob o olhar das mães e velhas que avaliam as suas atitudes e vigiavam suas intenções (ROSSIAUD, 1991, p. 54).

A sociedade movida pelo sentimento religioso e os padrões éticos da época vigiavam as “desviantes”, esse pensamento puritano culmina de forma significativa no século XI e prolonga-se até o século XIII, de acordo com o destacado nas próximas citações.

O puritanismo da revitalização dos séculos XI e XII, que inspirou tentativas sistemáticas de definir e lidar com os pecados, e a preocupação crescente de policiar a vida moral tanto do clero quanto do laicado. A Igreja, a coroa e as autoridades municipais, fortemente influenciadas pelo direito romano e pela espiritualidade pregada pelas ordens mendicantes, mobilizam-se para reprimi-la (ROSSIAUD, 1991, p. 152).

“Os séculos XII e XIII testemunharam uma série de desenvolvimentos cruciais da Igreja que conduziram à introdução de regras morais mais restritivas” (ROSSIAUD, 1991, p. 142). O objetivo da Igreja católica se concretizou porque “ao fim de uma longa caminhada, ao

preço de ásperas lutas ideológicas e de condicionamentos práticos, o sistema de controle corporal e sexual instala-se, portanto, a partir do século XII” (LE GOFF; TRUONG, 2018, p. 52).

Nesse período histórico, o controle sobre a sexualidade era visível, o que torna a manifestação do poder religioso e político sobre o corpo. Sob a ótica de Foucault (1987, p. 126), “o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

2.3.2 A virgindade e o casamento: dois modelos de representação ideal do corpo feminino na Idade Média

O corpo dos santos era um modelo ideal e que deveria ser seguido pela sociedade medieval, pois através deles os mesmos obteriam a redenção mediante esse exemplo de conduta social. Sabe-se que “existe uma grelha que tende a fixar imagens prototípicas, isto é, modelos e padrões que balizam a sua visão de mulheres e que lhes são apresentados como ideais dos quais elas se devem aproximar” (TOLDY, 1997, p. 219). A virgindade era um desses modelos que deveriam ser seguidos, e sobre essa importância pode se deduzir essa mentalidade a partir do documento católico que diz:

As sagradas virgens eram consideradas as flores mais mimosas do seu jardim e a porção mais ilustre da grei de Cristo [...] Feliz do povo que tem um convento, em que floresça a observância regular! É um relicário do céu, flor da árvore eclesiástica, honra e formosura da graça e margarida preciosa da Coroa do Redentor! É um desarmar o braço da Ira de Deus (IGREJA CATÓLICA, 1915, p. 349).

A virgindade era uma virtude que deveria ser seguida por todos, era, portanto, um modelo de vida que imitava as santas virgens católicas, as mulheres que abdicava do sexo em prol de uma vida pura com o intuito de alcançar a redenção. Em virtude dessa característica virginal surge à mãe de Jesus, a “virgem Maria”, considerada com a mãe dos eleitos, a “mãe de Deus”, a mulher exemplar na doutrina cristã. Ela seria um “corpo santo”, e alguém que deveria ser imitada pelos seus modos de vida, sua virtude e pelo fato de ser a menina escolhida por Deus para dar a luz ao “salvador da humanidade”. Acerca dessa transformação católica sobre essa jovem, Baraúna (1963, p. 629) alega:

A Igreja Católica de hoje transformou a menina anônima em Rainha do Céu e da Terra, Superior a todos os homens e a todos os coros angélicos [...] a Bíblia e o cristianismo primitivo descrevem como uma peregrina frágil e escondida; o catolicismo posterior criou uma Virgem singular, sem pecado algum, isenta mesmo da mancha que pesa sobre todos os filhos de Adão; ao invés de uma donzela que participou dos titubeios e vacilações dos apóstolos acerca da natureza e da missão de seu filho [...] a Teologia de hoje se compraz em admirar uma criatura de todo singular, dotada desde o início de um conhecimento perfeito e de uma fé que não admite progresso [...] Ao invés de uma mulher, da qual Cristo quis separar-se para obrar sozinho a redenção, o catolicismo de hoje nos apresenta Maria, obrando com seu Filho, Jesus Cristo, a obra da regeneração.

Ainda sobre esses exemplos sobre virgindade, pode-se inferir, por meio da citação a seguir, acerca da influência que Maria teve sobre esse aspecto:

Se a virgindade de Maria, como Mãe do Filho de Deus, é o ponto de sua “divinização”, e se desta civilização emana seu imenso poder simbólico eficazmente atuante nas consciências dos cristãos, é possível também afirmar que as ‘autênticas mães cristãs’, como ‘cópias de Nossa Senhora’, por sua suposta ‘superioridade’ espiritual, detêm, elas também, um poder simbólico de natureza cultural-religiosa incrementado nas mães pela pregação religiosa (ARY, 2000, p. 79).

Uma segunda alternativa para manter a santidade, seria o matrimônio. A prostituição, bem como a fornicação e o adultério são pecados que atinge diretamente o corpo (DAVIDSON, 1994, p. 1203). Em razão disso, só existiam dois caminhos: a abstinência sexual ou o matrimônio. Embora houvesse divergências entre os pais da igreja sobre essa questão do casamento, porque a maioria entendia que se deveria manter a virgindade, contudo devido às “tentações carnis” a segunda opção seria o matrimônio. Acerca disso, pontua-se:

A natureza impele ao matrimônio para conseguir um bem, o que varia segundo alguns estados da humanidade... O matrimônio não só é um remédio contra o pecado, mas principalmente é uma função natural. E sob este último aspecto, foi instituído antes do pecado, mas não pelo que tem de remédio (TOMÁS DE AQUINO, 1954, p. 193-194).

O sexo apenas com a finalidade da procriação, esse seria o modelo ideal das relações no matrimônio. O sexo por prazer era pecado e são através dele que se transmitia o “pecado original”, outros tipos de relações sexuais fora da normalidade imposta pelo cristianismo seriam pecado e passível de punição. Portanto, para se alcançar a plenitude da graça de Deus e a redenção seriam necessárias seguir a risco o puritanismo cristão, a santificação dos corpos.

Quais as relações entre as representações das mulheres e o ensino de história medieval? Essa discussão será feita no próximo tópico.

2.4 O ensino de história a partir das representações das mulheres na Idade Média

O que é a História? Tudo é história? Como se ensina a história? Nas palavras do historiador Bloch (2001, p. 55), a história seria “a ciência dos homens no tempo” e, para ele, tais ações implicariam transformações sociais, políticas, econômicas e culturais nas sociedades. Nesse sentido, a história é ampla e envolve movimentos humanos que transforma modos de vida, e de pensamento nas sociedades. Rüsen (1992, p. 29) tem ponto de vista diferente acerca da teoria da história:

[a história] é uma tradução do passado ao presente, uma interpretação da realidade passada via uma concepção da mudança temporal que abarca o passado, o presente e as expectativas de acontecimentos do futuro. Essa concepção amolda os valores morais a um “corpo temporal”, a história reveste os valores de experiência temporal.

Tudo pode ser histórico dependendo da forma como se desenvolve o objeto de estudo. Como foi destacada anteriormente, a história sendo ela ação dos homens no tempo ou uma tradução do passado ao presente, implicando interpretações da realidade, percebe-se que qualquer objeto poderia ser historizado. Evidentemente, que esse processo requer princípios rigorosos seguindo os métodos científicos da ciência da História. Fotografias, livros ou quaisquer outros materiais produzidos pelos seres humanos no passado podem ser usados na produção do conhecimento histórico (cuidado para não confundir com a arqueologia, que também utiliza de materiais semelhantes).

Com o avanço de novas escolas históricas foi possível ampliar os estudos historiográficos, a Escola dos Annales também contribuiu de forma significativa no desenvolvimento de novas formas de se fazer história. A história vista de baixo, história de além-mar, história oral, micro- história, história da leitura, história do pensamento político, história das imagens, história da arte, história do corpo e a história das mulheres significaram um grande avanço na produção do conhecimento histórico. Os movimentos feministas a partir da década de 60 contribuíram de forma significativa para as diversas conquistas que as mulheres foram conseguindo ao longo dos anos. As discussões sobre gênero, sexualidade e identidade estavam presentes nesses movimentos.

Ensinar história, como descrito por Cerri (2011, p. 130), significa “desenvolver atividades que permitam que o educando conheça história, ao mesmo tempo em que conhece diferentes formas pelas quais se lhe atribuiu significados”. Através da didática da história que, no pensamento de Bergamann (1990, p. 29), teria a função de “se preocupar com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica”, seria possível ensinar a história das mulheres na Idade Média por intermédio das suas representações. As formas como elas eram representadas pela sociedade, as influências religiosas nas construções das suas identidades, e os movimentos em oposição a essa hegemonia católica de um “corpo ideal” podem ser usadas no ensino em sala de aula.

Libâneo (2013, p. 22) conceitua ensino: “corresponde a ações, meios e condições para a realização da instrução; contém, pois, a instrução”. Sabendo disso, o ensino de história através das representações das mulheres na Idade Média é viável pelo fato das contribuições das novas escolas históricas como a Escola dos Annales e dentre outras. E, nesse sentido, os professores terão a possibilidade de utilizar das representações das mulheres para problematizar em sala de aula com os seus discentes a forma como o gênero feminino era representado nesse período histórico no Ocidente medieval. Os professores também poderão discutir essa evolução das identidades representativas das mulheres na história, e a sua situação atual. Fazendo questionamentos com os alunos sobre as rupturas e continuidades.

3 CONCLUSÃO

Considera-se, através dos estudos sobre o corpo na Idade Média, que existiam, de fato, discursos com o intuito de hegemonizar um modelo ideal de representação sobre o corpo, que através dessa representação haveria a necessidade segundo a Igreja católica de doutrinar e impor esse modelo sobre todos os indivíduos. Verificou-se mediante levantamentos bibliográficos que tais discursos religiosos eram contraditórios, porque nem sempre aquilo que a Igreja pregava ela cumpria no cotidiano. As formas como se desenvolveu tais ideais cristãos configurou em medidas que acarretaram em atrocidades para os grupos marginalizados e isso se perpetuou durante muito tempo na história.

Percebeu-se, por meio deste trabalho, que o conceito de representação tem sua importância na compreensão e análise do corpo na história, seja na Idade Média ou em qualquer outro período histórico, porque desde os primórdios havia modos de interpretação social, seja ele pelo véis político, religioso, social ou econômico. Notou-se também que o

corpo tem o seu lugar na história e que assim possibilitará estudos com mais profundidade sobre essa temática, visto que o corpo está em constante transformação nas sociedades. Poderão surgir novas historiografias para se discutir com mais ênfase essa temática, porque como se observou a ciência está sempre em progresso e isso é primordial para os saberes e os meios pelos quais se organizam as sociedades.

As heranças de uma mentalidade que estava na geminação de um pensamento religioso contribuíram para o tratamento por muito tempo nesse período histórico, ideologias que partiram de interpretações literais ou fora do contexto histórico, linguístico e cultural que a Igreja fez da Bíblia culminou nos discursos hegemônicos sobre a representação do corpo na Idade Média. Os modelos daqueles que eram considerados como santos, e que poderia (segundo o pensamento católico) contribuir para a formação da humanidade, porque seus princípios eram os “corretos”. A forma como grupos sociais foram denominados de “desviantes” apenas pelo fato de não se enquadrarem no discurso cristão, por causa de tudo isso houve essa institucionalização.

REFERÊNCIAS

ARY, Zaíra. **Masculino e Feminino no Imaginário Católico**: da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Annablume / Fortaleza. Ed. Secult, 2000. p. 79.

BARAÚNA, Guilherme. **A Caminho de uma Teologia e Pastoral Mariana mais Ecumênica**, Ed. REB, v. 23, n. 3, p. 629, set. 1963.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29, fev. 1990.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício do Historiador. *In: A história, os homens e o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 55.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 130.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre prática e representações. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1990. p. 17.

COHN, Norman. **Cosmos, Caos e o Mundo que Vira**. As Origens das Crenças no Apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 236.

DAVIDSON, Francis. **O Novo Comentário da Bíblia**. Editado em português por Russel P. Shedd. São Paulo: Editora Vida Nova, 1994. p. 1203.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. *In: Os pensadores*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 212.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 18.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 126.

IGREJA CATÓLICA. Bispos. **Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Ed. Martins de Araujo & C, 1915, p. 349.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na idade média**. Tradução Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 52.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 22.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo. Contexto, 2002. p. 65.

MARTINS, José Roberto. **História**. 5ª Série. São Paulo: FTD, 1999. p. 122.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Editado em inglês por Gerard Duveen. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. *La Representación Social: Un Concepto Perdido. IEP - Instituto de Estudios Peruanos. Lima, Mayo 2002.*

RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. **Encontros com a História**. 6ª série. Curitiba: Positivo, 2006. p. 7.

RICHARD, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias da Idade Média. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 30.

RÜSEN, Jörn. *El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral. Propuesta Educativa, Buenos Aires, n. 7, p. 29, 1992.*

TOLDY, Teresa Martinho. As Mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da história. **Theológica**, Braga, v. XXXII, n. 2, p. 219, 1997.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica. Tratado Del Matrimônio**. Tradução de Francisco Barbado Viejo. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1954. p. 193-194.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 21.